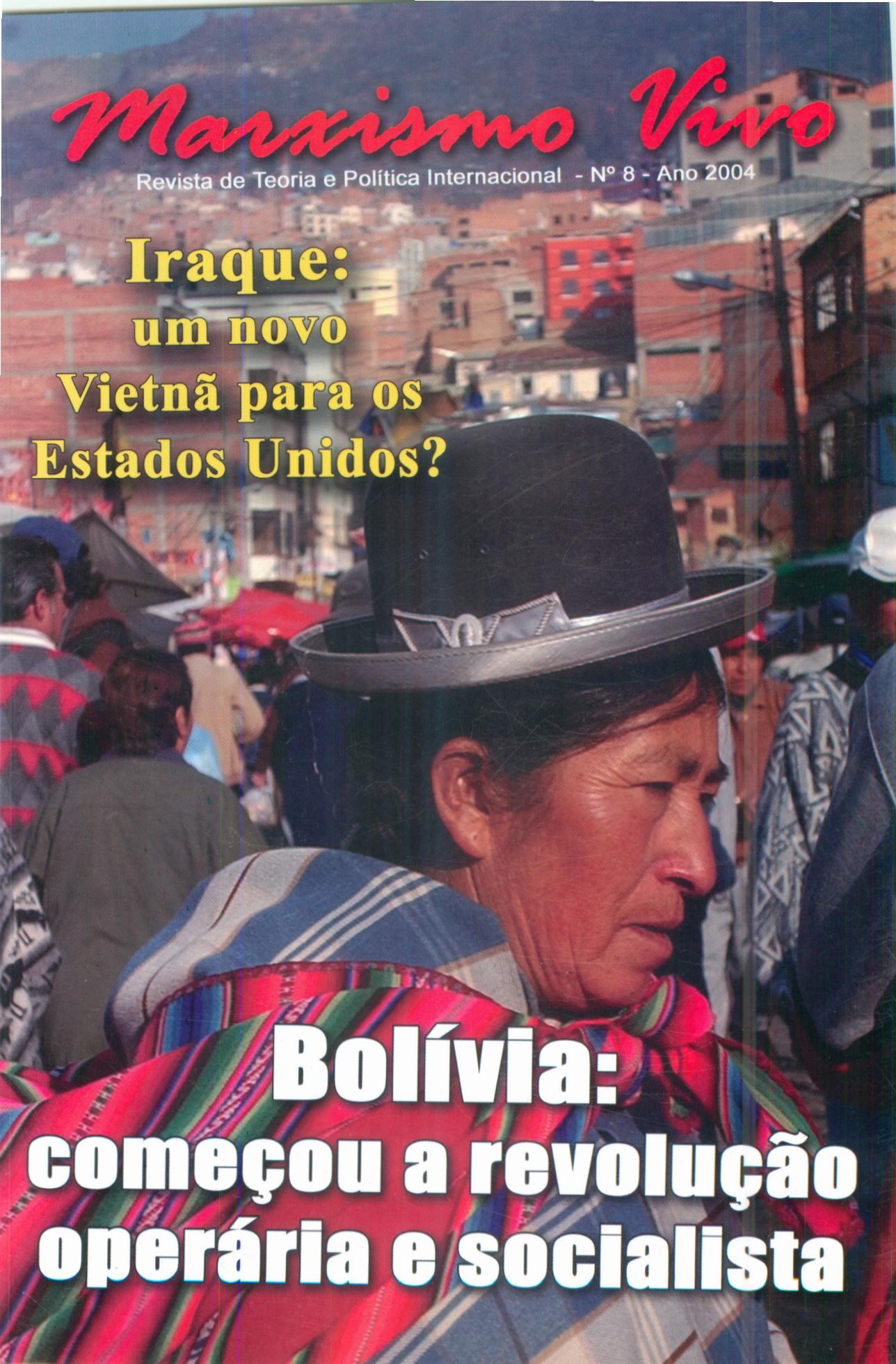


Marxismo Vivo

Revista de Teoria e Política Internacional - Nº 8 - Ano 2004

**Iraque:
um novo
Vietnã para os
Estados Unidos?**

A photograph of a woman in profile, looking down. She is wearing a black bowler hat with a white ribbon and a colorful, striped shawl. The background shows a crowded street scene with other people and buildings.

**Bolívia:
começou a revolução
operária e socialista**

Marxismo Vivo

Revista de Teoria e Política Internacional

Nº 8 - 2004





EXPEDIENTE

Marxismo Vivo é uma revista do
Instituto José Luiz e Rosa Sunderman
publicada pelo Partido Socialista dos
Trabalhadores Unificado.

CGC 73282.907/000-64

Atividade principal 61.81.

Rua Loefgreen, 909

Vila Clementino – São Paulo-SP

Telefone 5084-2982

Impressão

XAMÃ

Editora e Gráfica

Rua Loefgreen, 943

042505-001-São Paulo-SP

Telefone 5081-3939

Jornalista responsável

Maria Cecília Garcia

MTb 12.471

Editores

José Welmowicki

Martín Hernández

Capa

Nazareno Godeiro

Diagramação

Mercedes Cezar

ENTRE EM CONTATO COM *Marxismo Vivo*:



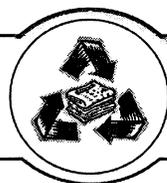
www.marxismalive.org



marxismalive@marxismalive.org



Sumário



APRESENTAÇÃO

LUTA DE CLASSES

PEDRO VILLA

Bolívia: uma revolução operária e socialista em curso 7

CECILIA TOLEDO

Antecedentes: a revolução começou em Cochabamba 17

MST

Teses para o Congresso da Central Operária Boliviana 21

YURI FUJITA

Cronologia de uma insurreição vitoriosa
"Fusil, metralla, el pueblo no se calla" 33

PONTOS DE VISTA

JAIME VILELA

Polêmica: a questão do poder e as tarefas na Bolívia hoje 37

ALICIA SAGRA

A esquerda latino-americana e a revolução boliviana
Aprofundar a "democracia" ou lutar pelo poder? 43

 **ISTO É HISTÓRIA**

 **ALICIA SAGRA**

Bolívia: 50 anos à beira da tomada do poder **49**

 **REPRODUÇÃO**

Teses de Pulacayo **61**

 **CECILIA TOLEDO**

Cronologia da revolução boliviana **62**

 **ANO 2004**

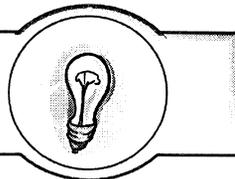
 **JOSÉ WELMOVICKI**

Iraque: vanguarda na luta contra o imperialismo **69**

 **JAMES PETRAS**

Aonde vai o Brasil? **79**

Apresentação



Entregamos ao leitor uma revista *Marxismo Vivo* especial: quase totalmente dedicada à revolução boliviana de outubro de 2003. A este tema só agregamos uma análise do momento atual da resistência iraquiana e a segunda parte do artigo de James Petras sobre o governo de Lula e as perspectivas do Brasil. A opção de fazer esta edição se deve à urgente necessidade de aproveitar as profundas lições da revolução boliviana e fazê-las chegar à vanguarda latino-americana e mundial.

A vitória da insurreição de outubro na Bolívia põe a revolução em nosso subcontinente em um novo momento: assume uma cara urbana, onde a classe trabalhadora, com seus organismos e métodos de luta, volta a acaudilhar o conjunto da população pobre contra o imperialismo e a burguesia. Esta, incapaz de garantir a independência nacional, se associa ao imperialismo na colonização da Bolívia. A revolução social e a liberação nacional se unem em uma mesma torrente revolucionária, cujos protagonistas têm as mãos calosas dos operários e camponeses pobres.

O outubro boliviano também foi uma insurreição operária clássica: o chamado a uma greve geral insurrecional em poucos dias deixou o país paralisado e desabastecido. A tomada do poder pelos trabalhadores voltou a estar presente como tarefa cotidiana da classe operária e de suas organizações. Clássica também foi a centralização do combate a partir da COB, que foi o poder alternativo ao Estado burguês.

Desde o ano 2000, na América Latina, todas as revoluções se enfrentaram com o Estado burguês em sua forma atual, que é a “democracia burguesa colonial”. Todas as revoluções derrubaram governos “democráticos” e inclusive no Equador tomaram o poder por algumas horas, mas sua direção o entregou aos inimigos, confiando no jogo da “democracia”. Dessa forma, a institucionalidade burguesa, “democrática”, que foi desafiada e derrotada por essas insurreições, voltou a impor-se.

Hoje, as principais direções do movimento boliviano, o governo de Mesa, a embaixada norte-americana, a OEA, todos sem exceção, apostam no jogo da “democracia” e no chamado a uma “Assembléia Constituinte”. A história das revoluções está repleta de derrotas diante da “democracia”. Há dezenas de revoluções vitoriosas que enfrentaram contragolpes e invasões militares estrangeiras, mas há somente uma revolução vitoriosa contra o regime democrático burguês: a revolução russa de outubro de 1917. O segredo dessa vitória foi a existência de uma direção revolucionária que não titubeou em destruir o aparato do Estado burguês com sua forma “democrática” e não teve dúvidas em substituí-lo por um órgão de poder dos trabalhadores e do povo, os “soviets”.

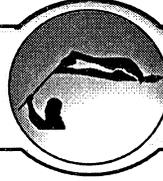
Mas os trabalhadores do continente e os pobres em geral vão aprender, a duras penas, que a maquinaria da contra revolução tem a cara da “democracia”. Vão aprender que todo Estado é uma máquina de repressão e que a república burguesa mais democrática é uma máquina para a repressão do proletariado pela burguesia. Inclusive, as pessoas do povo começam a se perguntar: “O que a democracia nos deu?” Nada. Pelo contrário, nos tiram a terra, o emprego, a soberania e a vida para nos sacrificar no altar do mercado e da democracia colonial dos ricos.

O outubro boliviano demonstrou que a revolução socialista não é uma utopia. A tomada do poder está ao alcance da mão. As massas insurgentes fizeram tudo o que estava a seu alcance. A vanguarda revolucionária na Bolívia e no continente, se avança na construção de uma direção revolucionária, poderá fazer o que as massas, sozinhas, jamais poderão fazer: tomar o poder e iniciar a construção de um Estado dos trabalhadores e do povo. Coisa que só poderão conseguir se agem de acordo com a bandeira de Karl Marx: “Nosso terreno não é o terreno do Direito, é o terreno da revolução”¹.

1 Karl Marx, em *A burguesia e a contra revolução*, dezembro de 1848.



Luta de Classes



 PEDRO VILLA	
Bolívia: uma revolução operária e socialista em curso	7
 CECILIA TOLEDO	
Antecedentes: a revolução começou em Cochabamba	17
 MST	
Teses para o Congresso da Central Operária Boliviana	21
 YURI FUJITA	
Cronologia de uma insurreição vitoriosa "Fusil, metralla, el pueblo no se calla"	33



BOLÍVIA: UMA REVOLUÇÃO OPERÁRIA E SOCIALISTA EM CURSO

PEDRO VILLA

Membro da Direção do PST (Partido Socialista dos Trabalhadores)
seção peruana da LIT-QI

Para compreender a insurreição vitoriosa que derrubou o governo de Sánchez de Lozada e suas perspectivas é necessário ver em qual etapa se produziu. Desde 1985, com a derrota da mobilização revolucionária encabeçada pelos mineiros, abriu-se uma etapa reacionária no país. Neste período foram aplicados com toda dureza os planos neoliberais, colocando os trabalhadores e o povo em uma situação defensiva. Ocorreu o que ficou conhecido como “massacre branco”: cerca de 30 mil mineiros e 120 mil operários fabris foram demitidos. Se impuseram dispositivos legais pelos quais se remataram as novas riquezas naturais descobertas, como o petróleo e o gás, e se privatizaram as principais empresas estatais. Começou aí a recolonização do país.

Esse processo encontrou pela frente a resistência de importantes setores camponeses, primeiro, e dos trabalhadores das cidades, depois. O que determinou a mudança de etapa foi a luta insurrecional de abril de 2000 em Cochabamba. A “guerra da água” foi uma insurreição vitoriosa regional que, unindo o conjunto da população trabalhadora de Cochabamba, inaugurou uma etapa revolucionária no país.

Muda a correlação de forças. As massas trabalhadoras passam à ofensiva. Começando pelos cocaleros do Chapare, dos Yungas, do altiplano; e logo dos trabalhadores das cidades, os aposentados, os professores, os informais, os trabalhadores da saúde, os estudantes. As massas trabalhadoras arremetem uma e outra vez, por suas reivindicações, contra o governo Banzer e de “Tuto” Quiroga ao largo dos anos de sua gestão que culminou em agosto de 2002. O governo Banzer esteve por duas vezes às portas de ser derrubado, em abril e setembro de 2001. Só pode terminar seu mandato porque as direções camponesas, nesse período, já lideradas por Evo Morales, negociaram sua permanência. Dessa maneira e mediante um acordo de governabilidade auspiciado pela Igreja, já no governo Tuto Quiroga, puderam realizar-se as eleições gerais do ano 2000. Porém, estas eleições, utilizadas como uma medida para desviar o ascenso revolucionário das massas, se realizaram, não obstante, sob o signo desse ascenso e no marco da crise social instaurada, cuja base foi a grave recessão instalada desde 1999 e o grande déficit fiscal que assola o país até hoje.

Já estavam marcadas pelo fracasso estrepitoso dos planos neoliberais e pelo crescente rechaço das massas a estes mesmos planos. Foi por isso que o proces-

so eleitoral esteve atravessado por mobilizações como a dos cocaleiros que haviam derrotado a tentativa de fechar o mercado da coca nos Yungas, as mobilizações do magistério urbano e, sobretudo, a espetacular luta dos mineiros de Huanuni, que reestatizou a mina privatizada por Banzer. Nesta fase de lutas crescem e se fortalecem as direções camponesas e seus partidos como o Movimento ao Socialismo (MAS) de Evo Morales e o Movimento Indígena Pachacuti (MIP) de Felipe Quispe, o “Mallku”.

O reflexo nas eleições

Os resultados eleitorais de 30 de junho de 2002 foram uma expressão distorcida do ascenso revolucionário das masas. O MAS de Evo Morales é a segunda força política do país, só um ponto abaixo do ganhador, Sánchez de Lozada (Goni), que chega apenas a 22% da votação. Triunfo que obtem graças a uma fraude eleitoral que tirou votos do MAS que, junto com o MIP, de fato, significaram a primeira força política do país, deixando para trás o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR, por sua sigla em castelhano) de Paz Zamora, também a Nova Força Republicana (NFR) de Reyes Villa e destroçando a ADN banzerista.

Surge assim, o segundo governo de Sánchez de Lozada, dependendo de uma coalizão espúria com o MIR, monitorado pela embaixada norte americana, que mereceu desde o início o repúdio de amplos setores operários, camponeses e populares. Um governo débil, questionado desde o início, junto com seus planos entreguistas.

Este governo, que poderia ter sido derrubado antes de outubro, conseguiu garantir com as direções uma trégua de cinco meses, tempo que aproveitou para pôr em ação seu novo plano de ajuste recolonizador, tendo como centro do mesmo, a venda da nova riqueza boliviana, o gás, a favor das empresas imperialistas. Porém, as massas, cansadas de 18 anos de fome, miséria e de entrega do país, romperam a trégua e foram à luta. Os primeiros que saíram à luta foram os cocaleiros e aposentados, em janeiro deste ano, com um bloqueio de estradas, que teve um saldo de mais de 20 mortos. Esta luta

foi suspensa depois de um acordo, diálogo, que deu um respiro ao governo que, depois desse acordo, acreditou que tinha licença para descarregar sobre o povo trabalhador um novo ajuste através do que se chamou o “impostação” obrigado pelo FMI para equilibrar o descomunal déficit fiscal. Esta medida lançada em fevereiro foi respondida pelos trabalhadores e a juventude mediante uma insurreição que teve seu epicentro em La Paz e El Alto, porém, se expressou com força também no interior do país como em Cochabamba, Potosí e Oruro e da qual participou acendendo a mecha, a polícia, que se enfrentou a balas com o Exército. Luta na qual se perderam mais de 30 vidas e resultaram em mais de 200 feridos. Insurreição operária, camponesa e popular que derrotou o “impostação”, gerou uma crise revolucionária e derrotou, ferindo de morte, o governo de Goni e seu plano.

Esse é o quadro da nova etapa de ascenso revolucionário que precede e prepara a nova insurreição de outubro que, desta vez, derrubaria o governo de Goni. Período no qual já esteve colocado o problema do poder como uma questão de atualidade e que se expressaria com crueza tanto em fevereiro como em outubro deste ano. Etapa na qual a Central Operária Boliviana (COB) havia ressurgido das cinzas. Obra sobretudo de suas bases combativas, que não deixaram de lutar ao longo dos anos de maior ajuste neoliberal e que aprofundaram sua ação com a entrada cada vez mais decidida e massiva dos trabalhadores das cidades que se juntam com a luta dos camponeses, nas mobilizações insurrecionais de fevereiro e de outubro.

Outubro: uma revolução triunfante

Depois de uma nova trégua de seis meses, pós-fevereiro, concedida pelas direções, em especial Evo Morales, cujo partido praticava de fato um pacto de governabilidade para sustentar o governo de Goni até 2007, a pressão das bases operárias, camponesas e populares, obrigam as direções a entrarem na luta pelo gás e a enfrentar-se com o governo de Goni. Durante esses meses, o governo buscou reabilitar-se, re-

organizando a polícia e conformando uma mega coalizão com a incorporação da NFR ao governo. Pensava que, dessa maneira, poderia superar a grave derrota de fevereiro para novamente passar à ofensiva nos planos de venda do gás e novos impostos saqueadores, como o código tributário, o “perdonaço” às grandes empresas evasoras de impostos, a penalização dos bloqueios de estradas, entre outras medidas.

Alentados pela vitoriosa insurreição de fevereiro, os sindicatos de base da COB pressionam para a realização do XIII Congresso, várias vezes postergado pela direção pró-governista de Saturnino Mallku. Apesar do boicote dos setores oficialistas, o congresso ocorre em agosto desse ano, evento que, apesar de uma série de debilidades, significou um passo decisivo na reorganização do movimento operário, camponês e popular.

É nessas condições que diversos setores operários e camponeses se manifestam contra a venda do gás, respondendo à intensa campanha que o governo havia começado para convencer a população da necessidade da sua saída via Chile, para os Estados Unidos. Os camponeses do altiplano começam, no início de setembro, uma marcha de Caracollo até La Paz, exigindo um conjunto de reivindicações, tendo como centro a não venda do gás. São bloqueadas estradas e o altiplano fica paralisado. Logo, organizações encabeçadas pela COB, o MAS, a coordenação de defesa do gás, etc., organizam para o dia 19 de setembro uma mobilização nacional cuja demanda central é a recuperação do gás, dando um salto na reivindicação, pois até então, só se solicitava que o gás não saísse pelo Chile. Nesse dia a mobilização foi massiva e contundente e, para surpresa de muitos, sobretudo dos dirigentes, à demanda do gás se somou a de Fora Goni!. Foi uma mobilização anti-governamental que superou as expectativas dos organizadores. No sábado, 20 de setembro, o governo, por ordem da embaixada norte-americana intervém em Sorata, dirigido pelo ministro Sánchez Berzaín, para “resgatar” dezenas de turistas estrangeiros presos pelo bloqueio de estradas. Ocorrem duros enfrentamentos com os camponeses da região, que resultaram na morte de 6 manifestantes.

Este massacre, perpetrado no dia seguinte da exitosa mobilização nacional, atizou o ódio anti-governamental. A COB, que havia encabeçado a mobilização, fortalecida por essa convocatória depois de anos de ostracismo, chama a um ampliado em Huanuni para dar resposta ao massacre de Sorata. Nesse ampliado, as bases se pronunciam pela convocatória de uma Greve Geral por tempo indeterminado, pedindo a renúncia de Sánchez de Lozada. A reunião fixa a data do início para 29 de setembro. Neste momento, os camponeses do altiplano que haviam chegado a El Alto se instalaram em greve de fome, encabeçados pelo Mallku. Também a fe-



deração de Comissões de Bairro (FEJUVE, por sua sigla em castelhano) e a Central Operária Regional (COR) que vinham de uma paralisação vitoriosa de 48 horas que derrotou o “impostação” do prefeito do MIR, se somaram às lutas dos camponeses que chegavam a El Alto.

Desta maneira, a convocatória à greve geral da COB unificava as lutas até este momento dispersas, dando um reforço qualitativo às mobilizações em curso. Ainda que esta convocatória não foi devidamente preparada, pois a COB vinha de um Congresso que não havia aprovado um plano de lutas para derrotar o governo, e sim lutar por reivindicações econômicas mínimas. A força dos fatos, o cansaço das massas com o governo e sua política de fome, a situação madura para uma insurreição e para uma revolução, no marco da etapa de ascenso, faz com que a greve geral seja acatada disciplinadamente pelas distintas bases operárias, camponesas e populares, pese à negativa de setores dirigentes, como Evo Morales, que esperou até o último momento para entrar de cheio na mobilização e também os dirigentes do magistério urbano de La Paz conduzidos pelo POR-Lora.

A brutal resposta repressiva do governo (que tentava quebrar a vontade de luta de El Alto, que havia entrado em greve geral por tempo indeterminado a partir de 8 de outubro, desta vez decididamente reclamando gás e a renúncia de Goni), acendeu a chama da mobilização que se tornou claramente insurrecional. Essa repressão gerou mais de 30 mortes e centenas de feridos à bala. Em resposta à repressão, entraram em cena, cada vez com mais força, todos os setores de trabalhadores. As lutas se radicalizaram em La Paz, onde em 12 de outubro se juntaram dezenas de milhares de trabalhadores, camponeses e estudantes. A repressão militar gerou outras dezenas de mortes só nesse dia. Os mineiros de Huanuni e de Oruro com dinamite nas mãos, realizavam sua marcha até La Paz, deixando vidas no caminho, assassinados pelas balas do Exército. Os camponeses de Yungas faziam o mesmo, somando-se às lutas. As mobilizações se aprofundaram em Oruro, Potosí, e Cochabamba. Inclusive, importantes setores camponeses se

mobilizaram em Santa Cruz, onde aparentemente não passava nada. A luta que começou em El Alto se estendeu a nível nacional. A mobilização que começou no campo se apoderou das cidades. A liderança dos trabalhadores urbanos encabeçados e organizados pela COB e suas bases nacionais se apoderou da mobilização. Todas as marchas e mobilizações se congregaram em La Paz. A palavra de ordem central que juntou a maioria nacional operária, camponesa e popular foi pedir a cabeça de Goni. Não havia negociação possível, apesar da tentativa de alguns setores menores. Os setores de classe média que estiveram na expectativa e inclusive os mais endinheirados, moradores da zona sul de La Paz se somaram às lutas pela queda do presidente, diante do massacre de dezenas de trabalhadores e jovens, inclusive soldados que resistiram a disparar contra a população indefesa. Estes setores se somaram à luta através da greve de fome que se generalizou em La Paz e também no interior do país como em Cochabamba.

Os dias 16 e 17 de outubro foram os dias de maior mobilização e concentração em La Paz. Calcula-se em mais de duzentos mil manifestantes nestes dias. Trabalhadores, jovens, camponeses, armados com paus e pedras, mineiros armados com dinamite, lotaram a Praça São Francisco e rondaram dia e noite o palácio do governo.

Nestes dias, o governo já havia perdido o controle da situação, abriu-se, novamente, outra crise revolucionária. Gonzalo Sánchez de Lozada, isolado, derrotado politicamente, tendo resistido até o último momento a renunciar, abandonado por seu vice-presidente, já sem o apoio da NFR, apoiado só e até o último momento pelo MIR, pela embaixada norte-americana e a OEA, viu-se obrigado a renunciar e fugir do país para Miami. Na sexta-feira, dia 17, à tarde, abandonou a Bolívia, manchado com o sangue de mais de 80 mortos e 400 feridos, deixando nas mãos do Congresso sua carta de renúncia. Caiu um dos filhos mimados das políticas neoliberais do continente.

Que nome dar a este acontecimento no qual uma greve geral insurrecional derruba um presidente e seu governo? Porta-vozes da burgue-

sia e do imperialismo se negam a chamar por seu nome as insurreições de fevereiro e de outubro deste ano, para ocultar as proporções da sua derrota e da colossal vitória das massas. Goni e a OEA disseram que os acontecimentos de fevereiro foram um simples motim policial e os de outubro, chamaram de um golpe do “narco-sindicalismo”. Alguns analistas sustentam que se tratou de uma revolta ou de uma rebelião espontânea. Nós consideramos que se “*A característica mais indiscutível das revoluções é a intervenção direta das massas nos acontecimentos históricos*” (Trotsky), essa característica esteve mais que presente nas mobilizações que derrubaram Goni. Por isso, sustentamos que o que realmente aconteceu na Bolívia não foi só uma revolta espontânea, e sim uma revolução protagonizada pelas massas trabalhadoras do campo e da cidade, dirigidas por sua Central Operária. Uma revolução que, tendo derrubado o governo, colocou o problema de quem deveria governar o país.

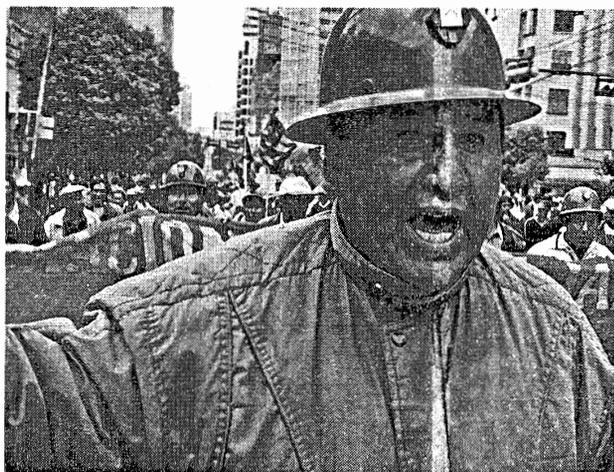


Uma revolução operária e socialista

Assim como se pretendeu negar que outubro foi uma revolução, também se discutiu seu caráter de classe. É certo que as nacionalidades aymaras e quechuas que fazem parte do movimento camponês participaram com força e iniciaram a insurreição de outubro. É certo que o componente indígena originário gerou uma corrente de massas importante na mesma. É certo que em El Alto se mobilizaram os moradores dos bairros. Isto faz com que muitos analistas caracterizem o ocorrido como “uma rebelião aymara”, como uma insurreição de “vizinhos e vizinhas”, de “comunitários”, e em geral como uma “rebelião indígena”.

Porém, ocorre que junto a estes setores se mobilizaram os trabalhadores organizados das cidades, os sindicatos e as federações que agrupam os assalariados dos diversos setores como os professores rurais, os professores urbanos, os trabalhadores da saúde, os administrativos, os universitários, os mineiros. Em El Alto, os vizinhos são em grande proporção trabalhadores de vários setores, são operários e mineiros relocados em trabalhos informais. Os operários fabris, que se bem não participaram como organização, o fizeram como “vizinhos”, tanto em El Alto como em outros lugares de La Paz. A classe trabalhadora se mobilizou da mesma forma em Cochabamba, Potosí e Oruro. Toda ela organizada nas centrais operárias departamentais e a nível nacional junto com os trabalhadores do campo na COB. A COR de El Alto desempenhou, junto à FEJUVE, um papel chave na mobilização.

Por isso, a revolução teve, por sua composição social e pela direção que a centralizou a nível nacional, a COB, um caráter operário, camponês e popular. Porém, ademais, esta revolução não se enfrentou somente com a tentativa de enviar o gás pelo Chile, nem somente a Goni como presidente, senão que enfrentou o saque imperialista de nossos recursos naturais e a um governo laicaio que aplicou



esta pilhagem. Quer dizer, pelo inimigo que enfrenta, é uma revolução operária, anticapitalista e antiimperialista, vale dizer, socialista.

À diferença da revolução equatoriana de 2000, que teve uma direção e um componente social majoritariamente indígena e camponês, a boliviana é mais operária e urbana. À diferença também da revolução argentina, na qual a classe operária organizada não teve uma participação central e só gerou embriões de poder dual, a revolução boliviana tem como protagonista central a classe operária e gerou um órgão de poder dual mais avançado e institucionalizado, que se expressou na COB. A revolução equatoriana também gerou um organismo de poder dual nacional, a Assembléia dos Povos, porém, com um peso camponês hegemônico, à diferença do caráter operário da COB. Comparando os processos revolucionários recentes da América Latina, a revolução boliviana tem claramente um caráter de vanguarda, marcada por seu peso proletário.

No entanto, ficou atrás da revolução equatoriana em relação a um dos seus elementos: não ocorreu na Bolívia a ruptura aberta das Forças Armadas, como ocorreu no Equador, onde um setor militar passou para o lado da insurreição, levando à derrota militar direta do regime. Os elementos de divisão das Forças Armadas bolivianas aconteceram com soldados se negando a reprimir e sendo fuzilados, com um coronel pronunciando-se contra a repressão, porém, não chegaram a provocar a ruptura como a ocorrida no Equador.

COB: organismo de duplo poder

Acredita-se, equivocadamente que, como a revolução boliviana não gerou órgãos de poder parecidos aos soviets da Revolução Russa, não há poder dual. Muitos buscam com lupa esses soviets e não os encontram na forma clássica, não vêem que diferente de outras revoluções, a revolução boliviana gerou um órgão de poder dual distinto, porém, igualmente poderoso. Trata-se de uma Central Operária que agrupa todos os setores da população trabalhadora do campo e da cidade. É uma “central povo”. In-

clusive, as comissões barriais que são organizações da população em geral, por ter em seu interior um grande componente de assalariados, pedem para fazer parte da COB. No ampliado de 19 de outubro se juntaram todos estes setores sob a direção da COB para decidir o que fazer depois da queda de Goni. Isso mostra a força da convocatória da COB como direção e como órgão centralizador.

Esta central, que data da revolução de 1952 e que jogou um papel fundamental nos processos revolucionários de 1971 e 1985 como órgão de poder dual, estava praticamente desaparecida na etapa reacionária depois da derrota dos mineiros, em 1985. Desde então, foi dominada por direções pró-governistas e pró-neoliberais. Porém, ao calor dos combates de suas bases, foi recuperando forças e sua recuperação se fez possível graças às mobilizações cada vez mais contundentes deste ano, em particular a de fevereiro. Seu XIII Congresso, realizado em agosto, foi consequência quase direta dessa insurreição, na qual tiveram um papel fundamental suas bases estaduais, começando pelas de La Paz e El Alto. Se bem que este congresso não armou com uma política correta, restabeleceu a um nível superior sua organização, derrotando as direções pró-governistas, o que lhe permitiu ter um papel centralizador e unificador na revolução de outubro. Foi, como dissemos, seu chamado à greve geral o que permitiu dar um salto nas mobilizações e que, por sua vez, foi esta revolução que, por força das mobilizações insurrecionais, lhe catapultou outra vez como órgão de poder dual institucionalizado. Ainda que momentaneamente congelado pela política das direções, no marco da trégua concedida ao novo governo, até os analistas mais reticentes como Álvaro Linera, consideram a COB como esse organismo e a situação nacional atravessada por um choque de dois poderes. Isto é assim porque o governo não pode fazer nada importante hoje sem considerar as opiniões da COB e, nos dias de combate, a COB e suas bases do campo e da cidade eram os “donos e senhores” da situação, a tal ponto que Carlos Mesa teve que pedir permissão à COB para apresentar-se no Palácio Quemado para jurar e assumir como presidente.

A revolução boliviana restabelece temas abandonados

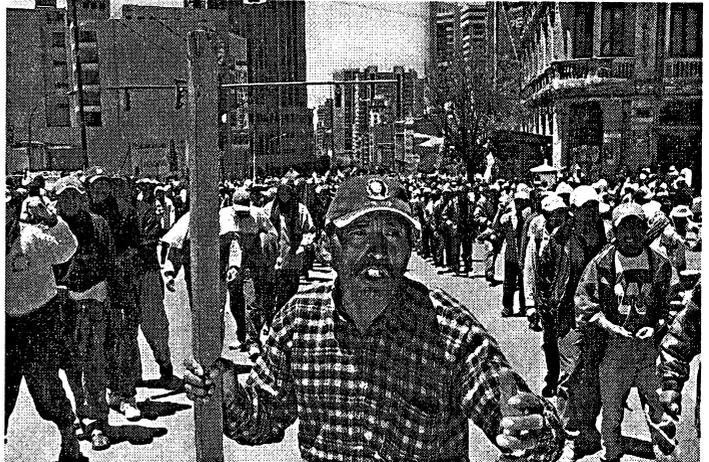
Por seu caráter de classe, pela transparência objetiva de seus fins, mais claramente que outras revoluções ocorridas nestes anos no continente, a revolução boliviana vem restabelecer temas vitais discutidos e abandonados por grande parte da vanguarda mundial depois da queda do Muro de Berlim. Assim, hoje, graças a esta revolução, começa a valorizar novamente o tão discutido papel da classe operária como sujeito social da revolução. Porque a revolução não só mostrou a presença militante da classe trabalhadora, como também sua organização como órgão de poder, com a COB à frente. Também, ligado ao ponto anterior, a não menos questionada tomada do poder pelos trabalhadores, assim como a necessidade do partido revolucionário para levar esta tarefa a uma solução revolucionária. Hoje, na Bolívia, toda a vanguarda começa a discutir a necessidade do poder e de uma direção revolucionária, deixando para trás teorias pessimistas e revisionistas do programa marxista revolucionário. Porém, além disso, a revolução também introduziu a discussão, junto com a necessidade da tomada do poder pelos trabalhadores do campo e da cidade, a necessidade de dar uma solução positiva ao capitalismo imperialista em bancarrota total, tornando possível a reivindicação do socialismo como alternativa real ao sistema capitalista.



A direção da revolução entrega o poder à burguesia

Esta revolução que derrubou o governo burguês pró imperialista de Sánchez de Lozada, termina, no entanto, entregando o poder a esta mesma burguesia por meio do mecanismo de uma sucessão constitucional, no marco do regime democrático burguês colonial. É, como dissemos, uma revolução operária e socialista pelo sujeito social que a encabeça e pelos inimigos que enfrenta, porém, por ter uma direção conciliadora e reformista, entrega o poder à burguesia. É, neste sentido, o que denominamos uma “revolução de fevereiro”, inconscientemente socialista, que pelo problema da direção, cede o triunfo a seu inimigo de classe.

Isto aconteceu assim porque tanto a direção da COB, como a dos camponeses e a posição da referência política mais importante, o MAS de Evo Morales, defenderam quase em uníssono que com a queda de Goni devia haver a sucessão presidencial no marco da Constituição do Estado. No final, houve um acordo geral que quem deveria assumir o cargo seria o vice-presidente da república. Nenhuma dessas direções defendeu que o poder devia passar para as mãos dos trabalhadores, e muito menos para as mãos da COB, o organismo de poder que a revolução havia reconstruído para assumi-lo.



Mesa: kerenskista e pró-imperialista

Desta forma, o governo de Carlos Mesa, é produto, em primeiro lugar, de uma insurreição operária e camponesa vitoriosa, portanto, é um governo débil, muito mais débil que o anterior. É um governo que tem diante de si um organismo de poder dual alternativo, expressado na COB e nas demais organizações operárias e camponesas nacionais e locais. Por isso, tem as características típicas de um governo Kerenskista, que em um sentido é a ante sala de uma nova revolução. Por ser também consequência da política das direções que permitiram sua assunção, é um governo que é sustentado por estas mesmas direções que assim o expressaram, dando-lhe uma tréguia: uns lhes deram 90 dias como os camponeses dirigidos por Mallku, outros sem prazo fixo, como a direção da COB que optou por um “recoo estratégico” e Evo Morales que se mantém com sua política de “defesa da democracia” e de sustentar o governo para que cumpra seu mandato até 2007.

Este governo assim constituído mantém as linhas mestras do plano neoliberal de seu antecessor, por isso é um governo pró-imperialista que acata os ditames do FMI. A promessa de referendun para o gás, a revisão da Lei de hidrocarbonetos e a Constituinte, são a saída para desviar a revolução em curso, e dar continuidade assim, ao poder recolonizador no país.

Uma nova fase da revolução

Com a queda de Goni e a subida de Carlos Mesa como presidente, o processo revolucionário, ao invés de fechar, se aprofunda. Nada está resolvido a favor dos trabalhadores; estes vêm de obter um grande triunfo, o governo está obrigado a resolver as principais reivindicações a curto prazo, principalmente o problema do gás. O país está em quebra econômica e fiscal. O governo está obrigado a recorrer a ajustes na linha do FMI. O que se abriu foi uma nova fase da revolução. Muitos trabalhadores dizem que em outubro se ganhou só uma batalha e que agora trata-se de ganhar a guerra. Isto quer di-

zer que se bem o poder passou para as mãos da burguesia, a fase que se abriu, lança a luta organizada pelo poder operário, camponês e popular. O que está colocado nesta etapa é a preparação da luta pelo poder dos trabalhadores do campo e da cidade, através da COB.

A armadilha da Constituinte

A burguesia e o imperialismo são conscientes desta segunda fase e têm uma política para enfrentá-la. Desde já, enfrentaram a insurreição de outubro pela via de uma saída constitucional. Agora buscam, fundamentalmente, desmontar a revolução em curso pela via do que chamamos de “reação democrática”, quer dizer, canalizar o processo das lutas para um processo eleitoral, seja através da antecipação das eleições ou, sobretudo, através da convocação de uma Assembléia Constituinte. Esta saída não descarta preparativos golpistas como recurso de emergência, porém, está claro que, pela força das massas, eles colocam o eixo na saída democrática burguesa. Assim enfrentaram as revoluções do Equador e da Argentina e pensam em fazer o mesmo na Bolívia. Está se armando esta grande armadilha que é a Constituinte, instância à qual, depois de manobras postergatórias e desgastantes, pensam em levar a discussão do que fazer com os decretos sobre hidrocarbonetos e o gás, o decreto neoliberal 21060 e todas as principais reivindicações dos trabalhadores. Decretos que não precisam passar nem pelo Congresso atual, uma vez que são de competência do poder executivo.

Querem chegar a esta Constituinte através de acordos com as cúpulas dirigentes dos partidos burgueses e, sobretudo, dos representantes dos trabalhadores. Contam para isso com a colaboração do MAS, de Evo Morales, que reivindica a necessidade da Constituinte como saída para “refundar o país”, em concordância com a burguesia de Santa Cruz de la Sierra que pretende fazê-lo para seus fins hegemônicos. Porém, também em concordância com a maioria dos dirigentes, incluídos os da COB, que depositam suas esperanças de que esta via poderia levar às conquistas que as massas reclamam.

Porém, esta saída apesar de contar com um apoio de amplo espectro, não vai ser nada fácil. Mesa se comprometeu a realizar, antes da Constituinte, um referendun sobre o gás. Quer dizer, uma consulta vinculante, sobre se se recupera o gás para Bolívia ou se deixa nas mãos das transnacionais. A esta altura do processo revolucionário uma consulta minimamente democrática, que não está garantida, levaria ao triunfo esmagador do povo trabalhador. Isto colocaria contra a parede o governo e o imperialismo e aceleraria a hora das definições sobre o problema da luta pelo poder. À recuperação do gás se soma a recuperação de todas as riquezas privatizadas. E então, a situação vai esquentar. Por isso, o governo, ganha tempo e trata de sair desta situação, buscando levar tudo à Constituinte, instância na qual pensa ganhar maioria, inclusive com fraudes, para, desse modo, impor, contra os trabalhadores, o destino do gás e das demais reivindicações. Assim, poderá dizer: a Constituinte decidiu e estamos todos obrigados a respeitar seus acordos; do contrário se estará investindo contra a santa democracia.



Nenhuma confiança em Mesa

Contrariamente à política da burguesia e do imperialismo, a tarefa central que está posta para as massas trabalhadoras e a juventude, nesta fase da revolução, é preparar e organizar a tomada do poder pela COB. É necessário opor o fortalecimento do órgão de duplo poder central das massas em luta, a COB, a esta manobra da burguesia cujo centro é a saída democrática burguesa e a Constituinte, para conservar o poder das transnacionais. As iniciativas no sentido de unificar algumas bases ainda divididas e sua integração plena na COB vai nesse sentido. Está colocada a necessidade de manter em atividade as conquistas organizativas, como os comitês de bases no campo, em El Alto, os comitês de auto-defesa nos bairros, as zonas praticamente liberadas do altiplano, etc. Ao poder quase em ruínas da burguesia e sua tentativa de recompor-se via a saída democrática, temos que enfrentá-lo com o fortalecimento do poder operário, camponês e popular.

Para tal fim é vital a convocação de um Congresso da COB, porque não é suficiente discutir estas e outras tarefas em plenárias por importantes e necessários que sejam. É necessário fazer com que o conjunto das bases discutam neste congresso a rica experiência de organização e as conclusões políticas superadoras que chegaram por sua própria experiência. Um Congresso que avalie a fundo a nova situação aberta, as tarefas que estão colocadas para os trabalhadores. De fato, um evento que superando o anterior, se proponha organizar e preparar a tomada do poder, quer dizer, como muitos trabalhadores reclamam, desta vez preparar-se para ganhar a guerra.



É uma tarefa que está colocada também para cada setor e cada base e que em alguns casos já está na agenda como em setores de El Alto. Eventos que deveriam confluír em um grande congresso da COB.

Nenhuma confiança no Governo de Carlos Mesa, é incorreta a trégua brindada pelas direções, pior ainda as expectativas disseminadas por dirigentes como Evo Morales. O governo Mesa não está em uma disjuntiva por definir-se, como equivocadamente assinalam alguns dirigentes, sua definição é derrotar o ascenso revolucionário, restaurar o regime e o Estado em crise e recompor o poder da burguesia e do imperialismo.

Por isso, o Congresso da COB deve votar um programa e um plano de luta para derrotar o plano imperialista, e colocar a luta pelo poder em primeiro lugar. Aprovar um programa cujo centro seja a ruptura com o FMI, a recuperação-nacionalização do gás, a anulação da Lei 21060 para ter trabalho, a anulação da Lei 1008 e terra para os camponeses. Ademais, o não pagamento da dívida externa, o rechaço à ALCA, a recuperação total das empresas privatizadas para colocá-las sob controle dos trabalhadores; assim como, integrar as reivindicações das nações originárias que se plassem em um Estado operário multi-

étnico e plurinacional. E, junto a isso, necessariamente, um Plano de Luta para concretizar o fortalecimento da COB e suas bases, a preparação de uma nova greve geral insurrecional, as milícias armadas, etc.

A necessário que a direção da COB, assim como Evo Morales e Mallku, rompam com a trégua, quer dizer, rompam com a burguesia, o governo de Carlos Mesa e assumam a tarefa de preparar o poder dos trabalhadores do campo e da cidade.

Dirigentes intermediários e ativistas e, inclusive alguns dirigentes nacionais, depois de fazer o balanço dos acontecimentos de outubro, do papel das atuais direções conciliadoras, começam a considerar que o problema central que tem que se resolver para encarar a nova situação, é o problema da direção revolucionária. Esta conclusão é chave. Nós, do Movimento Socialista dos Trabalhadores – MST –, coincidimos plenamente e queremos fazer parte da tarefa de levar adiante a formação desta direção, junto com todos eles. Por isso, no calor de impulsionar a luta pelo poder dos trabalhadores nesta fase da revolução, queremos confluír com eles para construir a direção revolucionária que a revolução operária e socialista boliviana exige para sua vitória definitiva. ●

ANTECEDENTES: A REVOLUÇÃO COMEÇOU EM COCHABAMBA

CECÍLIA TOLEDO

Jornalista e membro do PSTU (Brasil)

Na Bolívia, a situação mundial, caracterizada por um salto na ofensiva recolonizadora do imperialismo e pela violenta e persistente reação das massas, vem encontrando sua maior representante. Desde abril de 2000, com a irrupção de Cochabamba ao pódio do ascenso no Altiplano, a Bolívia vive uma etapa abertamente revolucionária. É a única explicação plausível para a onda imparável de lutas que sacode o país, que tornou impossível a vida de Banzer, criou uma verdadeira correnteza de votos para os dois maiores partidos de esquerda, o MAS e o MIP nas eleições de 30 de junho de 2002, e virou de cabeça para baixo o mapa político boliviano.

Mais que isso. Somente afirmando, clara e categoricamente, que a Bolívia vive uma etapa revolucionária, pode-se entender a enorme onda de lutas insurrecionais de 12 e 13 de fevereiro de 2003 que deixaram o governo Goni ferido de morte e derrotaram um pacote de impostos pronto para entrar em ação.

Massas dão o troco à burguesia

O estopim para essa nova onda revolucionária foi Cochabamba, em abril de 2000. O plano neoliberal já havia entrado em crise e a economia em recessão. As forças policiais se insubordinam, os camponeses cocaleiros e não cocaleiros, e depois os trabalhadores urbanos: um a um os setores iam entrando em luta contra o governo e o plano de arrocho imposto pelo FMI. Com isso, as massas conseguiram dar o troco à burguesia, que derrotara os mineiros em 1985, revertendo a etapa de reação que o país sofria havia 15 anos.

A gota d'água foi justamente uma empresa de água. O governo queria privatizar a água, como queria fazer com o gás, e entregou o negócio à transnacional imperialista Aguas de Tunari, em Cochabamba. Inconformada, a população se revoltou, tomou conta da cidade e acabou expulsando a empresa. A maré cresceu, impulsionada pelo plano do governo de entregar a exploração do gás boliviano ao Chile, que acabou por inundar todo o país, fazer submergir o plano neoliberal, deixar sem ar o regime de democracia colonial e o governo quase morrendo afogado.

Desde então, a iniciativa de conduzir o barco passou para as mãos dos trabalhadores e a Bolívia entrou, de conjunto, numa etapa revolucionária. Nesse

marco, um marco de fortalecimento das massas e dos partidos camponeses que estiveram na vanguarda das lutas anteriores, são realizadas as eleições de 2002 e sobe o governo Sánchez de Lozada. O MAS, representando os camponeses e apoiado eleitoralmente pela maioria dos trabalhadores da cidade e do campo, se converteu na segunda força política do país.

A insurreição de fevereiro

Nesse clima a Bolívia entra em 2003, um ano que só podia começar mal para Goni. Em janeiro, as massas inauguram um processo ininterrupto de bloqueio de estradas que fez o governo balançar. Logo abriu-se uma crise revolucionária, que deixou em carne viva o problema do poder no país. As mobilizações de 12 e 13 de fevereiro de 2003 entraram para o calendário boliviano como o início do fim do governo Sánchez de Lozada, um dos mais pro-imperialistas que o país já teve de suportar em toda a sua história. Goni chegou à beira do precipício, e a tomada do poder pelos trabalhadores nunca esteve tão perto de se concretizar. Infelizmente, custou a vida de mais de 50 trabalhadores e centenas de feridos, demonstrando a crueza dos enfrentamentos de classe, com a burguesia se aferrando ao poder e as massas dando colossais demonstrações de coragem e abnegação.

“Convulsão. Dois dias de assédio ao poder. Os protestos tomaram conta da Praça Murillo. Depois de 20 anos de democracia e 18 de ajustes econômicos, as ruas são ocupadas com fatos de morte e destruição. O país começa a repensar seu presente e seu futuro”. As manchetes dos principais jornais davam conta do tamanho do susto que a burguesia tomou naquele mês de fevereiro.

E tinha motivos para isso. O que ocorreu em 12 e 13 de fevereiro não foi uma série de lutas envolvendo diversos setores da população; foi uma insurreição espontânea das massas, de trabalhadores, de desempregados, de jovens e até de policiais, que reagiram de forma combativa contra o governo e sua intenção de impor um novo pacote de ajuste às massas para cumprir com as ordens do FMI e equilibrar o

déficit fiscal às custas dos já quase vazios bolsos dos trabalhadores.

Mais que isso: foi uma insurreição contra todo o plano recolonizador, do qual o ajuste era apenas uma parte. Esse plano, que há anos vinha sendo aplicado na Bolívia, deixando atrás de si um rastro de dor e sofrimento para o povo trabalhador, recebeu ali o maior golpe que um plano desse tipo já recebera antes na Bolívia.

Durante 24 horas, não houve poder na Bolívia. As massas então se apossaram da sede do governo, em La Paz. Encurralado pelas mobilizações, em meio ao tiroteio entre policiais e militares, Goni fugiu do Palácio do Governo disfarçado, em uma ambulância, para refugiar-se num quartel das Forças Armadas.

Pela primeira vez em 20 anos de história boliviana, o governo foi incapaz de decretar o tradicional estado de emergência ou estado de sítio, ao qual a população já está até acostumada, tantas as vezes em que foram decretados. O governo perdeu totalmente o controle da situação, enquanto as forças armadas e a polícia se enfrentavam, e as massas insurretas assediavam o palácio e incendiavam e saqueavam os principais edifícios-símbolos do poder burguês, como o Ministério da Presidência, do Trabalho, do Desenvolvimento, a Prefeitura de El Alto, as sedes dos partidos do governo, o MNR e o MIR, a fábrica da Coca-Cola, a Aduana e outros. E não só em La Paz, mas em todas as principais cidades do país, incluindo Oruro, Cochabamba e Santa Cruz.

Quem riscou o fósforo que incendiou toda a população foram as forças policiais. Amotinadas, partiram para o ataque contra o governo e os planos econômicos de ajuste cujos impactos em seus bolsos, em suas famílias, já atingia o limite do insuportável.

A polícia é uma instituição cujos efetivos médios e de base também sofrem com o arrocho, e por isso vêm há tempos alimentando uma bronca contra os sucessivos governos que os aplicam, os policiais se rebelaram em Cochabamba, em 2000, e em fevereiro de 2003 voltaram a se mobilizar, na insurreição que tomou o país inteiro.

Mas as insurreições espontâneas e de massas tiveram como protagonistas centrais os trabalhadores, ocupados e desempregados, e a juventude. Foram as bases das principais organizações sindicais, da COB, as CODs do interior, que saíram em combate, mesmo que sua direção não tenha previsto nada e nem organizado nada.



Instituições burguesas em frangalhos

As lutas na Bolívia se sucedem. Basta ver a Cronologia que publicamos nestas páginas. Mas é preciso destacar o caráter distintivo da insurreição de fevereiro. Pela primeira vez neste novo ascenso de lutas, são os trabalhadores urbanos que tomam a iniciativa, deixando em segundo plano os camponeses cocaleiros. São as principais cidades o epicentro dessas lutas e não o Chapare cocaleiro, como vinha ocorrendo até então. São, portanto, as massas trabalhadoras e a juventude de La Paz, El Alto, Cochabamba, Oruro, Potosi e Santa Cruz, as protagonistas centrais das ações revolucionárias que comoveram todo o país e foram desembocar na queda de Goni, em outubro. Mas antes disso, as massas trabalhadores bolivianas deram mais uma demonstração de sua bronca contra os planos neoliberais. Em junho de 2002, votaram massivamente nos partidos camponeses, o MAS e o MIP. Em fevereiro, partiram para a ação direta.

Com essa impressionante disposição de mudar definitivamente a história de seu país, as massas trabalhadoras das cidades sincronizaram suas lutas com as do campo e, em fevereiro, passaram à vanguarda, superando a fase anterior e recolocando a COB diante da possibilidade de reorganizar-se para unificar e centralizar o ascenso.

Não foi por falta de disposição e combatividade das massas que não se tomou o poder nesse momento. Foi por causa da política colaboracionista das principais direções políticas e sindicais dos trabalhadores, como a direção da COB, a CSUTCB, Magistério, MAS e MIP. Essas direções não previram e nem prepararam essas jornadas de luta. Foram pegas de surpresa! O MAS estava tão empenhado em negociar com o governo (quando este já não gozava mais de uma grama sequer de confiança nas massas!) para evitar a tomada do poder pelos trabalhadores, que, depois dos bloqueios de janeiro, organizou diversas mesas de diálogo com Goni. Foram todas atropeladas pelas massas insurretas em fevereiro! Não é de estranhar, portanto, que Evo Morales não estivesse encabeçando as lutas. Se estivesse, junto com a COB e outros dirigentes, muito provavelmente o poder não teria escorregado das mãos dos trabalhadores.

Goni continuou no Palácio, mas bem mais debilitado por essa *paliza* que tomou das massas. Foi obrigado a pisar no freio e dar marcha ré nos planos de ajuste fiscal, retirar o pacote de impostos, reduziu o aparato de Estado, suprimindo ministérios, e o plano de venda do gás ao Chile ficou em suspenso. Não pode fazer nada contra a polícia, a não ser sancionar o Major Vargas, um dos líderes do motim, afastando-o da corporação. Mas nem isso conseguiu estabilizar a situação.



O governo ficou semiparalisado, agravado por uma crise na sua coalizão com o MIR.

Mas não foi só o governo que saiu de fevereiro agonizando. O regime democrático burguês colonial também. O parlamento, que já vinha gozando de um descrédito quase total por parte da população, depois de fevereiro passou a ser questionado por sua inoperância e lentidão para aprovar alguma lei, ao menos uma que fosse, em favor dos trabalhadores. As disputas entre os membros da coalizão, assim como no interior do MNR, deixaram o parlamento ainda mais desgastado. Soma-se a isso a crise no Judiciário, instituição burguesa já totalmente carcomida por anos e anos de corrupção em suas fileiras. O descrédito é tanto que se fizessem um concurso entre os países onde mais se pratica justiça “com as próprias mãos”, a Bolívia levaria a medalha de ouro!

Mas a crise não se restringe ao governo e ao regime. Em fevereiro, o mundo assistiu estarecido a um verdadeiro banguê-banguê nas ruas bolivianas entre os dois pilares do Estado, o exército e a polícia. As duas forças armadas, ao invés de estarem unidas para sustentar o Estado burguês, se enfrentaram a balaços nos dias 12 e 13. Pese ao fato de que o exército lutava em defesa do “sistema democrático”, dentro de suas fileiras se gesta uma crise sem precedentes, cujo fermento não são apenas as desigualdades econômicas e injustiças salariais que descaradamente colocam um verdadeiro abismo entre os comandos e os setores de base.

Os abusos cometidos contra a tropa e a corrupção cada vez mais deslavada conforme se sobe na hierarquia, também colaboraram para fazer do exército um caldeirão fervente. Outro fator importante foi a emergência em suas fileiras de setores da oficialidade média, que questionam a entrega dos recursos energéticos, como o gás, a empresas estrangeiras. Isso ficou ex-

presso na insubordinação do Coronel Ugarte depois de fevereiro e a declaração conjunta que fez com o Major Vargas em defesa das reivindicações nacionais. Ao que parece, Ugarte não expressava apenas uma opinião individual, mas todo um setor nacionalista dentro do exército.

Mas a verdadeira campeã da crise é a polícia. Foi acusada, pela OEA, de ser a culpada pelos fatos ocorridos em fevereiro. Resultado: novos motins e greve de fome de um capitão e um sargento. Apesar das tentativas burguesas de superar esses problemas (como fazê-lo numa situação de crise social profunda, de descrédito total no governo e no Estado?), a crise na polícia é uma ferida aberta.

Quem tem a força?

Das jornadas de fevereiro, só saiu fortalecido o movimento operário, camponês e popular. Protagonistas centrais, as massas trabalhadoras e setores da juventude passaram por cima de suas direções. A direção da COB havia declarado uma greve nacional, mas de fato as massas já haviam assumido, na prática, essa medida. Mais que isso: haviam decidido lutar pelo poder. À direção restou colocar-se na rabeira da ação independente das massas. Foram as bases da COB e as CODs departamentais, nas regiões, que protagonizaram as jornadas de luta mais importantes. O destaque fica com os trabalhadores e desempregados de El Alto.

Com essa enorme vitória política, superior àquela alcançada em Cochabamba, em 2000, e muito superior àquela obtida nas eleições de 30 de junho, o conjunto das massas trabalhadoras da Bolívia, do campo e da cidade, se fortaleceu e se colocou em melhores condições para enfrentar as lutas que vieram depois, e que acabaram por derrotar o governo Sánchez de Lozada. ☉

TESES PARA O CONGRESSO DA CENTRAL OPERÁRIA BOLIVIANA

MST

Movimento Socialista dos Trabalhadores - Bolívia

Reproduzimos aqui alguns trechos da proposta apresentada pelo MST – Movimento Socialista dos Trabalhadores da Bolívia, ao XIII Congresso da COB – Central Operária Boliviana em junho de 2003, três meses antes da insurreição que derrubou o governo Lozada.

POR UMA COB UNITÁRIA, CLASSISTA E DE COMBATE, PARA LUTAR PELO GOVERNO DOS TRABALHADORES

Este Congresso tem uma importância transcendental para o movimento operário, camponês e popular da Bolívia. Tem pela frente a tarefa de recuperar a nossa Central Operária, derrotando os agentes do governo instalados em seu interior, para dar a ela o caráter de organismo de poder dos trabalhadores.

1. O marco internacional

A situação mundial se caracteriza por um salto na ofensiva recolonizadora do imperialismo, por um lado, e na resposta das massas, por outro.

O imperialismo, pressionado pela recessão econômica, insolúvel até o momento, que também atinge a Europa, e pelo fracasso estrepitoso de suas políticas neoliberais em escala mundial, depois do 11 de setembro declarou uma “guerra preventiva” contra os povos para aprofundar sua ofensiva recolonizadora e se apropriar dos recursos energéticos do planeta, com o pretexto de combater o terrorismo. (...) Por sua vez, as massas trabalhadoras e a juventude não pararam de lutar nos epicentros fundamentais da luta de classes como América Latina e Oriente Médio; protagonizaram as maiores mobilizações contra a guerra no Iraque, tendo como vanguarda e como fato novo da situação atual a insurgência das massas na Europa, sobretudo Espanha, Itália, Inglaterra e Alemanha, à quais se somaram importantes manifestações nos próprios EUA. Ocorreu assim um avanço importante na consciência antiimperialista em todo o mundo.

(...) A situação mundial depois da guerra do Iraque mostra um novo nível de polarização entre a revolução e a contra revolução, uma etapa revolucionária na qual está colocada a possibilidade de derrotar os planos do imperialismo, apesar de relativizada pelo papel das direções reformistas.

2. A situação nacional

Durante os três primeiros anos do novo milênio, o país foi sacudido por novos e importantes acontecimentos, protagonizados por trabalhadores, camponeses, pela juventude e setores populares.

(...) Todos esses fatos só se explicam porque o país entrou em uma etapa de ascenso revolucionário mais ou menos desde a insurreição de Cochabamba, em abril de 2000. Desde essa data o plano neoliberal havia entrado em crise total, a economia do país havia entrado em recessão, as forças policiais estavam insatisfeitas e pela primeira vez se insubordinaram, os camponeses cocaleiros primeiro e na vanguarda, depois os camponeses não cocaleiros, bem como os setores de trabalhadores urbanos iam entrando um a um na torrente de lutas por suas reivindicações e contra o governo e seu chamado plano neoliberal expresso nas leis 21060 e 1008.

A relação de forças entre as classes havia mudado. Depois de 15 anos de ofensiva burguesa imperialista, em que se aplicou um duro plano de arrocho depois da derrota dos mineiros em 1985, as massas trabalhadoras, com os cocaleiros à frente, reverteram a etapa de reação anterior, passaram à ofensiva contra o governo e o FMI. (...) Desde então a iniciativa política passou para as mãos dos trabalhadores, a etapa de conjunto se tornou revolucionária. As massas conquistam vitórias políticas e mantêm os governos contra a parede. A burguesia e o imperialismo não encontram uma saída de fundo para a situação. Surge um governo mais fraco, o de Sánchez de Lozada, as massas trabalhadoras se fortalecem, os partidos camponeses que estavam na vanguarda das lutas anteriores também se fortalecem e cumprem um papel protagônico. O MAS, representando esse setor, apoiado eleitoralmente pela maioria dos trabalhadores do campo e da cidade, passou a ser a segunda força política do país como resultado dessa nova situação.

Nesse marco ocorrem as mobilizações de fevereiro, aprofundando as características objetivas da etapa revolucionária. As massas obtêm uma nova vitória, o governo é derrotado, a cri-

se do Estado e do regime se agravam. Está colocada outra vez na Bolívia, depois de quase duas décadas, a disjuntiva: uma saída contra revolucionária em qualquer de suas variantes, ou uma saída revolucionária operária e camponesa.

3. O problema do poder está colocado na ordem do dia

De acordo com esta nova situação, as lutas têm colocado como uma questão atual o problema do poder político, ou seja, quem deve governar o país. Este problema foi colocado na prática quando o governo de Banzer esteve, em abril e setembro de 2000, à beira da derrota devido a mobilização das massas, e apesar de que depois o governo de Tuto, em colaboração com as direções majoritárias, pôde momentaneamente desviar o ascenso das lutas para a saída eleitoral, o questionamento ao poder voltou a expressar-se nas eleições de 30 de junho do ano passado, quando as massas colocaram Evo Morales praticamente em primeiro lugar, ou seja, quando na verdade se não fosse pelas manobras eleitoreiras da burguesia e do imperialismo, teria vencido as eleições.

A etapa atual coloca a disputa pelo poder político pelos trabalhadores como uma questão presente e não para um futuro distante. Os bloqueios de janeiro que fizeram o governo balançar, e sobretudo as lutas insurrecionais de 12-13 de fevereiro demonstraram com a contundência da dura realidade que o problema do poder está colocado em toda a sua candência. As mobilizações de 12-13 puseram o governo de Goni à beira da derrota, houve uma crise revolucionária, se poderia ter tomado o poder.

Aqueles que, apesar das evidências dos fatos, insistem em afirmar que “as condições não estão maduras”, que “o poder não está ao alcance das mãos” e que às massas só resta esperar as eleições de 2007, assumem posições que só servem para sustentar o governo e o regime de democracia colonial em crise completa. Por isso queremos reafirmar que este problema está colocado novamente no país em toda a sua dimensão, problema de cuja solução depende o destino da classe trabalhadora.

4. Fevereiro: uma insurreição de massas

(...) O que realmente aconteceu em 12-13 de fevereiro foi uma insurreição de massas, de trabalhadores, setores médios, desempregados, setores da juventude e da polícia. Foi uma reação de combate contra o governo e sua tentativa de impor um novo arrocho às massas trabalhadoras para cumprir as ordens do FMI de equilibrar o déficit fiscal com um maior ataque aos bolsos do povo trabalhador. Mas, mais que isso, foi uma reação contra o plano recolonizador de conjunto, do qual o arrocho era apenas uma parte, plano esse que vem sendo aplicado há anos e agora recebe o maior golpe por parte das massas.



5. O governo foi derrotado. A etapa revolucionária se aprofunda

(...) Se em fevereiro não se tomou o poder não foi por falta de disposição e combatividade das massas, mas pela política colaboracionista das principais direções políticas e sindicais dos trabalhadores.

(...) Em 12-13 o governo de Goni, que havia nascido débil, e que depois das negociações a seu favor obtidas com os cocaleiros, pondo fim aos bloqueios de janeiro, sentiu-se com autoridade para impor o “impuestazo”, foi derrotado pela ação das massas. O “impuestazo” era uma peça chave do orçamento geral da nação, preparado de acordo com os planos do FMI a serviço do pagamento da dívida externa e das transnacionais. Ao derrotá-lo, as massas derrotaram o governo e seu plano, feriram de morte o plano de recolonização que já vinha sendo muito combatido há dois anos.

(...) Depois de fevereiro, a etapa revolucionária de conjunto se aprofundou em seus elementos objetivos. Não há reativação da economia, nem mesmo modesta, os salários continuam sendo salários de fome e o desemprego cresce. Falta solução às demandas mais elementares das massas trabalhadoras. Maior debilidade do governo que o impede de aplicar a fundo um plano de maior arrocho devido à luta das massas, fortalecimento objetivo dos trabalhadores do campo e da cidade, mantendo a distância qualquer aplicação de medidas que imponham maiores sacrifícios às massas, de fato estas conservam a ofensiva e a crise no interior das forças policiais e das Forças Armadas se mantém.

O regime democrático burguês colonial também saiu mais questionado depois do 12-13.

Aparentemente, a crise na Bolívia se reduziria ao problema do governo e, em parte, do regime; no entanto, a crise atinge o próprio Estado.

6. O movimento operário, camponês e popular se fortaleceu

A insurreição de fevereiro foi obra centralmente das massas trabalhadoras e de setores da juventude, o motim policial foi o estopim que abriu as portas à rebelião. As massas ultrapassaram as suas direções.



(...) As direções majoritárias e alguns analistas argumentam que não existe tal fortalecimento porque a COB ainda se mantém em crise. Esta é uma análise equivocada, porque deixa de lado um aspecto central: não vê que quem derrotou o governo foram as bases mobilizadas da COB, fazendo passar a tese do governo, que afirma que as jornadas de 12-13 não foram além de um motim policial e de ações de vandalismo devido à falta de polícia. Nós sustentamos que não foi gente estranha a COB que se mobilizou, mas suas bases, sobretudo nas principais cidades do país. Ocorre que essas lutas não se expressaram diretamente em organização e menos ainda na reorganização revolucionária da COB. Esta é uma debilidade do ascenso. Mas não é totalmente certo que não haja causado impacto na situação da COB, porque depois de fevereiro a direção mais diretista, de Saturnino Mallku, se debilitou a tal ponto que foi afastada, jogando um papel mais decisivo as correntes de oposição, como o bloco antineoliberal, que estava se fortalecendo entre os trabalhadores fabris e os mineiros. Ou seja, ocorreu um processo de reorganização mais à esquerda, apesar de não ter surgido ainda uma corrente classista consequente, outro aspecto débil do processo. Mas se derrotou o setor mais diretista e se abriu a possibilidade de uma recuperação classista da COB. Apesar de não ter surgido de forma generalizada organismos alternativos de poder (apesar de existirem no Chapare e outros lugares, como em Achacachi, onde não há nem polícia), surgiram organismos de luta no interior, como os "comitês cívicos", que são coordenações que agrupam desde os trabalhadores organizados até a população inteira, como ocorre em Oruro, Potosí etc., cujos métodos de luta são os bloqueios de estradas. Abriu-se com força a possibilidade de recuperação classista da COB, depois de 20 anos de retrocesso. Isto se deve não só às lutas persistentes de suas bases, mas também da decidida e massiva entrada dos trabalhadores urbanos na torrente de lutas.

(...) Nesse marco, o surgimento do chamado Estado Maior do Povo, organismo criado principalmente pelo MAS depois dos bloqueios de ja-

neiro, não é uma alternativa de centralização, já que é um órgão que não apenas pretende substituir a COB, diante da incapacidade dessa direção de recuperar esse organismo, como não serviu sequer para centralizar e impulsionar as lutas dos cocaleiros. Pelo contrário, foi um instrumento para negociar com o governo uma nova trégua, a das sete mesas de diálogo. Não é por acaso que esse chamado Estado Maior não cumpriu nenhum papel centralizador e de combate alternativo na insurreição de fevereiro. O que está colocado depois de fevereiro não é a criação artificial de novos organismos de centralização, mas a recuperação classista e de combate da COB para que cumpra seu papel tradicional neste novo ascenso. E o denominado Estado Maior do Povo, ao invés de dividir, impulsiona essa tarefa.

7. As direções vão mais ainda à direita

(...) Muitos esperavam que o MAS, que em 30 de junho havia recebido um respaldo massivo do campo e da cidade, cumprisse um papel correspondente ao mandato de luta que as massas lhe deram. Mas infelizmente a direção do MAS, com Evo à cabeça, não só negociou a favor de uma nova trégua os bloqueios cocaleiros de janeiro, como ao ser surpreendida pela insurreição de fevereiro, que jogou por terra essa trégua, nada fez para dar uma direção de combate a essas mobilizações, salvando assim o governo de uma queda iminente. Isso porque a direção do MAS se propôs sustentar o governo de Goni até 2007 e recorrer às mobilizações apenas como instrumento de pressão para conservar uma cômoda condição "opositora".

Essa política ficou clara quando o embaixador dos EUA, empenhado em tirar do isolamento e do ostracismo o governo de Goni depois de sua derrota, acusou o MAS de estar tramando um golpe de estado para abril deste ano. O MAS, por boca de Filemón Escobar, mais depois pelo próprio Evo e toda a equipe de direção, se encarregou de desmentir o embaixador, argumentando que esse partido não estava por um golpe, que de fato estava sendo preparado

pelo imperialismo, que estava pela “defesa da democracia” e que só tiraria o governo com os votos das urnas em 2007.

Filemón Escobar defendeu essa linha, a política do Ayni, de colaboração, nada menos que depois de fevereiro; defendeu, sem qualquer pudor, que se ocorressem novas mobilizações, o governo cairia, que por isso era preciso um pacto social de governabilidade para defender a democracia. A pesar de que nem toda a direção MAS tenha tomado ao pé da letra a tese de Escobar, infelizmente põem em prática o seu conteúdo, porque a política de sustentar o governo até 2007 dentro da estratégia eleitoralista significa que fizeram, de fato, um pacto social com o governo. Essa política significa manter-se no parlamento como uma mera “oposição à sua majestade” e o diálogo permanente a favor das tréguas.

Esse pacto de governabilidade pretende justificar-se, também por meio do argumento oportunista de Escobar de que estando supostamente em perigo a democracia, ameaçada por um golpe de direita, do imperialismo, não se poderia repetir o “erro” de 1985, quando ao impulsionar a mobilização se teria provocado a derrota dos trabalhadores em mãos da direita. Mas Filemón é incapaz de ver, dada sua política colaboracionista e de capitulação completa ao governo e ao imperialismo, que tanto em 85 como hoje o que esteve e está colocado não é a defesa da democracia, mas a substituição desse regime burguês e do governo pelo governo dos trabalhadores. É incapaz de ver que efetivamente a democracia burguesa e o governo estão em perigo hoje, mas não pela iminência de um golpe de direita, mas sobretudo por causa da mobilização das massas, que buscam uma saída de classe para sua situação de miséria. A direção do MAS, junto com as demais direções, ao defender a democracia defendem também o governo contra essa saída de classe que está colocada hoje. Com essa política colaboracionista, busca condicionar e subordinar todas as lutas à política eleitoral de 2004, às eleições municipais, onde pensa o MAS avançar na ocupação dos chamados “espaços de poder”. Mesmo antes da reunião do chamado Estado Maior, Filemón, com o maior descaramento, havia delineado “protestos” e “greves de fome” incluindo os parlamentares, não com o objetivo de impulsionar a mobilização conseqüente das massas, mas com cálculos eleitorais visando os pleitos municipais.

Do MIP não podemos dizer algo diferente, salvo que nessa política de capitulação está mais à direita que o MAS.

Mas essa política de capitulação ao governo atinge também as organizações que se dizem revolucionárias, como o POR de Lora. Sua política, cujo eixo é a “ditadura do proletariado” em abstrato em todo momento e lugar, é no fundo ultra oportunista, de denúncia abstrata do capitalismo, mas economicismo puro com relação ao governo. Foi assim que encarou a greve dos professores, em março-abril deste ano, quando no momento em que o governo estava mais debilitado que nunca, a greve teve como



eixo apenas o aumento salarial, que seria alcançado mediante a redução dos vencimentos dos parlamentares, mas nem uma palavra sequer sobre a dívida externa, por exemplo, e menos ainda sobre a necessidade de encabeçar a mobilização com a exigência central de: Fora Goni e o FMI!

8. A política do governo e da burguesia

O governo foi derrotado, ficou semi-paralisado. Mas não se dá por vencido, trata por todos os meios de recuperar terreno, busca tomar a iniciativa política. Inclusive trata de endurecer sua política, sobretudo com relação aos cocaleiros, dando continuidade à erradicação da folha de coca, apesar de que depois de fevereiro disse que mudaria a política.

Goni até se deu ao luxo de declarar que defenderia seu governo com as armas. (...) Mas o grande problema que está enfrentando é a luta cotidiana e permanente das massas, que não estão dispostas a dar-lhe trégua. (...) Sem dúvida, numa situação como esta a preocupação central do imperialismo e do governo é orquestrar uma saída.

O golpe é uma delas, vontade para isso não lhes falta. Mas essa saída, apesar de estar no marco da guerra total de Bush contra os povos, não é a mais viável no momento, na América Latina, dado o ascenso das massas e o fato de que na Bolívia o ascenso se combina com a debilidade e a crise das forças policiais e militares.

Então, a política central nesses momentos é a do Pacto Social de direito, ou seja, um acordo de governabilidade que comprometa todas as organizações políticas, sindicais, sociais e regionais. Pacto que lhe permita governar com tranquilidade e encaminhar a situação para a saída eleitoral de 2004 e 2007.

Essa tarefa foi assumida pela Igreja e a instituição de Direitos Humanos e está em curso. Até o momento parece que esta será a melhor maneira de o governo sustentar-se, se assim o permitir a luta de classes. Um pacto social que se combina com repressão às mobilizações.

Mais do que nunca, o problema do poder!

Apesar das tentativas da burguesia e do governo de pacificar o país via pacto social, combinado com repressão, e apesar dos esforços das direções de frear as lutas no marco de sua estratégia eleitoral para 2007, está colocada objetivamente uma dinâmica de enfrentamentos.

Já vimos que fevereiro ocorreu, apesar da trégua de seis meses que as direções concederam, as massas passaram por cima delas. Por que?, porque depois de quase duas décadas de neoliberalismo devastador, nenhuma reivindicação dos trabalhadores e da juventude foi atendida, nem é possível que seja atendida pelo governo dada sua política recolonizadora.

A fome, o desemprego, a miséria crescem, as massas se vêem obrigadas a ir à luta com as direções, sem as direções ou contra as direções. (...) Então, a dinâmica de enfrentamentos não é uma coisa do futuro, mas do presente. Está colocada uma situação de novas mobilizações com bloqueio nacional, novas insurreições tipo fevereiro. E nesse contexto está colocado o problema do poder com mais força que antes. E isso apesar das direções colaboracionistas; está colocado objetivamente, como esteve em várias ocasiões anteriormente e esteve também em fevereiro. (...)

Essa dinâmica pode ser contrariada pela política colaboracionista das direções majoritárias, que tentarão obter uma trégua e desviar o processo para as saídas eleitorais, municipais primeiro e gerais depois. No entanto, a dinâmica não vai no sentido de uma trégua social a longo prazo, mesmo que seja desviada e os processos eleitorais ocorram.

Mas mesmo assim, os processos eleitorais vão estar atravessados pela crise. Cremos que os confrontos de classe no país, o novo ascenso depois de 15 anos de neoliberalismo, chegou a um ponto em que estão colocadas duas alternativas. Ou uma nova derrota das massas pela via contra revolucionária ou reacionária, ou uma vitória por meio de uma saída operária, campesina e popular.

Nós devemos lutar por uma saída revolucionária operária e camponesa para a crise, pelo poder dos trabalhadores.

Depois de 12-13 de fevereiro, a tarefa central do movimento operário, camponês e popular é acabar com o governo de Goni e o FMI e tomar o poder com suas organizações de classe, a COB, a CSUTCB etc. É preciso acabar com este governo e todo o seu plano recolonizador em crise. Esta não é uma expressão de desejos mas uma tarefa que se desprende diretamente da situação criada e possível de ser realizada, porque é um governo já derrotado pela mobilização das massas em fevereiro. Falta dar-lhe o tiro de misericórdia. A saída não pode ser apenas a renúncia de alguns ministros ou a renúncia de Goni para que seja substituído pelo vice ou pela presidenta do Congresso, que são saídas dentro do regime colonial; tampouco pode ser a exigência de Constituinte, que é uma saída democrático burguesa. A única saída correta para os trabalhadores é organizar a mobilização das massas para continuar a tarefa que fevereiro começou: terminar com o governo de Goni e o FMI e substituí-los pelo governo dos trabalhadores, ou seja, uma saída da classe trabalhadora.

(...) Este não pode ser um Congresso a mais, mas sim um congresso que decida acabar com o governo de Sánchez de Lozada agora, mediante a mobilização das massas; evento que impulse a tarefa de colocar a COB como órgão de poder das massas para que assuma o governo dos trabalhadores, em cuja cabeça



devem estar as organizações e os dirigentes que têm essa responsabilidade, como Evo Morales e os novos dirigentes que sejam eleitos. Um congresso que aprove um programa de classe e um plano econômico operário e popular, cujos eixos sejam o rompimento com o FMI, anular o decreto 21060 e a 1008, não pagar a dívida externa, repudiar a ALCA, recuperar o gás e o petróleo e as capitalizadas para colocar a serviço dos trabalhadores e sob seu controle. Um congresso que dote os trabalhadores de um Plano de Lutas para executar esses objetivos, tendo como centro a Greve Geral com bloqueios e a preparação da auto-defesa armada das massas. Além disso, um Congresso que seja de base e democrático, com a participação de todas as organizações sindicais e políticas dos trabalhadores e dos policiais e militares de base.

Não queremos uma COB só antineoliberal, que é uma das políticas do capitalismo imperialista, mas uma COB anticapitalista e antiimpe-

rialista, que lute pelo poder dos trabalhadores e o socialismo, na tradição das teses de Pulacayo.

(...) Nessa linha não cabe nenhuma concessão ao governo, e os trabalhadores devemos dizer: **não ao pacto social! Nenhum acordo nacional com a burguesia!, Basta de tréguas que salvam o governo! É hora que o MAS e o MIP rompam o pacto social de fato que mantêm no parlamento. Contra o Reencontro social impulsionado pela Igreja e direitos humanos para salvar o regime e o governo, este Congresso da COB deve ser o Encontro dos trabalhadores do campo e da cidade para acabar com este governo e substituí-lo pelo governo dos trabalhadores.**

Chamamos os trabalhadores que lutam cotidianamente, que não estão dispostos a sustentar este governo nem um dia mais, a lutar por esta orientação neste Congresso e a organizar-se para dotar a COB de uma nova direção classista e de combate. 🗣️

PRONUNCIAMENTO PÚBLICO DO MST – BOLIVIANO

MST

Movimento Socialista dos Trabalhadores - Seção Boliviana da LIT-QI

ABAIXO O GOVERNO DE GONI E O FMI!

**TODO APOIO À COB, À GREVE GERAL E AO
BLOQUEIO DE ESTRADAS!**

**QUE A COB, COM SOLARES, EVO E MALLKU,
ASSUMA O GOVERNO!**

A Central Operária Boliviana – COB – em uma plenária realizada na quarta-feira passada convocou a Greve Geral por tempo indeterminado, com bloqueios de estradas, a partir desta segunda-feira. Esta medida “será mantida invariavelmente até a renúncia de Gonzalo Sánchez de Lozada à presidência e, conseqüentemente, de todo o governo”.

Consideramos que é uma medida justa, que a situação requer, de uma COB que se recupera depois de seu XIII Congresso e depois de convocar, junto a outras organizações, a importante jornada em defesa do gás, que se converteu num movimento antigovernamental no dia 19 deste mês. E, embora acreditemos que esta medida suprema não está devidamente preparada, pois entre outras coisas, carecia de um novo congresso de rearme organizativo e político para convocá-la, chamamos os trabalhadores a cerrarem fileiras em torno da Greve Geral e do objetivo de derrubar o governo de Goni e expulsar o FMI.

Vimos sustentando que a tarefa central dos trabalhadores e do povo, depois da insurreição de 12-13 de fevereiro, é continuar com a tarefa que essa luta começou, isto é, acabar com o governo de Sánchez de Lozada. Quanto mais se, ainda depois da derrota que lhe impuseram as massas, ele se mantém no poder junto com os repudiados MIR e NFR, golpeando os trabalhadores e o povo com novas medidas de fome, repressivas e entreguistas como os tributaços, a criminalização das lutas, a entrega do gás ao imperialismo e a adesão à ALCA, entre outras. Quando, em resposta às mobilizações pela recuperação do gás e às lutas pela sobrevivência, este governo em Warisata, mais uma vez, assassina



humildes camponeses, professores e estudantes, e militariza o país para sufocar as justas lutas, a tarefa não pode ser outra senão derrubá-lo.

Por isso, junto à COB, dizemos: Abaixo o governo de Goni entreguista e de miséria! Impulsionemos a Greve Geral a partir das bases; que se somem todos os setores, em especial os *cocaleros* e os trabalhadores das fábricas. Que as direções cobistas e as demais garantam essa organização a partir das bases. Viva o bloqueio dos camponeses do altiplano! Façamos de cada local de trabalho e de estudo uma trincheira de combate. Nesta batalha não há lugar para a neutralidade: ou com a COB e a Greve Geral ou com o Governo. Exigimos de Evo e da direção do MAS que se coloquem ao lado da COB e da Greve Geral, abandonando sua política de “defesa da democracia” e de sustentação do governo até 2007. Que o Mallku faça a sua parte em prol da vitória dos camponeses em luta. Que o POR e Olivera façam o mesmo. Se não se quer ir a uma derrota mas brigar pela vitória, essa deve ser a via.

Se a luta declarada da COB for conseqüente, não há lugar para a negociação e novas mesas de diálogo. Deve desembocar na derrubada do governo de Sánchez de Lozada. Ao calor deste combate deve fortalecer-se a COB. Na luta, organizar as milícias armadas, a aproximação das bases da polícia e das forças armadas.

Pergunta-se: quem deve governar depois de Goni? Não pode haver dúvidas: devem governar as massas trabalhadoras do campo e da cidade que decidiram com a mobilização acabar com este governo, ou seja, a COB com os principais dirigentes à frente, Solares, Evo Morales e o Mallku, que têm essa responsabilidade. Essa é a saída de classe correta, uma saída operária e camponesa que a situação exige. Não pode ser que quem derrubou o governo entregue o poder a outro setor burguês ou a uma instituição burguesa, seja lá com que pretexto. Não se pode conceber que nossa luta termine numa saída constitucional burguesa, para que os planos do FMI e do imperialismo continuem sendo aplicados, como sucedeu na Argentina e no Equador. Se queremos ser conseqüentes, a alternativa é o governo dos trabalhadores, para aplicar um plano econômico operário e popular, cujo eixo deve ser a ruptura com o FMI, a anulação da 21060 e da 1008, o não-pagamento da dívida externa, a recuperação dos hidrocarbonetos, do gás e das empresas privatizadas, para colocá-los a serviço dos trabalhadores e do povo e nunca mais das multinacionais. É o único caminho para acabar com a fome, o entreguismo e a recolonização do país.

**GÁS PARA A BOLÍVIA SOB O
CONTROLE DOS
TRABALHADORES!**

NÃO À ALCA!

**ABAIXO O CÓDIGO
TRIBUTÁRIO!**

**ABAIXO A LEI CONTRA OS
BLOQUEIOS!**



La Paz, 29 de setembro de 2003.

NEM UM PASSO ATRÁS!

FORA GOVERNO ENTREGUISTA E ASSASSINO!

**NÃO ÀS MANOBRAS DE GONI: QUEREMOS SUA
CABEÇA E GÁS PARA A BOLÍVIA!**

**FORTALECER A GREVE E OS BLOQUEIOS DE
ESTRADAS EM TODO O PAÍS!**

QUE A COB ASSUMA O GOVERNO!



Com o apoio externo de Bush e da OEA, respaldado apenas pelas Forças Armadas e pelo aparato policial, manchado de sangue, contabilizando mais de oitenta mortos e quatrocentos feridos, repudiado por todo o povo boliviano, o governo assassino de Sánchez de Lozada insiste em se manter no poder. Em defesa de sua democracia de famintos, mortos e feridos, arremete e ameaça com mais sangue e dor. Agora nos sai com uma nova manobra: “referendum consultivo sobre o gás por *departamentos* (distritos), revisão da Lei de hidrocarbonetos e incorporação de uma Constituinte na Constituição Política do Estado”.

Mas, que melhor referendum que as mobilizações em todo o país? Não pedimos que se mude alguma coisa para não mudar nada. Pedimos sim, gás para a Bolívia, revogação da Lei de hidrocarbonetos e a cabeça de Goni e seu governo.

Por isso os trabalhadores e todo o povo, com a COB à frente, com as associações de moradores, junto com o heróico El Alto, dizemos: Basta! Não há um boliviano digno, operário ou camponês, sindicalista ou estudante, que não reclame: Fora Goni assassino e vendilhão da pátria! Até os dirigentes mais reticentes estão se somando a este clamor nacional.

Nem um passo atrás! Não há negociação possível. Parem com o massacre! Fora o Goni e todo o seu governo assassino. Temos que expulsá-los a pontapés.

Mais que nunca impulsionar a Greve Geral em todo o país, ampliar os bloqueios, formar os comitês de luta, em cada sindicato, associação de moradores, universidade, etc. Promover a autodefesa ou as milícias armadas para enfrentar a repressão. Nas mobilizações chamar os policiais e militares de base a se unirem aos trabalhadores e ao povo e a voltarem suas armas para os que nos massacram.

Os grandes proprietários de fábricas e terras, assim como as multinacionais, sustentam o governo. Nós, trabalhadores, devemos ser passivos ou, pelo contrário, nesta insurreição de massas, devemos tomar as fábricas e as

terras? Devemos fazer o que os mineiros propuseram: tomar as minas do Goni. Temos que nos organizar em torno da COB e fortalecê-la como organismo de centralização e de duplo poder operário camponês e popular.

Uma vez mais: quem deve governar depois de Goni? Esta é uma discussão central. Nós dizemos que quem deve governar são os trabalhadores do campo e da cidade. Ou seja, aqueles que, com muita mobilização, derrotaram o governo. Os trabalhadores e o povo organizados na COB com seus dirigentes à frente, Solares, Evo, Loayza e o Mallku. Por isso, a tarefa fundamental, junto com derrubar o governo, é organizar a tomada do poder pela COB para que ela assuma o governo. Não é correto que, depois de derrotarmos o governo com tantos mortos e feridos, entreguemos o poder a outro burguês, quer seja o vice, o Congresso, ou um nobre representante do corrupto Poder Judiciário. Não é correto que estejamos lutando para que a democracia burguesa que promove a fome nos leve a novas manobras eleitorais onde se imponham pela fraude os partidos alcagüetes do imperialismo. Uma saída como essa, que evita o enfrentamento com o imperialismo, se deu no Equador e na Argentina, depois da derrota dos governos. E o resultado é que esses novos governos continuam aplicando os planos do FMI e das multinacionais. Se queremos ser coerentes, deveremos concluir que agora cabe aos trabalhadores governar através de seus próprios organismos de classe; não mais à burguesia e a seus partidos e aos representantes do Poder Judiciário, que estão a serviço dos planos neoliberais, do FMI e das multinacionais.

Por isso dizemos: que governe a COB para que se recupere o gás para os bolivianos, se anulem a 21060 e a 1008, se deixe de pagar a exorbitante dívida externa, se repudie a Alca, se reestatizem as empresas privatizadas sob o controle dos trabalhadores, se dê terra aos camponeses. Ou seja, um plano econômico operário e camponês, a serviço da saúde, da educação, do emprego, para desterrar a fome e a miséria a que nos levaram os governos tradicionais até hoje. É o único caminho para a liberação nacional e social. Exigimos das direções majoritárias da COB, de Solares, Evo, do Mallku, de Loayza que rompam com a burguesia e que lutem agora por esta saída de classe, operária e camponesa abandonando à sua própria sorte o capitalismo e sua democracia de cemitério.

Chamamos os trabalhadores e o povo a persistirem na luta até derrubar este governo assassino. E os lutadores, dirigentes e ativistas que estejam por uma saída operária e camponesa, a se juntarem a nós para combater por uma direção revolucionária que conduza até o final a luta dos trabalhadores por seu próprio poder de classe e pelo socialismo.

FORA A OEA E O IMPERIALISMO!

**GÁS PARA A BOLÍVIA SOB O CONTROLE DOS
TRABALHADORES!**

NÃO À ALCA!

ABAIXO O CÓDIGO TRIBUTÁRIO!

ABAIXO A LEI CONTRA OS BLOQUEIOS!

CRONOLOGIA DE UMA INSURREIÇÃO VITORIOSA “FUSIL, METRALLA, EL PUEBLO NO SE CALLA”

YURI FUJITA

Socióloga, da redação do jornal *Opinião Socialista*, órgão do PSTU do Brasil

6 de agosto de 2002: Gonzalo Sánchez de Lozada é eleito novo presidente da Bolívia pelo Congresso, derrotando o líder cocaleiro Evo Morales (MAS).

Janeiro de 2003: Primeira onda de protestos do ano contra a tentativa do governo de erradicar o plantio da coca. A repressão é brutal, morrem 12 pessoas.

Fevereiro de 2003: Nova onda de protestos contra o tarifaço do governo. Por 24 horas não houve governo, as massas ocuparam a sede do governo: La Paz. O presidente encurralado pelas mobilizações, no meio do tiroteio entre a polícia e militares, fugiu do palácio camuflado em uma ambulância para se proteger no Estado Maior das Forças Armadas. Resultado: retirada do projeto e 33 mortos.

Agosto de 2003: Congresso da COB tira a antiga direção governista e a uma nova direção retoma a Central. Jaime Solares novo presidente.

15 de setembro: Camponeses da região do Titicaca começam o bloqueio de estradas protestando contra a exportação do gás para os Estados Unidos.

17 de setembro: Brigadas de sindicalistas e ativistas se deslocam pelo centro das cidades e bairros populares de Cochabamba e La Paz convocando a resistência ao projeto.

19 de setembro: Mais de 150 mil bolivianos cercam as principais cidades do país e prometem derrotar o governo. é o início da chamada “guerra do gás”. Milhares de camponeses, indígenas, operários, estudantes, professores, associações, desempregados e classes médias empobrecidas dão um prazo de um mês para que Sánchez de Lozada anule o projeto de venda de gás.

20 de setembro: Primeiros mortos caem na mobilização. No Altiplano, 5 pessoas são mortas a balas e mais de 30 são feridos por se mobilizarem pela libertação de um dirigente camponês.

24 de setembro: Uma plenária ampliada de emergência da COB se decide pela radicalização dos protestos com bloqueio de estradas, “até que renuncie o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada!”

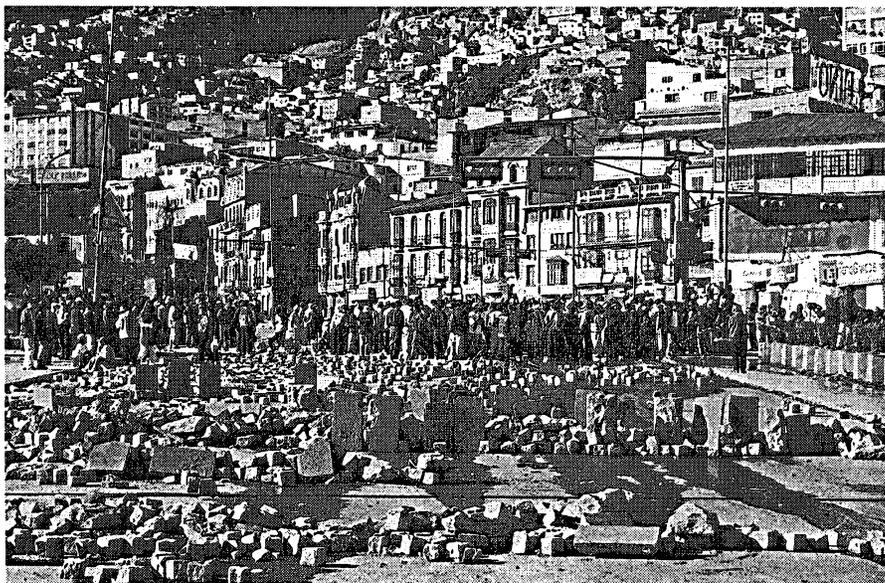
29 de setembro: A COB convoca uma greve geral por tempo indefinido exigindo que saia Goni. Depois de uma semana de greve, o relutante MAS de Evo Morales adere a greve.

6 de outubro: Uma gigantesca maré humana se desloca de El Alto para La Paz. “O tempo já se acabou, o prazo já terminou, o sol já se pôs para este governo, por isto este levantamento popular de El Alto para pedir ao governo que abandone o Palácio se não quer que haja sangue e morte em nosso país”, disse Roberto de La Cruz da COB Regional de El Alto.

8 de outubro: Em El Alto paralisação é quase total, com bloqueio de ruas e avenidas, fechamento do comércio, indústrias e mercados. A repressão aumenta.

9, 10 e 11 de outubro: Um sangrento operativo militar em El Alto mata pelo menos 50 pessoas mais e os hospitais estão cheios de feridos. Estes dias seriam conhecidos como “massacre de El Alto”.

12 de outubro: A COB convoca à resistência civil e a não dar trégua ao governo de Goni. Enfurecida, a população em El Alto começa uma grande insurreição reagindo ao massacre e a COB convoca La Paz a ganhar as ruas imitando os altenhos (habitantes da cidade de El Alto): “Dirigente que trair será enforcado”, advertiu Roberto de La Cruz.



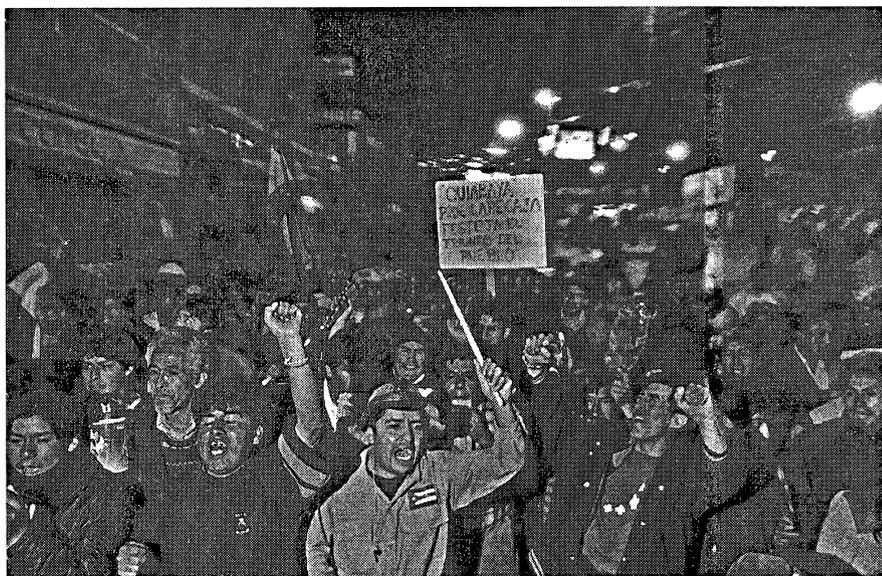
13 de outubro: Depois de 48 horas de enfrentamento, o povo de El Alto desce para La Paz: *"Fuzil, metralha, o povo não se cala"*, gritavam. Em outras cidades do país, as passeatas e concentrações continuam, e o grito é único: *"que se vá o gringo!"*.

14 de outubro: 1 milhão e meio de pessoas das regiões de El Alto e La Paz paralisam suas atividades pelo cortejo fúnebre dos mortos de El Alto. Às 19 horas iniciam novos enfrentamentos. *"A única saída para pacificar o país é que Goni abandone o governo"*, advertia o líder da COB.

15 de outubro: Os mineiros de Huanuni avançam em direção a La Paz e fazem retroceder os militares à base de dinamite. Os ministros de Goni lêem uma lista de presidentes que apóiam o gringo. Entre eles está Lula, Kirchner e Toledo.

16 de outubro: setores da Igreja iniciam uma greve de fome. O presidente anuncia a "convocatória a um referendo sobre a política de exportação de gás", que é rechaçada amplamente pelas organizações e dirigentes sindicais. Nas ruas se escuta a multidão: *"já vai cair, já vai cair"*.

17 de outubro: Os governos do Brasil e Argentina enviam seus representantes para procurar uma saída "dialogada" para a crise. Nas ruas do país, a massa sublevada domina as cidades. Cai o presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, com 200 mil pessoas a poucos metros do Congresso. Às 18 horas, os principais dirigentes do movimento e a COB vão abrindo passo para deixar que Carlos Mesa, vice-presidente, seja empossado como novo Presidente da Bolívia. Às 21 horas, Mesa é juramentado como novo chefe de Estado.



Pontos de Vista



 JAIME VILELA

Polêmica: a questão do poder e as tarefas na Bolívia hoje 37

 ALICIA SAGRA

A esquerda latino-americana e a revolução boliviana:
aprofundar a "democracia" ou lutar pelo poder? 43



POLÊMICA: A QUESTÃO DO PODER E AS TAREFAS NA BOLÍVIA HOJE

JAIME VILELA

Membro da Direção do MST (Movimento Socialista dos Trabalhadores) Bolívia

Para conhecer a opinião sobre a insurreição de outubro, as tarefas postas naquele momento e as tarefas que, a partir dessa luta vitoriosa, estão na agenda das massas trabalhadoras, entrevistamos alguns de seus principais dirigentes: Jaime Solares, Secretário Executivo da Central Operária Boliviana (COB), Felipe Quispe, o “Mallku”, Secretário Executivo da Central Sindical Única dos Trabalhadores do Campo da Bolívia, e Roberto de la Cruz, membro da direção da Central Operária Regional de El Alto (COR). Não foi possível entrevistar Evo Morales devido a que no momento ele se encontrava viajando, porém é muito conhecida e pública suas posições a respeito.

A todos eles, formulamos as mesmas perguntas, sendo que o companheiro Felipe Quispe nos deu respostas muito extensas que, por razões de espaço, publicamos um extrato com o essencial da sua posição.

Tradução:
Nazareno Godeiro

Jaime Solares, Secretário Executivo da Central Operária Boliviana (COB)

Muitos consideram que a luta insurrecional que derrubou a Sánchez de Lozada foi uma surpresa, foi assim mesmo ou você já tinha previsto?

JS.- Não. Porém, desde 1985 temos que ver com clareza que o povo estava aguentando, segurando algo que tinha que estourar em outubro. E aqui não tem surpresa alguma e sim uma bronca do povo contra toda essa máfia organizada que tomou o poder em 1985 e fez estragos contra a economia, e principalmente contra o capital humano, isso foi o que gerou a grande insurreição popular.

Os trabalhadores podiam tomar o poder ou não em outubro?

JS.- Eu diria que todavia não, porque não tínhamos o instrumento. Então agora, a partir desse momento, é necessário construir um instrumento político para que o governo operário e camponês tome o poder para o bem de toda população boliviana.

Que tarefas estão postas daqui prá frente para os trabalhadores do campo e da cidade?

JS.- Fazer assembléias, encontros e congressos grandes no campo e na cidade. Em todos os setores para que quando se dê uma orientação, seja de greve por tempo indeterminado ou bloqueio nacional de estradas, a população cumpra estritamente esta determinação para derrubar estes canalhas que seguem roubando no país.

Felipe Quispe, o “Mallku”, Secretário Executivo da Central Sindical Única dos Trabalhadores do Campo da Bolívia (CSUTCB)

FQ.- Prá mim isto já estava previsto, eu planejei o prolongamento da greve de fome, implementar o bloqueio de estradas, cortar produtos agropecuários, fechar as feiras comunais, depois esperar que cometam um erro...

FQ.- Se não renunciava Gonzalo Sánchez de Lozada estou seguro que nós havíamos tomado o poder, porém, onde nos equivocamos? Não pudemos articular com o companheiro Jaime Solares. Roberto de la Cruz e outros estavam bloqueando sozinhos, queriam brilhar, se amostrando: eu sou o único. Não estavam pensando nas pessoas. Nós já tínhamos os operários, os sindicalizados, os motoristas do altiplano, indígenas, todos os que trabalham nos trabalhos mais forçados com uma iniciativa própria que vibra, que palpita debaixo de cada poncho de nossos irmãos.

FQ.- Antes de tudo, nós controlamos o movimento indígena porque a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores do Campo da Bolívia (CSUTCB), tem trabalho político ideológico na nação aymara, na nação indígena. Então, estrategicamente estamos preparando os quadros políticos sindicais, porém, eu não vou dizer como estamos preparando por razões de segurança... temos que buscar a unidade com os indígenas que trabalham nas minas e nas fábricas por que aqui não é como na Europa aonde o patrão também é gringo, aqui não, o patrão é branco ou mestiço, mas o trabalhador é índio. Penso que ante essa perspectiva temos que limar as asperezas, é necessário unificar o programa, que pensamos nós, que pensam os operários. Então, é

todo um processo, organizar nossos irmãos do campo e da cidade.

A Central Operária Boliviana era um cadáver ambulante, já estava por ser enterrado porém, as revoluções de setembro/outubro lhe deram vida, creio que fomos vigorizados, porém ainda temos que seguir vigorizando-nos, tem que estruturar-se e organizar um congresso orgânico aonde temos que revisar também as teses que vêm desde 1945, são teses que já não estão atualizadas.

Roberto de la Cruz, Membro da direção da Central Operária Regional de El Alto (COR)

RC.- Para mim, temos que ser realistas, foi uma surpresa, porém não uma surpresa que caiu do céu, e sim porque não foi devidamente preparado. Não se preparou para expulsar a Goni e sim para recuperar o gás e que se industrialize na Bolívia. Roberto de la Cruz começou com esse objetivo em 2 de setembro, porém, isto cresceu como uma bola de neve e rebentou até expulsar a Sánchez de Lozada.

RC.- Havia um perigo de intervenção dos Estados Unidos, não havia uma preparação estrutural, quem ia fazer tal ou qual atividade para a tomada do poder. Porém, agora sim estamos preparados.

RC.- Primeiro, consolidar as reuniões populares do campo e da cidade para uma próxima rebelião popular que vai ser de grandes dimensões. Aí sim, para tomar o poder, expulsar todos os partidos neoliberais, fechar o parlamento e ingressar no Palácio.

A opinião do MST (Movimento Socialista dos Trabalhadores) da Bolívia

A revolução boliviana em curso, como não podia ser de outra maneira, coloca uma série de discussões sobre aspectos chave do processo. Nós consideramos que, neste momento, três temas centrais são os que surgem do balanço e das perspectivas da insurreição de outubro. Esses

pontos tem a ver com as caracterizações que as principais direções tinham sobre a situação nacional antes de outubro e as tarefas que estavam postas para o movimento operário e popular frente ao governo de Sánchez de Lozada; sobre se em outubro a insurreição que derrubou a Goni podia ou não culminar na tomada do poder pelos trabalhadores, e, finalmente, sobre o caráter da situação pós queda do governo e as tarefas postas para as massas operárias, camponesas e populares de agora em diante.

Em relação ao primeiro ponto, para ser realistas, como diz um dos nossos entrevistados, nós não encontramos um só documento ou declaração pública dos principais dirigentes, que tenha sustentado que estava aberto no país um processo de ofensiva das massas trabalhadoras contra os planos neoliberais e os governos de turno, não disseram isso desde o ano 2000, nem tampouco desde a insurreição de fevereiro deste ano. Não opinavam que estava colocada a possibilidade real de acabar com o governo de Goni, quer dizer, que estava posta a questão do poder como uma questão imediata. Ao contrário, todas as direções combateram estas posições como exageradas e a maioria delas colocaram as tarefas do movimento operário e popular em um marco defensivo diante de uma suposta fortaleza do governo. Um exemplo destacado disto, constitui as teses aprovadas pelo XIII Congresso da COB a dois meses da insurreição, que resume as posições da maioria das direções agrupadas no chamado Bloco Antineoliberal (PC, MAS, etc.) que assumiu a direção da COB encabeçado por Jaime Solares, dirigente mineiro, aonde por seu caráter eclético, não encontramos uma caracterização coerente da situação nem as tarefas concretas que estavam já colocadas sobre o que fazer ante o governo de Goni. Isto foi assim porque as correntes majoritárias que dirigiram o Congresso não admitiram posições alternativas às suas, que refletiam muito melhor a realidade, e optaram por aprovar um documento de consenso que não armou corretamente a este evento. Não é casual que o documento político aprovado se intitule: “Recuperação e Fortalecimento da COB”, uma fórmula que expressa uma tarefa organizativa e defensiva, e não a luta política pelo poder dos trabalhadores, que implicava o combate para derrubar o governo, já em crise. Neste documento, se assinala como caracterização que: *“...na Bolívia o nível da luta de classes se elevou notavelmente no último tempo, algo que começou com a luta contra a lei INRA, a lei de pensões e o massacre do Natal em 1996 e teve sua poderosa continuação em abril-setembro-outubro de 2000. As mobilizações de abril, maio, julho e dezembro de 2001 e a luta de Janeiro e fevereiro del 2002, ...”* - e finaliza o parágrafo - *“...cujos fatos de resistência à política opressora do regime, fica patente com maior nitidez no ocorrido nas datas de 12 e 13 de Fevereiro do ano em curso, o levantamento popular que busca derrubar a política de submetimento do nosso país ao imperialismo.”* Fala-se de resistência às políticas neoliberais, porém, não se diz que o curso dessas lutas provocou uma mudança na correlação de for-



ças entre as classes, que colocou as massas trabalhadoras na ofensiva, deixando para trás, a etapa de derrota onde se impôs o chamado neoliberalismo. Posição ofensiva que no meio do fracasso desses planos, colocou a luta pelo poder dos trabalhadores, e nesse marco, a caída do governo de Sánchez de Lozada. Por isso, o máximo que se encontra como política é o “*chamado ao povo trabalhador boliviano a organizar-se para a luta imediata contra o governo neoliberal e o imperialismo, para evitar que se endivida nosso país com outros cinco milhões de dólares que nossas gerações presentes e futuras deverão pagar somente para financiar aos empresários privados*”. Diz uma luta imediata contra o governo (tarefa que está colocada sempre contra qualquer governo burguês), porém, não diz uma luta imediata para acabar com o governo de Goni, mediante a greve geral insurrecional e disputar o poder. O MAS de Evo Morales apesar de que surgiu como segunda força política do país, como produto do ascenso revolucionário, não deduziu dessa situação, a luta pelo poder dos trabalhadores, e sim a “defesa do regime democrático” e sustentar o governo de Sánchez de Lozada até 2007, no quadro de uma política eleitoral para chegar a ser governo por essa via.

Porém, neste Congresso se pôs em discussão uma posição minoritária colocada pelo Movimento Socialista dos Trabalhadores –MST-, que sustentava a orientação assinalada algumas linhas acima, no sentido que, no país estava aberta uma etapa revolucionária onde estava colocado o problema do poder e que depois de fevereiro, onde as massas derrotaram o impoestado e o governo de Goni, a tarefa imediata era a luta para derrubá-lo, colocando como palavra de ordem central a ser levantada pelas massas: Fora Goni e o FMI!. A direção majoritária desconsiderou simplesmente esta posição por considerá-la incorreta. Este importante evento, que significou um salto na reorganização da COB, lamentavelmente, pela linha equivocada da maioria, não pode prever o que aconteceria no país, nem tampouco as tarefas que devia assumir a classe trabalhadora. Por isso, consideramos que a convocatória à greve geral por tempo

indeterminado pela renúncia de Goni, como uma medida que não estava preparada, um giro brusco da direção da COB, porque não correspondia com as orientações votadas no Congresso. A pressão dos acontecimentos obrigou a direção da COB a assumir o que havia rechaçado no Congresso. Por isso, ainda que improvisadas, essa medida e essa palavra de ordem, provaram ser corretas e ajustadas às necessidades imediatas das massas; e foi de tal maneira que se fez realidade, derrubando o governo. Isto aconteceu então, não porque se tenha previsto realizá-la, e sim porque as condições sociais e políticas do país estavam maduras para concretizá-las. Por isso, a revolução em curso se dá, não por que as direções tenham colocado a tarefa e sim porque a situação real do país e das massas empurram objetivamente para essa saída.

Em relação a esta primeira discussão, surge como consequência a outra, que diz respeito a se as massas trabalhadoras insurretas podiam ou não ter tomado o poder em outubro. A resposta que dá a maioria das direções é que não podiam fazê-lo. A direção da COB encabeçada pelo companheiro Jaime Solares, na polêmica conosco nos dois últimos ampliados desse organismo, realizados em 17 e 18 de outubro, no dia em que caiu Goni e no dia seguinte em que se discute se prossegue ou não a luta, defendeu que “*não se podia tomar o poder porque não tínhamos armas nem o partido revolucionário*”. Esta forma de colocar a questão aparentemente contundente, ocultava, no entanto, a debilidade central pela qual as massas trabalhadoras não tomaram o poder em outubro. Não puderam tomar o poder não por falta de organização já que havia gerado um organismo de duplo poder como a COB, tampouco foi por falta de combatividade, que demonstrou com valor, e sim fundamentalmente porque a totalidade das direções não se dispuseram a assumir esta tarefa. E não dispuseram porque não haviam previsto que o governo podia cair e muito menos que o poder estava na ordem do dia, na agenda dos trabalhadores como tarefa imediata. Estas direções disseram às massas em luta, quando a greve geral colocou esse

problema chave, que se caísse o governo de Goni devia ser substituído por um governo burguês nos marcos da Constituição Política do Estado. Quer dizer, ao governo de Goni devia suceder outro governo burguês através de uma sucessão constitucional. Esta saída foi constantemente agitada pelos principais dirigentes durante as semanas de combate, em particular por Jaime Solares e Evo Morales. O dirigente da COB, sustentou em declarações radiais e televisivas que quem deveria suceder a Sánchez de Lozada devia ser o presidente da Corte Superior de Justiça.

Se essa era a política das principais direções, o problema do armamento assim como o problema da direção revolucionária, não eram, para eles, a preocupação central. Não era necessário encarar essas tarefas se o que eles defendiam era trocar o governo de Goni por outro governo burguês, mediante um mecanismo constitucional pacífico.

E sobre o tema do armamento, não é verdade que as massas não tenham se armado, fizeram o que podiam, os mineiros com quantidades de dinamite, os camponeses com velhos fuzis mauser, com paus e pedras. Ademais, no processo iam-se organizando piquetes para tomar os quartéis, sobretudo os piquetes de El Alto aonde numerosos jovens reservistas do exército se organizavam com este propósito. Quer dizer, o problema do armamento estava no caminho de ser resolvido, inclusive houve inícios importantes de insubordinação no exército e de confraternização de elementos da polícia, faltava uma política da direção para concretizá-lo. Esse processo não foi impulsionado devido a que a política das direções tinha como centro não a tomada do poder pelos trabalhadores em luta organizados pela COB e suas bases e sim na transferência do poder para a burguesia. Foi por essa política que a insurreição vitoriosa que derruba o governo, termina entregando o poder ao governo burguês de Carlos Mesa. E, neste sentido, é evidente que não houve uma direção revolucionária com influência de massas que colocasse esta tarefa. Porém, como consta nas nossas publicações difundidas em plena greve, publicadas nesta edição de *Marxismo Vivo*, e nas discussões que sustentamos com a direção nos ampliados da COB, desde nossa localização ainda minoritária, colocamos que não era correta a política das direções no sentido da sucessão constitucional, e sim que a tarefa imediata era organizar a tomada do poder pela COB já que esta se havia constituído no organismo centralizador e unificador das massas com capacidade de disputar o poder a burguesia. Estava colocado a tomada do poder pela COB. A mobilização revolucionária sem precedentes na opinião da totalidade dos analistas, a mais con-



tudente em mais de cinquenta anos, que congregou nas ruas de La Paz a mais de duas centenas de milhares de trabalhadores do campo e da cidade, dispostos a tomar o Palácio, poderia fazê-lo se a política das direções houvesse sido esta. Nós acreditamos que se perdeu outra grande oportunidade depois das lutas de 1952, 1971 e 1985.

Finalmente, flui a terceira discussão, tão ou mais importante que as anteriores, quer dizer, a questão sobre o que se abriu depois da caída de Goni e quais as tarefas centrais que têm ante si os trabalhadores do campo e da cidade. Com relação a este tema, a julgar pelas entrevistas aqui publicadas, as tarefas são de fortalecer o movimento de massas para “derrubar aos cana-lhas que seguem nos roubando”, na expressão do máximo dirigente da COB. No entanto, lamentavelmente, na prática, a trégua concedida ao governo não condiz com essa orientação. Esta trégua está permitindo ao governo de Carlos Mesa, preparar uma contra ofensiva contra as massas através do que temos chamado de política de reação democrática, via a Assembléia Constituinte. E vai além, em atos públicos e encontros públicos, como o realizado recentemente pela Federação dos trabalhadores de fábricas de La Paz, os mesmos dirigentes mencionados colocaram prosseguir com este tipo de reuniões, mas para desembocar na Constituinte. A direção do MAS, Evo Morales, depois de outubro mantém como eixo de sua política “a defesa da democracia” e, ademais, mantém a política de sustentar agora ao novo governo como antes, ao de Goni, até o fim do seu mandato em 2007. E neste marco, tem feito da participação na Assembléia Constituinte o centro da sua política. Dentre muitas declarações citamos uma das mais recentes publicadas no diário La Prensa de La Paz, na qual em resposta a

uma declaração do fugitivo Sánchez de Lozada, sustenta que: “... a maioria dos setores na Bolívia propomos refundar o país, atendendo às demandas feitas durante os protestos de outubro passado, entre as que se destacam a modificação do processo pelo qual exploramos nossos recursos naturais (incluindo os hidrocarbonetos) para que assim beneficiem a todos os bolivianos e não unicamente às transnacionais e a classe alta; convocar a uma assembléia constitucional para construir um novo e mais inclusivo pacto social...” Quer dizer, as principais direções depois da caída do governo de Goni, apesar de que algunos assinalam que de agora em diante estaria colocado, desta vez sim, a tarefa de tomar o poder, no entanto, se propuseram centralmente a levar o processo em direção a uma saída democrático burguesa propiciada pelo governo.

Por nossa parte, acreditamos que com a caída do governo de Sánchez de Lozada, o que se abriu foi uma nova fase da revolução, a fase na qual está colocada a luta para organizar a tomada do poder dos trabalhadores mediante seu organismo de duplo poder que é hoje a COB. A tarefa central não é preparar-se para participar na Constituinte, senão fortalecer a COB e suas organizações de base, como órgão de poder alternativo à Constituinte. Opor a COB, baseada na mobilização das bases, à Assembléia Constituinte burguesa. Quer dizer, construir o poder operário, camponês e popular que, no período aberto, dispute o poder a burguesia, oferecendo uma saída operária e socialista ao país. Nesse sentido, consideramos importante uma tarefa que impulse esse fortalecimento dos órgãos de poder, isto é, a realização de um novo Congresso da COB que discuta à luz da experiência da insurreição de outubro, as novas tarefas em curso. E, neste combate, construir a direção revolucionária que conduza as massas à vitória. 🌐

A ESQUERDA LATINO-AMERICANA E A REVOLUÇÃO BOLIVIANA APROFUNDAR A «DEMOCRACIA» OU LUTAR PELO PODER?

ALICIA SAGRA

Membro da Direção Nacional do FOS (Frente Operária e Socialista) Argentina

Parece que uma nova norma rege a conduta da maior parte da esquerda latino-americana: quanto mais profundas são as ações revolucionárias das massas, mais se preocupam em propor saídas por dentro do regime democrático burguês. E dentro disto, a Assembléia Constituinte aparece como a proposta preferida.

Assim se deu na Argentina durante 2001-2002 e assim está se dando hoje, na Bolívia, onde a proposta de Assembléia Constituinte unifica aos setores mais diversos. É a reivindicação central dos setores “progressistas”, como os dirigentes da APDH¹ que mostram ao mesmo tempo seu não muito dissimulado apoio ao governo de Carlos Mesa: *“A Assembléia Constituinte é uma saída ineludível para refundar o país... A mentalidade, os antecedentes, a convicção democrática de Carlos Mesa são distintos dos de Sánchez de Lozada. Não só se trata de outra geração, estamos ante outra maneira de conceber a política desde uma perspectiva mais “democrática”²*. O mesmo se pode dizer da posição do MAS de Evo Morales, que conscientemente utiliza a Constituinte como forma de desmontar a revolução e salvar a ordem burguesa ameaçada pelas exigências das massas: *“Não aos prazos nem às reivindicações apressadas. Temos que respeitar a democracia, não se pode convulsionar o país pela vontade de alguém. Não se trata de exigir, há que se respeitar a sociedade boliviana e a Constituição Política do Estado até que se realize a Assembléia Constituinte”³*.

Mas estas afirmações não são apenas da esquerda reformista, mas também por quem se reivindica revolucionário. Assim a LOR⁴ diz que como a maioria dos trabalhadores *“não compartilham a convicção da tomada do poder pelos operários e camponeses”*... o que se tem que fazer é *“impor uma Assembléia Constituinte verdadeiramente livre e soberana”* a qual chamam revolucionária porque, segundo eles, por ser imposta pela mobilização, *“não se daria nos marcos do regime reacionário atual”* (?)⁵.

Uma colocação parecida faz o MES⁶ do Brasil e por sua parte a UIT⁷ propõe que se forme um governo de emergência da COB para convocar uma Assembléia Constituinte⁸. Isto é, de uma ou de outra forma, todos coincidem em que a convocatória da Assembléia Constituinte é a tarefa central das massas bolivianas sublevadas.

Tradução:
Raymundo Alves



As palavras de ordem democráticas nos processos revolucionários

A palavra de ordem de Assembléia Constituinte pode jogar um importante papel mobilizador quando se trata de conseguir a unidade da classe operária com setores não operários, sempre que se ligue a reivindicações concretas (terra, liberdades democráticas, etc). Mas ao mesmo tempo é uma das armas mais poderosas que tem a reação democrática para desmontar processos revolucionários. Neste sentido, coincidimos totalmente com Nahuel Moreno quando defendendo o importante papel mobilizador desta palavra de ordem, esclarece que *“qualquer tentativa de situar, em uma etapa revolucionária, a palavra de ordem de Assembléia Constituinte como essencial, é uma traição direta à política trotsquista, que não tem como objetivo fazer uma revolução democrática, mas uma revolução que leve a classe operário ao poder”*. Antes dele, Trotsky em 1928, depois da derrota da segunda revolução chinesa, deixa claro em que etapa da luta de classes a Assembléia Constituinte pode ser a palavra de ordem central e em qual não: *“nestes momentos, a palavra de ordem de soviets não tem outro valor, na China, que abrir uma perspectiva, e neste sentido, tem um papel propagandístico. Seria absurdo opor os soviets, que será a palavra de ordem da terceira revolução chinesa, à Assembléia Nacional (ou Assembléia Constituinte), isto é, a palavra de ordem que provém da derrota da segunda revolução chinesa...”*¹⁰.

E estas posições de Trotsky e de Moreno não são apenas hipóteses especulativas. Pelo contrário, há trágicas experiências que as confirmam. A mais importante foi a revolução alemã de 1918-19, que foi desmontada com a Assembléia Constituinte. Em sua intervenção ante o Conselho de Trabalhadores e Soldados, Ernest Däumling¹¹ expressou: “Companheiros e camaradas: pouco tempo atrás, quando o companheiro Cohen, de maneira tão ardente, defendeu a Assembléia Nacional Constituinte e tomou posição a favor de fixar uma data breve para sua convocatória, vocês aplaudiram, em parte, fervorosamente. Mas, com desta declaração, indubitavelmente, assina sua pró-

pria sentença de morte”. A derrota da revolução e o assassinato de seus principais dirigentes, como Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, confirmaram tragicamente estas palavras do revolucionário alemão.

A armadilha da Constituinte é muito mais perigosa na Bolívia que na Argentina

Esta maior periculosidade deve-se a dois fatores. O primeiro tem a ver com que, ainda que não totalmente definido, haveria acordo entre o imperialismo e a burguesia boliviana em desmontar a revolução a partir de um processo eleitoral, e a convocatória de uma Assembléia Constituinte é uma das variantes que se está discutindo. Isto quer dizer que a proposta de quase toda a esquerda pode chegar a coincidir com a arma com a qual o governo e o imperialismo tentam desativar a revolução.

O outro elemento tem a ver com que, diferentemente da Argentina, na Bolívia existem setores do movimento de massas que vêm com expectativas a convocatória de uma Constituinte. Isto se dá especialmente em setores camponeses, em sua grande maioria quechuas, aymaras e outros povos nativos, que associam a Constituinte à resolução de suas reivindicações de nações oprimidas. Eles caem na ilusão de acreditar que como são maioria na Bolívia, seriam também maioria em uma Assembléia Constituinte eleita por sufrágio universal.

Trata-se de uma situação similar à que se colocou na Rússia em 1917. Ali, durante todo o processo de luta contra o czarismo, a palavra de ordem de Assembléia Constituinte ocupava um lugar central para os bolcheviques. Mas a partir da derrota do czarismo, os bolcheviques orientaram sua política até o poder operário. No entanto, produto de que a Rússia nunca havia sido uma república, existiam grandes ilusões na democracia burguesa e no que se poderia conseguir com a Assembléia Constituinte. A pesar disso, os bolcheviques não chamaram a *“impor uma Assembléia Constituinte ‘revolucionária’* para ajudar os operários e camponeses a convencerem-se

de que tinham que tomar o poder. Pelo contrário, retiraram a Constituinte de sua agitação central e seu eixo foi convencer as massas russas de que a única maneira de conseguir paz, pão e terra era com todo o poder aos soviets. A partir daí, enfrentaram as ilusões democráticas das massas com a tática de dizer que o governo dos soviets também era o único que poderia garantir uma verdadeira Constituinte. O grande objetivo dos bolcheviques era convencer as massas de que seus organismos eram os soviets e não a Constituinte.

Esse objetivo se cumpriu. Os bolcheviques à frente dos soviets tomaram o poder. Convocaram as eleições para a Constituinte e, como não podia ser de outra maneira, por tratar-se de uma instituição burguesa, eleita por sufrágio universal, os revolucionários ficaram em minoria. Na primeira seção da Assembléia os bolcheviques propuseram que se reconhecesse o poder dos soviets, o que foi rechaçado pela maioria burguesa. Aí mostraram aos operários e camponeses, organizados nos soviets, que a Assembléia Constituinte era um organismo contrário a eles e puderam dissolvê-la sem grandes contradições.

Da mesma forma que na Rússia de 17, o que está colocado hoje na Bolívia não é aprofundar a “democracia”, mas a luta pelo poder. Por isso a Constituinte não pode ser a grande tarefa colocada. A grande tarefa, como colocava Lênin em abril de 1917, é explicar pacientemente que o novo governo não resolverá nenhum dos problemas dos trabalhadores bolivianos nem dos povos originários. Que por isso é necessário que a COB (aglutinando a CSUTCB, Juntas de Vizinhos e demais organismos) tome o poder para garantir o gás, terra e trabalho, construindo um estado operário, plurinacional e multiétnico, que integre o conjunto dos povos originários.



Propostas concretas ou fórmulas abstratas de poder?

Esta proposta de que a COB deve tomar o poder é a outra grande polêmica que existe na esquerda boliviana e internacional. Um dos argumentos com que se questiona esta política é o de que a COB não é um soviete, mas um sindicato.

É verdade que a COB não é um soviete, a diferença maior com os soviets russos de 1905 e 1917 é que o mandato da direção destes podia ser revogado a qualquer momento pelos delegados (que por sua vez podiam ter seus mandatos revogáveis pelas bases). Em troca, a direção da COB só pode ser mudada (normalmente) em um congresso a cada 4 anos e os delegados aos ampliados da COB são os dirigentes de confederações, federações e de alguns sindicatos. Não existe representação direta da base, salvo nos congressos. Mas a COB tampouco é só um sindicato. Não é parte da norma dos sindicatos que neles estejam representados (junto aos operários), os camponeses, os vendedores ambulantes, os estudantes, os escritores, os artistas, os cegos... Todos eles formam parte da COB. Mas o caráter especial da COB não está dado



só por sua composição, mas pelo papel que sempre jogou nos momentos supremos da revolução (51, 71, 85 e no atual processo). Em todos estes processos não só existiu o duplo poder que exerce a mobilização, como em toda revolução, mas que este se institucionalizou na COB, que atuava (com maior ou menor força) como caudilho e organizador de todas as forças em luta. Mas o argumento mais usado pelas forças que se negam a exigir que a COB tome o poder, é o caráter burocrático de sua direção. A partir daí confundem o organismo com a direção e formulam propostas abstratas de poder. O maior exemplo do que dissemos é o POR-Lora, que ante cada explosão revolucionária coloca a fórmula vazia de “ditadura do proletariado” sem dizer quais são os organismos de classe que devem exercer esta ditadura.

Trotsky se refere a este problema quando diz: *“Opor pura e simplesmente a palavra de ordem aos objetivos historicamente condicionados, que impulsionam atualmente às massas até a via da insurreição, significaria substituir a compreensão marxista da revolução social pela compreensão bakuninista, seria o melhor meio de perder a revolução... Para que a fórmula teórica bem compreendida se converta em fato histórico vivo, é necessário passar esta fórmula pela consciência das massas, em base à experiência, às necessidades e às exigências das mesmas”*¹².

Por este motivo, diferentemente do POR-Lora, Marx, Lênin, Trotsky quando falavam de ditadura do proletariado como palavra de ordem para a ação das grandes massas, sempre a materializavam em organismos concretos: a

Comuna de Paris, os soviets, os comitês de fábrica e os sindicatos.

Mas o POR não é a única organização que recorre a fórmulas abstratas de poder. O mesmo faz a LOR quando propõe que uma “Coordenação Nacional de Luta”, que só existe em suas cabeças, seja o organismo que dispute o poder com a burguesia.¹³

Na realidade, a partir de um justo rechaço à burocracia, estas organizações terminam fazendo o jogo dos burocratas que odeiam tanto e que desde há mais de 50 anos, com diferentes argumentos (vem o golpe imperialista, não há armas, não temos partido) negam-se a tomar o poder. Como nosso partido boliviano já dizia em 1984 *“Não é que a COB não possa ser governo porque não há uma correlação de forças favorável, ou porque não temos armas, ou porque o Exército está muito bem equipado. Toda a essência radica no papel que jogam as direções reconhecidas pelas massas. Por isso, uma vez mais o chamado às direções da COB a que assumam a tarefa da luta pelo poder ou dê passagem a uma nova direção revolucionária.”*¹⁴

Esta política de 1984, baseada na que teve Lênin em 1917 com os mencheviques e os socialistas revolucionários, hoje conserva toda sua atualidade. Como diz o MST boliviano, para fazer avançar as massas no caminho do poder, é necessário exigir que a direção da COB, assim como Evo Morales e o Malku, rompam com a trégua, isto é, rompam com a burguesia e o governo de Carlos Mesa e assumam a tarefa de preparar o poder dos trabalhadores do campo e da cidade. ●

Notas

- 1 Assembléia Popular dos Direitos Humanos
 - 2 Entrevista a Sacha Llorenti, vice-presidente da Assembléia Permanente de Direitos Humanos da Bolívia, publica em *Rebelión*.
 - 3 Declarações de Román Loayza, dirigente do MAS (El Diálogo, 30-03-03)
 - 4 Liga Operária Revolucionária, pequena organização boliviana vinculada ao PTS da Argentina.
 - 5 Lucha Obrera, suplemento especial nº 3
 - 6 Organização à qual pertence Luciana Genro, parlamentar do grupo dos “radicais” do PT.
 - 7 Organização à qual pertencem o MST da Argentina e a CST do Brasil
 - 8 “Temos que apoiar o povo boliviano para que termine de derrubar o governo de Sánchez de Lozada e imponha um governo de emergência da COB, da COR, da Federação Camponesa, as Juntas de Vizinhos, o MAS e demais organizações em luta. Este é o centro da batalha na Bolívia.
- Neste marco chamamos a total solidariedade com o povo boliviano para impor a não exportação de gás aos EUA, a renacionalização do gás e do petróleo e a convocatória de uma Assembléia Constituinte Livre e Soberana, que debata e resolva a reorganização da Bolívia a serviço do povo trabalhador e dos camponeses.” Declaração da UIT – outubro/2003.
- 9 Atualização do Programa de Transição, Tese XXVII.
 - 10 Trotsky, O Grande Organizador de Derrotas, sublinhado nosso.
 - 11 Dirigente da ala esquerda do Partido Social-Democrata Independente (USPD), que defendia uma república dos Conselhos de Operários e Soldados e se opunha à Assembléia Constituinte (defendida pelo Partido Social-Democrata que estava no governo). O USPD era dirigido por Kautsky que defendia um sistema misto onde coexistiriam os conselhos (soviets) e a Assembléia Constituinte. Esta concepção foi duramente combatida por Lênin.
 - 12 Trotsky, A revolução espanhola: O programa da revolução
 - 13 Lucha Obrera, suplemento especial nº 3
 - 14 A COB deve ser governo, edições Trincheira Socialista, fevereiro 1984.



Isto é história



 ALICIA SAGRA	
Bolívia: 50 anos à beira da tomada do poder	49
 REPRODUÇÃO	
Teses de Pulacayo	61
 CECÍLIA TOLEDO	
Cronologia da revolução boliviana	62



BOLÍVIA: 50 ANOS À BEIRA DA TOMADA DO PODER

ALICIA SAGRA

Membro da Direção Nacional da FOS (Frente Operária Socialista) da Argentina

Há mais de 50 anos que na Bolívia se repete, com variações, a mesma história. Por um lado, o movimento de massas, com a classe operária à cabeça, se entrega em cheio, põe o corpo, o sangue, a vida, desestabiliza e algumas vezes destrói o regime burguês. Surgem organismos alternativos que praticamente têm o poder nas mãos e ao final, por responsabilidade das direções, que terminam dando o apoio a algum setor patronal, tudo se frustra e sobrevêm mais fome e miséria, muitas vezes acompanhadas de massacres cruéis. Podemos evitar que outra vez a história se repita?

Tradução
Raymundo Alves

1952: Quando o trotskismo poderia ter dirigido a tomada do poder

Uma série de elementos se combinaram para fazer com que em 1952 ocorresse na Bolívia o que mais se pareceu com a Revolução Russa de 1917. Os trabalhadores mineiros encabeçaram uma insurreição que derrotou e desarmou o exército, criaram sua própria milícia e um poder operário alternativo, impuseram a nacionalização das minas, o sufrágio universal, a reforma agrária e fizeram tudo isso defendendo um programa revolucionário (as Teses de Pulacayo) que propõe a tomada do poder pelos trabalhadores.

A Bolívia é um exemplo vivo do desenvolvimento desigual e combinado e confirma a afirmação de Trotsky de que essa lei “*não se revela em parte alguma com a evidência e complexidade com que demonstra o destino dos países atrasados. Castigados pelos açoites das necessidades materiais, os países atrasados são obrigados a avançar aos saltos*” (*). Assim, este país, fundamentalmente agrário, entra no século XX com relações semifeudais no campo, onde sua população (majoritariamente quechua e aymara) está despossuída de todo direito cívico e mantém uma relação de servidão com os donos das grandes fazendas. Mas, ao mesmo tempo, uma extensa exploração mineira dá origem, por um lado, a uma forte oligarquia mineira (os Patiño, Hottschild, Aramayo) que estão entre as maiores fortunas do mundo e, por outro lado, a um poderoso proletariado mineiro que está entre os mais combativos do planeta.

Em meio a estas contradições e de regimes liberais de sufrágio restrito, combinados com ditaduras brutais, o movimento operário vai saltando etapas.

(*)História da Revolução Russa, cap. 1.



Não passa pela Primeira e nem pela Segunda Internacional. Tampouco tem êxito a tentativa do stalinismo e isso permite que o movimento mineiro avance em sua organização muito influenciado pelos trotskistas.

Por outro lado, a extrema pobreza da economia boliviana faz fracassar a tentativa de conseguir um governo bonapartista, apoiado no movimento operário, para resistir à pressão norte-americana. A deplorável situação econômica impede uma política de fortes concessões, como se deu na Argentina com Perón, o que provoca um colossal desenvolvimento da influência trotskista e abre as portas para a revolução operária.

Como a revolução foi sendo preparada

A rebelião do mundo colonial e semicolonial, com o triunfo da revolução chinesa em 1949, é o marco mundial no qual se desenvolvem os acontecimentos revolucionários na Bolívia. Na América Latina havia surgido uma série de regimes nacionalistas burgueses que resistiam à entrada do imperialismo norte-americano. Para fazê-lo, apoiavam-se no movimento operário e de massas em ascenso, ao qual faziam importantes concessões e os controlavam com a ameaça do perigo imperialista. Foram os regimes que Trotsky (tomando o caso do cardenismo mexicano) definiu como “bonapartismo sui generis” (Cárdenas no México, Perón na Argentina, Vargas no Brasil, o APRA no Peru, Toro, Buhs, Villaruel na Bolívia).

Neste período surgem na Bolívia os dois principais atores políticos da revolução de 52. Em 1940, nasce o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) que se reivindica nacionalista, antiimperialista, antinorte-americano, no princípio com claras simpatias pela Alemanha nazista. Seu fundador e principal dirigente foi Victor Paz Estenssoro. Por outro lado, em 1936 funda-se no exílio (na Argentina) o POR (Partido Operário Revolucionário), que evolui até o trotskismo e converte-se na seção boliviana da Quarta Internacional. Seus fundadores foram Aguirre e Marof, mas diante da morte acidental

do primeiro e a saída do segundo, a direção cai em mãos de Guillermo Lora.

Começa uma sucessão de governos populistas e golpes reacionários que não dão respostas às crescentes reivindicações das massas. Em julho de 1946 setores da classe operária e do movimento de massas – com exceção dos mineiros – protagonizaram um levante insurrecional que culminou com a prisão do presidente Gualberto Villaruel (em cujo governo participava o MNR) e seu enforcamento em um farol na Praça Murillo, em frente ao Palácio do Governo.

Esta insurreição espontânea não pôde dar resposta pela positiva, o que foi aproveitado por setores da oligarquia pró-EUA. A partir daí inicia-se o chamado sexênio “rosquero”. Seis anos nos quais a oligarquia do estanho, a “rosca”, governa ditatorialmente a favor do imperialismo americano. O antecessor do PC, o stalinista Partido de Esquerda Revolucionária (PIR) participa da “rosca” com ministros no governo, com o argumento de que era “antifacista” por ser pró-americano. Isto impede que o stalinismo finque pé nos mineiros, que rapidamente encabeçam a oposição ao governo.

Em 1944 havia sido fundada a Federação dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB) e em novembro de 1946 os representantes mineiros reúnem-se em Pulacayo, onde, por unanimidade, aprovam as teses apresentadas pelos mineiros de Llallagua, redigidas por Guillermo Lora, principal dirigente do POR. Essas teses, denominadas “programa de reivindicações transitórias” (ver box) colocavam, a partir da mobilização pelas reivindicações presentes, a necessidade do armamento dos trabalhadores para encarar a luta pelo poder.

Este programa foi divulgado amplamente pela FSTMB e em especial pelos militantes trotskistas que foram ganhando peso e prestígio na base mineira. Isto se comprovou quando meses depois se forma, a partir da federação dos mineiros, um Bloco entre dirigentes mineiros e dirigentes de esquerda para disputar as eleições. Apesar de que 90% da população não votava (só votavam os alfabetizados) o Bloco ope-

rário ganha nos distritos mineiros e elege sete parlamentares (cinco deputados e dois senadores), entre eles Juan Lechín Oquendo, principal dirigente mineiro, ligado ao MNR, e Guillermo Lora, principal dirigente do POR.

Esses parlamentares operários, que ficaram conhecidos como o Bloco Mineiro Parlamentar, deram um grande exemplo de como utilizar o parlamento a serviço das lutas operárias e da revolução. Além de colocar seus mandatos a serviço das lutas, utilizaram os mesmos para desenvolver uma grande campanha pela destruição do exército e pela formação das milícias operárias. Isto fez com que perdessem seus mandatos, fossem presos e expulsos do país.



A revolução de 9 de abril

Em março de 1951, Victor Paz Estenssoro, do MNR, ganhou as eleições presidenciais com o voto dos operários, fruto de sua propaganda antiimperialista e antigovernamental. Mas não lhe entregaram o governo. O presidente cujo mandato chegava ao final, Mamerto Urriolagoitia, deu um golpe (o “mamertazo”), anulou as eleições e entregou o poder a uma Junta Militar encabeçada pelo general Ballivian, que instaurou um governo altamente repressivo.

Em 9 de abril de 1952, a polícia e um setor do exército, em acordo com o MNR, tentam um contragolpe que é derrotado e seus chefes asilam-se em diferentes embaixadas. Mas o frustrado golpe atua como detonante de uma impressionante revolução operária que mudou o futuro do continente e da direção revolucionária mundial.

A polícia, ao ver-se derrotada pelos militares, entregou algumas armas aos trabalhadores fabris e ao povo de La Paz. Por sua vez, os mineiros de Oruro e Potosí, que já haviam tomado os regimentos, começaram a marchar até La Paz. Os mineiros de Milluni (mina próxima a La Paz) capturam um trem militar que transportava armamentos. Em La Paz, os trabalhadores derrotam completamente sete regimentos e tomam suas armas. Assim, cai o governo ditatorial e os operários insurrectos entregam o governo ao MNR. Paz Estenssoro volta do exílio e assume a presidência, enquanto a multidão, onde se destacava a presença dos contingentes de mineiros e trabalhadores fabris armados, grita: Viva o MNR!, Viva Paz Estenssoro!, Nacionalização das Minas! Reforma agrária!

Em 12 de abril, os militares que continuavam resistindo às milícias rendem-se. Os prisioneiros são obrigados a desfilar de cuecas por La Paz, custodiados pelas milícias mineiras.

A fundação da COB: institucionaliza-se o duplo poder operário

Em 16 de abril, apoiando-se nas milícias operárias e nas organizações sindicais, e com os trotskistas jogando um papel de primeira linha, funda-se a Central Operária Boliviana (COB), que agrupou todas as milícias e todas as organizações operárias e camponesas da Bolívia.



A COB nasce no meio da explosão revolucionária, brandindo as Teses de Pulacayo e com um importante peso dos trotskistas, apesar de nunca ter deixado de ser dirigida por Lechín, que sempre defendeu a política do MNR.

De qualquer maneira, o peso do POR era importante, muito superior nesse momento ao do stalinismo. O historiador Dunkerley afirma que *“grande parte do trabalho preparatório (de fundar a COB) foi empreendido pelos representantes do POR, Edwin Möller, Miguel Alandía Pantoja e José Zegada (...). (**)*

A partir desse momento, concentram-se na COB as forças do poder operário, e que pela posição de seus dirigentes, põe-se a serviço de sustentar o governo burguês de Paz Estensoro.

As milícias e as Forças Armadas

A partir de 11 de abril, as milícias, organizadas pelos sindicatos, eram a única força armada do país e reuniam entre 50 e 100 mil homens. As FFAA estão em um profundo processo de desintegração e apenas em 24 de julho (mais de três meses depois), o governo lança um decreto de reorganização do exército. Vejamos como descreve a situação o general anticomunista Gary Pardo Salmón: *“Nos quartéis, a situação era tensa porque os oficiais estavam divididos entre os que apoiavam e os que condenavam a revolução. Ninguém fazia nada, exceto montar guarda, de tal maneira que a maior parte do equipamento militar foi preservada da multidão revolucionária. O sentimento de derrota, no entanto, piorava quando nos inteirávamos dos detalhes do que havia ocorrido nos três dias de combate, confirmando que o exército havia sido vencido por todos os lados. A fuga do Alto Comando fez com que os oficiais se sentissem abandonados. Um certo número deles, temendo a repressão, desertou de suas unidades imediatamente, e buscaram asilo nas embaixadas estrangeiras ou foram-se voluntariamente ao exílio. Outros, esquecendo seu dever, foram para casa esperar os acontecimentos. Uns poucos permaneceram nos quartéis, tentando reagrupar suas unidades, controlar os soldados e manter uma aparência de ordem e disciplina (...) Enquanto isso estava acontecendo (17 de junho de 1952), a COB adotou (...) uma proposta apresentada pelo mineiros que dizia: “O Corpo Nacional de Milícias Armadas*

da Central Operária Boliviana será organizado do seguinte modo: 1 – O Comando Nacional. 2 – Comandos Departamentais e especiais. O Comando Nacional consistirá do Líder Nacional, camarada Víctor Paz Estensoro, e o Comandante em chefe, Camarada Juan Lechín Oquendo (...) os comandantes das células serão eleitos pelos milicianos dos departamentos, pelos Centros Departamentais e pelo Comando Nacional da COB” (...) *“A análise dos comandos militares é diferente. Pensavam que a resolução era um ataque à instituição das Forças Armadas e, pior, era humilhante. (...). (***)*

A nacionalização das minas

A nacionalização das minas era uma das principais bandeiras da revolução. Paz Estensoro, com a inestimável ajuda de Lechín, conseguiu evitar que os operários ocupassem as minas e os convenceu a esperar o decreto de nacionalização, que se concretizou em 31 de outubro de 1952. Mas, apesar disso, a pressão revolucionária era tanta que o MNR teve que adotar a reivindicação de nacionalização sem compensação (apesar de que depois foram pagas algumas indenizações para não desagradar ao imperialismo) sob controle dos trabalhadores. Esta palavra de ordem do POR era levantada unanimemente pelos mineiros e sua conquista (independentemente que depois fosse sendo esvaziado o seu conteúdo) significou um grande triunfo revolucionário e um grande fortalecimento para o proletariado mineiro que por mais de 50 anos atuou como a vanguarda indiscutível da classe operária boliviana. A burguesia necessitou de mais de 30 anos para acabar totalmente com esta conquista.

A revolução no campo

Os camponeses, em sua maioria quéchuas e aymaras, eram no mínimo 70% da população e viviam uma situação insustentável. Estavam à margem da economia nacional, não tinham direito ao voto, não tinham acesso à educação, tinham que cumprir obrigações de servidão com os grandes latifundiários, que atuavam como senhores feudais com todos os direitos, inclusive o de pernada. Esta situação já havia provo-

cado algumas explosões e as massas camponesas vinham despertando gradualmente e fazendo alguns avanços em sua organização. Frente a revolução nas cidades e o colapso do exército, surgiu um forte movimento de ocupação de terra, centralmente no vale de Cochabamba e na zona do Lago Titicaca.

O ódio acumulado por tantos anos de exploração, opressão e humilhação, ficou evidente nestas ocupações, muitas das quais foram bastante violentas e provocaram o justicamento dos fazendeiros e suas famílias. O processo de ocupações foi se massificando, até que em 2 de agosto de 1953, o governo do MNR editou a lei de Reforma Agrária, simplesmente legalizando o que as massas camponesas haviam conseguido com sua ação direta.

A reforma agrária não resolveu o problema do campo. A distribuição de terra não resolve todos os problemas dos camponeses e nem sequer garante um grande incremento no abastecimento de produtos alimentícios para o país. Para isto deve haver eletricidade, mecanização e modernização do setor agrícola, da mesma forma que uma melhoria nas comunicações e meios de intercâmbio dos produtos. O que só é possível com a expropriação dos principais setores da economia e a extensão da revolução na arena internacional.

No entanto, as conquistas obtidas foram enormes e mostram a profundidade da revolução. A Lei de Reforma Agrária que se impôs não só legaliza as ocupações, dissolve as fazendas e entrega as terras às comunidades originárias ou a novas comunidades formadas pelos ex-trabalhadores das fazendas, mas também estabelece que “**não se reconhece o latifúndio**”, que “**a terra é de quem nela trabalha**” e que, portanto, está fora do mercado. Esta é uma conquista da revolução que até hoje não puderam liquidar totalmente e que funciona como uma trava para o avanço da exploração capitalista do campo.

A lei de reforma agrária foi imposta pela mobilização revolucionária das massas e desde o início o MNR tentou limitar seu alcance. Por exemplo, ao mesmo tempo em que não se reconhece o latifúndio, se legaliza a grande propriedade sob a forma de empresa agrícola. Com isso, muitos latifúndios foram mantidos graças ao expediente de mudar sua denominação e passar a chamar-se Empresa Agrária. Apesar de ser uma grande conquista, a reforma agrária foi insuficiente: “entre 1954 e 1968 apenas cerca de 8 dos 36 milhões de hectares de terra cultivada mudaram de mãos. Depois de 2 anos, 51% dos latifúndios em La Paz, 49% em Chuquisaca e 76% em Oruro haviam sido afetados, mas em Tarija a cifra era de 33%, em Santa Cruz 36% e em Cochabamba apenas 16%, sendo o total nacional de 28,5%.” (****)



(**) *Rebellión in the Veins*. Verso, Londres, 1984, p. 64.

(***) *Poder e Forças Armadas*, 1949-1982, General Gary Prado Salmón, Cochabamba, 1984.

(****) *Rebellión in the Veins*. Verso, p. 73.

Todo poder à COB ou co-governo e apoio crítico ao MNR?

Evidentemente se estava diante a uma situação inédita: uma revolução que liquida o exército burguês e organiza seu próprio exército proletário, que impõe a nacionalização das minas e a reforma agrária, que cria um organismo de duplo poder nacional, centralizado e armado, com um programa trotskista.

Logicamente que nem tudo era favorável. Lechín, um dos burocratas mais hábeis e sinistros da história, tinha a condução da COB e, através dele, o governo e



a reação burguesa tentavam desmontar a revolução. Mas havia extraordinárias condições para aplicar a política que Lenin aconselhou nas Teses de Abril: convencer a maioria dos operários organizados na COB e nas milícias de que o governo de Paz Estenssoro não era o seu governo, com ele não viria a libertação do imperialismo, nem o trabalho, nem o pão, nem a terra e que para conseguir tudo isso a COB tinha de tomar o poder.

Os trotskistas bolivianos estavam em muito boas condições para encarar essa tarefa. Apesar de não terem conseguido consolidar organicamente sua influência, vinham ganhando muito prestígio político. Seu papel nos acontecimentos de abril foi tal que inclusive um dos fundadores do partido stalinista reconheceu que *“Este levantamento armado foi dirigido e conduzido à vitória pelo pessoal dirigente do MNR, Hernán Siles Suazo, por Juan Lechín Oquendo, Edwin Möller, Alandia Pantoja, Villegas e outros”*¹. Isto é, o POR, tinha ótimas condições para, com uma política correta, lutar para ganhar a direção majoritária da COB e dirigir a luta pela tomada do poder.

Mas o POR boliviano, seguindo os conselhos da direção pablista da IV Internacional², aplicou uma política oposta à de Lenin.

O próprio Lora reconhecia que *“A COB era o amo do país, e na realidade, durante um certo período, foi o único centro do poder digno desse nome”*. (...) que *“Para a maioria das massas, a COB era seu único líder e seu único governo”*³. No entanto, não chamou as massas a desconfiar do governo burguês e a lutar pelo poder da COB como única forma de responder aos interesses dos operários e camponeses. Pelo contrário, deu apoio crítico e defendeu o co-governo, isto é, a participação de ministros da COB no governo do MNR, confiando em que, dessa maneira, a COB poderia controlar o governo burguês.

Nove dias depois do levante de 9 de abril, declaravam que *“na medida em que leva a cabo o programa prometido, o POR apóia o governo que surgiu da insurreição popular de 9 de abril (...) que tinha dois ministros operários no gabinete pequeno-burguês, mas estava inteiramente controlado e ligado às decisões da COB”*.⁴ E nas resoluções de sua X Conferên-

cia coloca: *“No momento presente nossa tática consiste em agrupar nossas forças, em aglutinar o proletariado e os camponeses em um só bloco para defender um governo que não é o nosso”*. *“Longe de lançar a palavra de ordem de derrubada do regime de Paz Estenssoro, nós o sustentamos para que resista à investida da ‘rosca’(...) Esta atitude manifesta-se primeiro como pressão sobre o governo para que realize as aspirações mais sentidas dos operários e camponeses”*⁵.

A situação na Bolívia depois de 9-12 de abril de 1952 era similar à da Rússia depois da revolução de fevereiro de 1917. Havia dois poderes no país, mas o mais forte, o que tinha caráter de massas, era o das organizações populares e operárias que, devido às suas direções conciliadoras, entregaram o poder a um débil governo burguês. A tomada o poder pelos soviets e pela COB poderia ter ocorrido pacificamente. O velho aparato militar já havia entrado em colapso. O caminho estava aberto para o poder operário, que tinha suas próprias armas e o povo atrás dele, e poderia ter tomado o poder total. O único obstáculo para que a COB e os soviets russos fizessem isso era que suas direções insistiam em resgatar a burguesia. Na Rússia, esse obstáculo foi superado e os operários tomaram o poder. Na Bolívia, não.

A grande diferença foi a forma como o partido revolucionário agiu. Os Bolcheviques exigiram que os soviets rompessem com o governo provisório burguês e tomassem o poder em suas mãos, como única forma de conseguir a paz, o pão e a terra. O POR chamou a defesa do governo burguês para que este *“realize as aspirações mais sentidas dos operários e camponeses”*.

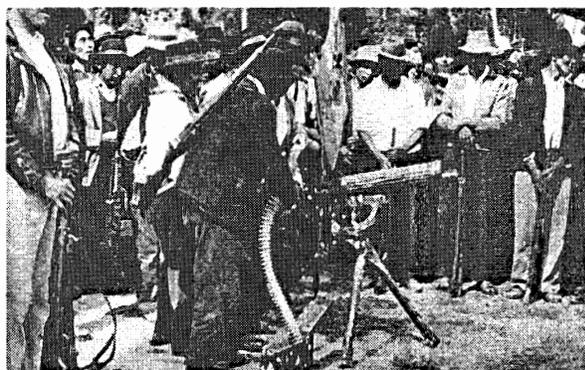
E quando, como não poderia ser de outro modo, o governo de Paz Estenssoro começou seu giro à direita, encontraram outra variante burguesa em quem depositar suas esperanças: a esquerda do MNR, encabeçada por Lechín. Em sua conferência nacional, de novembro de 1952, declararam que *“o POR apoiará a esquerda do MNR em sua luta contra a direita do partido”* e em agosto de 1953, depois de uma crise ministerial, afirmavam: *“O único resultado político da situação presente: o deslocamento da direita do MNR do poder para a esquerda. Todo o poder à esquerda!”*⁶.



A ala esquerda do MNR não tinha um caráter diferente, apesar de que sua principal figura era Lechín; era apenas a ala esquerda de um partido burguês. O POR não só não enfrentava as ilusões das massas, como estava prisioneiro de seus próprios desejos. Assim, passou de confiar em que Paz Estenssoro avançasse até a revolução e o trotskismo⁷, depositando todas as ilusões na “ala esquerda”, em especial em Juan Lechín Oquendo, a quem considerava sob sua influência. Em uma de suas análises da revolução, Lora diz: *“Lechín não fez mais que operar sob a poderosa pressão das massas e do POR. Nos discursos dos líderes operários desse período (refere-se a 52-53) e nos planos apresentados ao gabinete de Paz Estenssoro pode ser encontrada a marca do POR”*.⁸ A partir da política do astuto burocrata de usar o POR (assim como depois usou outras organizações) para que lhe escrevessem os discursos vermelhos que lhe permitiram maquiá-los diante das massas radicalizadas, Lora caiu na ilusão de que eles dirigiam Lechín. Na Quarta Internacional chegou-se a dizer que Lechín era um *“militante clandestino do POR”*. Quando se deram conta de que, pelo contrário, era o POR que inconscientemente estava militando para a política contra-revolucionária de Lechín, já pouco se podia fazer.

Como era de se esperar, a esquerda do MNR não deu nenhuma saída revolucionária à situação. O que fez foi dar o tempo necessário para que o governo reconstruísse o exército e as milícias gastassem sua munição e ficassem com as armas praticamente inservíveis.⁹

Só quatro anos depois do início da revolução, o POR percebeu qual era a verdadeira situação. Em uma resolução de seu Comitê Executivo, de maio de 1956, afirmou: *“Fortalecendo e desenvolvendo todos os organismos de poder, frente aos choques com o governo, com a burguesia, com a oligarquia e com o imperialismo, frente ao parlamento e às tentativas de tirar a influência dos sindicatos por parte do governo de Siles, nós estimularemos a tendência das massas reivindicando: Que a COB resolva todos os problemas! Todo o poder à COB!”*¹⁰ Finalmente, propunha a saída revolucionária! Era uma vitória dos que haviam defendido essa política dentro das fileiras da Quarta Internacional, como foi o caso de nossa corrente. Mas era uma vitória tardia. Tantos anos com a política equivocada de semear ilusões no governo burguês e na burocracia lechinista teve seus frutos. Esta proposta do POR ficou em total minoria dentro da COB. Havia se deixado passar o momento em que os trotskistas poderiam ter dirigido a tomada do poder na Bolívia. Isto foi reconhecido pelo próprio Lora em 1963, em uma das poucas autocríticas que se conhece dele e que depois nunca mais voltou a mencionar: *“O POR usou estes acontecimentos para lançar a palavra de ordem de ‘controle total do gabinete pela esquerda’ (...) A palavra de ordem, no entanto, continha os sinais de um erro ideológico enorme: acreditar que os trabalhadores podiam alcançar o poder via Lechín. Teria sido mais correto mobilizar as massas com a palavra de ordem de ‘todo o poder à COB’ (...) ‘O lema de ‘todo o poder à COB’ poderia ter conduzido à vitória dos trabalhadores em duas ocasiões excepcionalmente favoráveis. A primeira foi quando a agitação em torno da nacionalização imediata das minas sem compen-*



sação e sob o controle operário alcançou seu ponto mais alto (primeira metade de 1952). A segunda surgiu com a derrota do golpe de estado de 6 de janeiro de 1953. Não tomar a devida vantagem destas oportunidades e ficar atrás, vociferando as palavras de ordem da esquerda do MNR, foram os maiores erros do POR”¹¹.

O desmonte e a derrota da revolução

Como era de se esperar, o governo começou a ter uma política para responder a um dos problemas centrais que a revolução havia colocado: o armamento. O já citado General Gary Prado explica uma dessas táticas: *“Com este objetivo (o de ter um grau de controle sobre as milícias), por meio do engano, o chefe do quartel general, Germán Armando Fortún, ofereceu ministrar à COB todos os conselhos necessários para melhorar a organização das milícias armadas, tais como nomear instrutores para dar aos milicianos atitudes disciplinadas, treinamento militar básico e responsabilidade, entendendo de que as milícias seriam, em última instância, a reserva das Forças Armadas da Nação(...) A oferta do Quartel General foi ardorosamente aceita pela COB (...) deste modo teve êxito, em certa medida, o tratamento do problema das milícias, pelo menos para impedir que tivessem uma estrutura que as convertessem em um exército paralelo. O Comando Nacional das milícias nunca funcionou apropriadamente”*.¹²

Assim, o governo de Paz Estenssoro, com o apoio das organizações operárias, foi submetendo as milícias operárias ao exército burguês. Em vez de lutar para fazê-las cada vez mais independentes e opô-las às forças armadas burguesas, a direção de Lechín “ardorosamente aceitou” a proposta do Alto Comando do exército genocida, que havia sido derrotado pela revolução.

A partir da reconstrução do exército vão se sucedendo diferentes governos do MNR (em um deles Lechín foi vice-presidente) que se moveram com o mesmo objetivo: ir pouco a pouco desmontando o duplo poder. É falso o que se dizia (para justificar a capitulação aos governos do MNR) que, nesse momento, o imperialismo estava preparando um golpe. Pelo contrário, o imperialismo deixou que o MNR e a burocracia lechinista cumprissem a tarefa de

desmontar a revolução. E o MNR (assim como Lechín) preocuparam-se em fazer tudo certo para conseguir o apoio do imperialismo. A famosa viagem de Lechín (como vice-presidente) à China Nacionalista de Chiang Kai Shek foi parte disso.

O golpe veio mais tarde, depois que o MNR completara o trabalho sujo e começara seu desgaste. A ação cada vez mais reacionária do MNR custou-lhe bastante caro. Abriu uma grande crise em sua relação com o movimento de massas que se expressou em diversas rupturas (Walter Guevara Arze funda o PRA, Lechín cria o PRIN, Hernán Siles Suazo, segunda figura do partido, constitui o MNR de esquerda).

Com a perda de força do MNR, o centro do poder foi passando gradualmente para o exército reconstruído. E, em novembro de 1964, sai vitorioso o golpe encabeçado pelos generais René Barrientos Ortuño e Alfredo Ovando Candia.

Em meados de 1965 o governo militar desata uma ofensiva para liquidar os restos do duplo poder. O Exército ocupa as minas e derrota uma greve geral chamada pela COB. Os bairros operários de La Paz rebelam-se sem nenhuma direção. O Exército e a Aviação usaram todas as armas para destruir as barricadas operárias e conseguiram seu objetivo. Assim se encerrou a grande revolução operária de 1952.

A polêmica na IV Internacional: duas políticas frente à revolução boliviana

Há correntes que opinam que o trotskismo de conjunto fracassou ao não ser capaz de manter uma política bolchevique na Bolívia em 1952. Entre eles, por exemplo, o argentino Liborio Justo.¹³ Esta posição não tem respaldo na realidade. Primeiro, porque não é certo que ninguém questionou a política que se estava aplicando na Bolívia. E, segundo, porque a realidade é que, na IV Internacional, não houve uma, mas sim duas políticas frente a revolução boliviana.

A responsabilidade sobre a política do POR boliviano, que não apenas foi um erro, mas uma traição, recai centralmente na direção pablista da Quarta Internacional, que ganhou para a sua



política a jovem e inexperiente seção boliviana. Já antes do início da revolução, desde a direção internacional, havia se dado a orientação de apoio ao MNR “por outro lado, em caso de mobilização de massas sob o impulso da influência preponderante do MNR, nossa seção boliviana deve sustentar com todas as suas forças o movimento, não se abster, mas pelo contrário intervir energicamente para levá-la o mais longe possível, compreendendo isto até a tomada do poder pelo MNR, sobre a base do programa progressivo da frente única antiimperialista”.¹⁴ Um ano depois da revolução diziam: “O POR começou com um apoio justo mas crítico ao governo do MNR”.¹⁵

Mas estas não eram as únicas vozes sobre a revolução boliviana que se ouviam na IV Internacional. Houve quem pedisse explicações; foi o caso da tendência californiana do SWP dirigida por Vern e Ryan (que depois saiu do trotskismo), que denunciou que a política do POR era menchevique, centralmente por não se opor ao governo burguês, mas apoiá-lo “criticamente”. Mas, além disso, houve quem defendeu incansavelmente uma proposta alternativa à da direção da Quarta e do POR boliviano. Foi o caso de nossa corrente encabeçada por Nahuel Moreno.¹⁶

A corrente dirigida por Moreno foi precisando sua política na medida que avançava em seu conhecimento da realidade boliviana, mas desde o primeiro momento chamou a enfrentar o governo burguês do MNR. Em maio de 1952, contrapondo-se ao apoio crítico do governo do MNR, Frente Proletária, o jornal do POR argentino, dizia: “a vanguarda operária boliviana deve ser consciente de que sua luta está apenas começando e que está no momento crucial para determinar por seu próprio e decisivo peso se ganha avançando pelo caminho revolucionário até o poder autenticamente operário ou se perde pelo caminho da conciliação e da esperança passiva nos quadros dirigentes do MNR”.¹⁷ Em 26 de julho de 1952, diante a reorganização do exército, sob o título de “Paz Estenssoro quer desarmar a revolução”, dizíamos: “Hoje, como nunca, a palavra de ordem ‘Quadros operários armados!’ deve fazer se concretizar para enfrentar o governo de Estenssoro que prepara o caminho da traição”.

Desde maio/junho de 52, o POR argentino começa a propor o controle do governo pela COB e a denunciar Juan Lechín Oquendo como agente do governo na central operária. Finalmente, em janeiro de 1953, denunciávamos o caráter traidor da direção da COB, afirmando que “Lechín serve à Rosca”, ao mesmo tempo em que, com total clareza, levantávamos a palavra de ordem “Todo o poder à COB”.¹⁸

Durante todo esse período não se encontra nem uma linha onde a direção pablista da Quarta, que definia a situação como de “kerenkismo muito avançado”¹⁹, chame o poder da COB e das milícias. Em 1954, diante do giro à direita do MNR, a direção pablista propõe um programa democrático: eleições gerais, voto universal, assembléia constituinte e a apresentação de chapas operárias nessas eleições, como forma de provocar uma diferenciação no seio do MNR. Moreno (utilizando a mesma tática de Lenin em 1917) responde: “A linha seria perfeita com um acréscimo: para garantir tudo isso (constituinte, eleições etc) é necessário que a COB tome o poder”.



A existência das duas políticas contrapostas é indiscutível. Por isso, o problema não é o trotskismo em geral. Foi a política da direção pablista (baseada na convicção de que havia que entrar ou apoiar os PCs, partidos socialistas ou nacionalistas burgueses, de onde saíam as correntes centristas que dirigiriam a revolução), aplicada por Lora, que fracassou na Bolívia e frustrou a grande oportunidade que a revolução abriu para o trotskismo latino-americano.

As lições da revolução

A revolução boliviana de 52 foi a maior, mais perfeita e clássica revolução operária que ocorreu depois da russa de 1917. Foi tão profunda que, apesar de derrotada, foi preciso derrotar outra revolução (a de 1985) para terminar de reverter suas conquistas. E algumas, como a reforma agrária, ainda não foram eliminadas totalmente.

Mas estas grandes conquistas da revolução: a nacionalização com controle operário, a reforma agrária, ao não serem seguidas pela conquista superior que estava colocada: a tomada do poder pelos trabalhadores, foram se esvaziando de conteúdo e começaram a ser utilizadas a favor do poder burguês. Assim, as empresas nacionalizadas serviram para o enriquecimento dos administradores do MNR e foi se formando uma nova burguesia que substituiu a velha oligarquia mineira desalojada pela revolução. O controle operário institucionalizou-se na forma dos diretores operários da Comibol²⁰ que, ao final, só serviram para fortalecer o poder da burocracia sindical. A Lei da Reforma Agrária foi burlada, e os latifúndios voltaram a existir, com a manobra de redenominarem-se “empresas agrícolas”, e a realidade é que 2 milhões de famílias camponesas (em sua grande maioria pertencentes aos povos originários) trabalham 5 milhões de hectares de terra, enquanto que menos de 100 famílias possuem os 27 milhões de hectares restantes de terras cultiváveis.

Mas a principal consequência negativa da derrota da revolução de 52 tem a ver com a crise da direção revolucionária. Em 52 surgiu a possibilidade de começar a se reverter essa crise. Se

na Bolívia tivesse ocorrido a luta pelo poder operário encabeçada pelo partido trotskista (sem falar se tivesse triunfado), teria se aberto a possibilidade de que a Quarta Internacional ganhasse influência de massas, como mínimo na América Latina. Isto poderia mudar o destino de nosso continente. Imaginemos o que poderia ter ocorrido se em 1959 a revolução cubana tivesse encontrado uma Internacional revolucionária com peso de massas, com capacidade e vontade de estender a revolução a nível continental!

Mas esta possibilidade se frustrou. E essa frustração veio da pior maneira. Não pela superioridade do inimigo, mas porque o partido revolucionário não esteve à altura das circunstâncias. Não se propôs a lutar pelo poder operário, mas capitulou ao governo de conciliação de classes. A partir daí, na Bolívia cumpriu-se a anunciada lei de Engels: “*um partido revolucionário que perde sua oportunidade desaparece por toda uma época histórica*”.

O POR entrou em uma crise muito profunda e entrou em um processo de sucessivas divisões que levaram à dispersão do trotskismo boliviano, que nunca mais voltou a recuperar o peso de massas que teve em 52 e assim abriu espaço para o desenvolvimento do stalinismo, que até este momento não havia podido fincar raízes na classe operária boliviana.

Nas eleições de 1956, o candidato apoiado pelos setores nos quais se havia dividido o POR, teve 2.239 votos para presidente, contra 786.729 de Siles Suazo do MNR e 12.273 do stalinismo.

Por mais duas vezes a história volta a se repetir

A classe operária boliviana tem uma capacidade de recuperação extraordinária. Assim, depois de passar por ditaduras e fortes repressões, ocorrem outros dois importantes processos revolucionários, em 1971 e 1985 que, apesar de menor magnitude que o de 1952, voltam a colocar o problema do poder. Nos dois casos, a COB dirige e centraliza os enfrentamentos e sua direção (encabeçada ainda por Lechín) nega-se a lutar pelo poder, dando (explícita ou implicitamente) o apoio a alguma variante burguesa. Posição que, de fato, é fortalecida pelos diversos

setores da esquerda que, com diferentes argumentos (a COB não é um soviet, é só um sindicato; é dirigida por uma burocracia), negam-se a exigir de sua direção que rompa com a burguesia e tome o poder para aplicar o programa operário da COB.

O resultado era previsível: a derrota da revolução. No primeiro caso, esta se produz por meio do golpe dirigido pelo general Banzer que inaugura 7 anos de uma repressiva ditadura. No segundo caso, a derrota se dá de forma “pacífica”. Lechín convence os 10 mil mineiros armados com dinamite, que por 16 dias ocuparam a cidade de La Paz, a voltar a suas cidades porque não tinham armas. A burguesia, com a mediação da Igreja, adianta as eleições para substituir o agonizante governo de frente popular, encabeçado por Siles Suazo. Os operários, profundamente desmoralizados por ver fracassar aquele que acreditavam ser o seu governo, vêem como o velho conhecido Paz Estenssoro surge como novo presidente. Ironicamente ele, que fora imposto pela revolução de 52, é quem aplica o plano neoliberal de desmonte do que sobrara das conquistas dessa revolução. Esta derrota que foi muito menos violenta que as anteriores, foi a mais profunda de todas elas. Os trabalhadores, influenciados pelo Partido Comunista e por outras organizações de esquerda, acreditavam que haviam chegado ao poder por meio do governo de frente popular e agora sentiam que haviam fracassado no cumprimento do objetivo histórico que apontavam as teses socialistas da COB. Isto provocou uma desmoralização generalizada, agravada com as conseqüências da aplicação do plano neoliberal: privatizações, fechamento de minas, demissão em massa de trabalhadores.

Mas, honrando sua tradição, mais uma vez a classe operária boliviana, com sua gloriosa central operária, encabeçando aos camponeses e demais setores populares, volta a pôr em cheque o poder burguês. É responsabilidade dos revolucionários bolivianos e latino-americanos fazer todos os esforços para construir a direção revolucionária que impeça que, uma vez mais, a história volte a se repetir. 🌐



Notas

¹ Memórias do primeiro ministro operário, Waldo Álvares, La Paz, 1986, pg. 188. Möllher e Alandia Pantoja eram militantes do POR

² A IV Internacional sai muito debilitada da Segunda Guerra. Trotsky havia sido assassinado e grande parte de seus quadros haviam sofrido a perseguição e a morte nas mãos do nazismo e do stalinismo. A direção que assume (Michel Pablo e Ernest Mandel) muito jovem e inexperiente, impressiona-se com as expropriações que foram feitas pelo Exército Vermelho. Caracterizam que vem a terceira guerra mundial (entre a URSS e o imperialismo) e que isso fará com que os PCs radicalizem. Acon-



selham o “entrismo sui generis” nos PCs (para orientar a sua direção até uma política revolucionária) e nos movimentos nacionalistas nos países coloniais ou semicoloniais.

³ Guillermo Lora, *História do Movimento Operário Boliviano*.

⁴ Luta Operária, jornal do POR. 18.IV.1952, pg. 2. Os ministros eram Lechín e Butrón.

⁵ Teses da X Conferência do POR, citadas por Liborio Justo em *Bolívia: a revolução derrotada*, Rojas Araújo editor, Cochabamba, 1967, pg. 223.

⁶ Boletim interno do POR, citado por Liborio Justo em *Bolívia: a revolução derrotada*.

⁷ “Seu discurso (o de Paz Estenssoro) de 21 de julho (1952) é bastante claro. Não só ofereceu “nacionalizar as minas e levar a revolução ao campo sem ter em conta as conseqüências”, mas que prometeu “armar os mineiros e os trabalhadores fabris”, de tal modo que puderam defender a revolução do seu próprio modo” *Lucha Obrera*, 5-8-52. “O presidente, revisando o conjunto de sua atitude política passada, aponta objetivos anticapitalistas e não meramente antiimperialistas e antifeudais para a revolução. Este discurso pode muito facilmente ser considerado como trotskista (...)” *Lucha Obrera*, 5/8/53.

⁸ *A Revolução Boliviana: Análise crítica*, Guillermo Lora, La Paz, 1963, pg. 254.

⁹ Uma das políticas de Paz Estenssoro foi mudar o calibre das armas do exército, deixando de importar as munições para o calibre anterior.

¹⁰ Resolução do CE do POR boliviano de maio de 1956, citado por Liborio Justo e por Nahuel Moreno em *Estado e a Revolução*.

¹¹ Guillermo Lora, *La revolución Boliviana: Análise Crítico*, La Paz, 1963.

¹² *Poder y Fuerzas Armadas*, General Gary Prado Salmon.

¹³ Liborio Justo (Quebracho). Um dos fundadores do trotskismo argentino, autor de um dos melhores trabalhos sobre a revolução de 52 (*Bolívia: la revolución derrotada*). Abandonou o trotskismo e a IV Internacional e passou a defender a construção da V.

¹⁴ “Tarefas específicas e gerais do movimento proletário marxista revolucionário na América Latina”, Terceiro Congresso da IV Internacional, agosto 1951 – Citado em *O Partido e a Revolução*, Nahuel Moreno.

¹⁵ *Revista Quatrième Internationale*, abril, 1953.

¹⁶ Nahuel Moreno, trotskista argentino, fundador e principal dirigente da LIT-QI, em 1952 dirigia o POR argentino de onde participou na polêmica sobre a revolução de 52, junto a outros trotskistas latino-americanos com os quais havia formado o SLATO (Secretariado Latino-Americano de Trotskismo Ortodoxo).

¹⁷ *Frente Proletária*, nº 73, 29 de maio de 1952.

¹⁸ *Frente Proletária*, nº 107, 15 de janeiro de 1953. Citado em “O trotskismo operário e internacionalista na Argentina”.

¹⁹ *Quatrième Internationale*, Julio 1953, Citado por N. Moreno em *O Partido e a Revolução*.

²⁰ *Empresa Estatal Mincira*

TESES DE PULACAYO

Em novembro de 1946, no Congresso de Pulacayo da FSTMB (Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia), foram votadas as “Teses” apresentadas pelos delegados do POR, apesar de que não eram maioria.

A FSTMB foi fundada em 1944. A maioria dos seus dirigentes, dirigidos por Juan Lechín Oquendo, eram ligados ao MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário). Havia minorias ligadas ao Partido Operário Revolucionário (POR), trotskista, e do stalinismo (PIR).

As históricas **Teses de Pulacayo** propunham um programa revolucionário para os mineiros, a classe trabalhadora e o povo da Bolívia. Começam repudiando a colaboração de classes, defendem a luta contra a burguesia, os latifundiários, o imperialismo e o fascismo. Levantam um conjunto de reivindicações transitórias, orientadas para a tomada do poder. Citamos somente algumas linhas:

“[...] 1. Salário básico vital e escala móvel de salários...”

“[...] 2. Semana de 40 horas de trabalho e escala móvel de horas de trabalho... Somente estas medidas nos permitirão evitar que os operários sejam destruídos pela miséria e que o boicote patronal crie artificialmente um exército de desempregados...”

“[...] 3. Ocupação das minas... Os Comitês de Minas deverão decidir os destinos da mina e dos operários que trabalham na produção... Para rechaçar o boicote patronal, ocupem as minas!”

“[...] 6. Controle operário das minas... Os operários devem controlar a direção técnica da exploração, os livros de contabilidade, intervir na designação de empregados técnicos e sobretudo devem interessar-se em publicar os lucros... e as fraudes que realizam quando se trata de pagar impostos...”

“[...] 7. Armamento dos trabalhadores... Se queremos evitar que o massacre de Catavi se repita¹, temos que armar aos trabalhadores... De onde tirar armas? O fundamental é ensinar aos trabalhadores de base que devem armar-se contra a burguesia armada até os dentes; os meios para isso se encontrarão. Ou se esqueceram que diariamente trabalhamos com poderosos explosivos?”

“Toda greve é um começo potencial da guerra civil, e a ela devemos ir devidamente armados. Nosso objetivo é vencer, e para isso não devemos esquecer que a burguesia conta com exército, polícia e bandos fascistas... Todos os sindicatos estão obrigados a formar piquetes armados com os mais jovens e combativos. Os piquetes sindicais devem organizar-se militarmente...”

“Contra futuros massacres, militantes operários armados!”

¹ Massacre de Catavi: em 21 de dezembro de 1942 o Exército metralhou uma marcha que havia partido da mina Século XX para a localidade de Catavi, onde estava a gerência. Morreram dezenas de operários, mulheres e crianças. O lugar da matança foi chamado de “Campo María Barzola”, que era o nome de uma mulher morta, que encabeçava a marcha com uma bandeira. O dia 21 de dezembro é recordado todos os anos como o “Dia do Mineiro”.

CRONOLOGIA DA REVOLUÇÃO BOLIVIANA

CECILIA TOLEDO

Jornalista e membro do PSTU (Brasil)

1952 – Os mineiros, armados de dinamite, derrotam o Exército boliviano, derrubando o governo militar e pró-imperialista de Hugo Ballivián. Sem partido revolucionário, a classe operária não toma o poder e o governo é assumido pelo MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), um movimento pequeno burguês que, com Paz Estenssoro, Hernán Siles e Juan Lechín Oquendo, consegue restaurar o Exército e demais instituições burguesas. Durante três governos seguidos, o MNR abriu as portas para a recolonização imperialista da Bolívia, deu asas à burocratização da COB e dos sindicatos, cortou as liberdades democráticas e massacróu as mobilizações operárias e populares.

1964 – As Forças Armadas dão um golpe preventivo para impedir outra revolta popular. Em crise, o MNR não consegue controlar a situação. Impõe-se então uma Junta Militar encabeçada pelo general René Barrientos e Alfredo Ovando. Barrientos, vice presidente do último governo de Paz Estenssoro, foi treinado pelo governo norte americano no Panamá, dando início a um dos piores períodos da história das massas bolivianas.

1965 – A COB decreta uma greve geral em rechaço ao desterro de Lechín, e das restrições às liberdades sindicais, que ocasionou a intervenção do exército nas minas com prisões e desterros de dirigentes. Milhares de operários são despedidos e os salários congelados apesar da aumento do custo de vida. Barrientos assina um pacto entre o exército e os camponeses, ganhando forte apoio deles.

1967 Barrientos propicia o massacre dos mineiros que resistiam a seu governo e reprime as mobilizações universitárias. Sob ordens da embaixada americana e efetuada por Barrientos é executado Che Guevara.

1969 – Barrientos morre em acidente e assume constitucionalmente o vice presidente Adolfo Siles Salinas que foi imediatamente derubado mediante um golpe de Estado encabeçado pelo general Alfredo Ovando, que tenta estabelecer um governo populista, com uma política de desenvolvimento nacional e relativa independência em relação ao imperialismo. Durante seu governo se nacionaliza o petróleo. A brutal colonização do imperialismo norte-americano por um lado e o ascenso operário e popular por outro, forçam Ovando a passar de um governo reacionário bonapartista, com características fascizantes (foi cúmplice dos crimes cometidos por Barrientos, incluindo o massacre dos mineiros e a morte de Che Guevara), para um governo bonapartista sui generis, no sentido dado por Trotsky: *“Nos países industrialmente atrasados, o capital estrangeiro joga um papel decisivo. Daí a debilidade relativa da burguesia nacional em relação ao proletariado nacional. Isso dá origem a condições especiais de poder estatal. O governo oscila entre o capital estrangeiro e o doméstico, entre a débil burguesia nacional e o proletariado relativamente poderoso. Isso dá ao governo um caráter bonapartista sui generis, um caráter diferenciado. Ele se eleva, digamos, por cima das classes. Na verdade, pode governar, ora como instrumento do capital estrangeiro e controlando o proletariado com as cadeias de uma ditadura policial, ora manobrando com o proletariado e até mesmo chegar*

a fazer-lhe concessões e obter assim a possibilidade de ter certa independência em relação aos capitais estrangeiros”. (Escritos sobre América Latina, 1938)

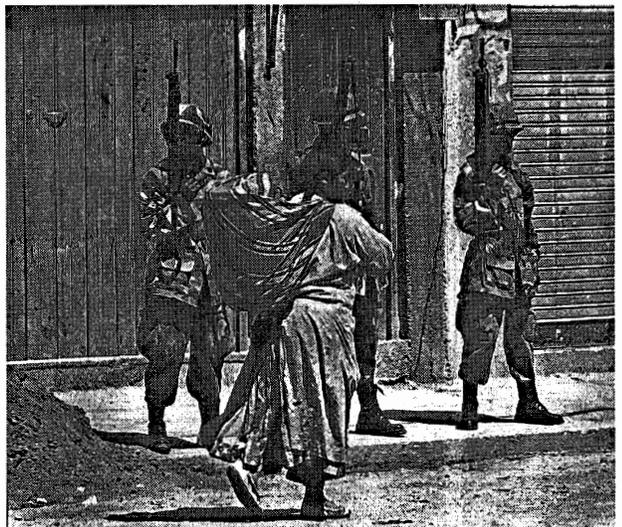
1970 – A Embaixada Americana tenta derrotar o ascenso revolucionário estimulando um golpe contra Ovando, dirigido pelo general Miranda. Porém, uma poderosa greve convocada pela COB frustra os planos e acaba com o golpe em 48 horas. Surge um governo kerenskysta, dirigido pelo general Juan José Tórrez. Abre-se uma etapa revolucionária.

O IV Congresso da COB, aprova uma tese que diz em síntese: *“Nós, operários das minas, declaramos que nossa missão histórica hoje é derrotar o imperialismo e seus lacaios nativos. Declaramos que nossa missão é lutar pelo socialismo. Declaramos que nós, os mineiros, somos a vanguarda revolucionária da classe operária boliviana. Assumimos o papel dirigente na revolução como os autênticos representantes dos interesses nacionais. A aliança dos operários e camponeses com os pobres das cidades e todas as forças anti-imperialistas é a garantia de vitória”.* Encerrando as Teses, dizem os mineiros: *“Nós, trabalhadores mineiros, chamamos a fortalecer a unidade dos trabalhadores da América Latina para construir um mundo melhor. Chamamos os trabalhadores de nossos países irmãos do continente a unir-se sobre a base de uma política operária independente contra o imperialismo e a reação oligárquica. Esta é a melhor garantia para conseguir a grande pátria latino-americana que Martí e Bolívar sonharam. Hoje, como ontem, nosso lema é: A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.*

1971 – No primeiro de maio se conforma a “Assembléia Popular”, organizada pela COB e presidida por Juan Lechín. Se instalou com 223 delegados de acordo a representantes de setores de produção no país e representantes de classe. (132 mineiros). A COB se assumia como um órgão real de poder e como mecanismo para assumir o governo. Seu funcionamento se dá nas dependências do Poder Legislativo. Tórrez oferece à COB 50% do governo, proposta que é recusada. Porém, as principais direções desenvolvem uma estratégia de poder para a classe operária. A embaixada Americana, e os empresários planejam um golpe reacionário, e Tórrez, leal a sua classe e ao exército se nega a entregar armas à COB para repelir o golpe reacionário.

Em 21 de agosto se consolida o golpe militar encabeçado pelo Coronel Hugo Bánzer, fechando a etapa revolucionária. Massacre dos mineiros, universitários, e se limitam todas as liberdades políticas e sindicais.

O país aprofunda sua recolonização, a indústria, a agricultura e outros setores não se desenvolvem apesar dos preços excepcionais do Estanho e dos hidrocarbonetos, base da economia nacional, pelo aprofundamento do saque imperialista, refletido no colossal aumento da dívida externa.



Tradução
Nazareno Godeiro

1976 – A resistência operária e popular aos planos de Bánzer têm efeito e surge uma onda de greves pedindo o fim da ditadura. Em janeiro começa uma greve na fábrica de calçados MANACO em Cochabamba, e apesar da solidariedade dos estudantes e da classe operária, não se impede a demissão de 900 trabalhadores.

Faltando apenas três dias para terminar o ano, quatro mulheres de mineiros, acompanhadas por seus 14 filhos, chegaram a La Paz. Eram as companheiras Domitila Chungara, Aurora de Lora, Angélica Flores e Luzmila de Pimentel, esposas de ativistas mineiros despedidos na greve a princípios do ano. Elas iniciam uma greve de fome que se massifica em todo o país pedindo anistia geral, reincorporação dos mineiros e demais trabalhadores demitidos por causas políticas e sindicais, a vigência dos sindicatos e a retirada do exército dos centros mineiros.

1977 - A luta culmina com uma grande vitória, derrotando a ditadura, que retrocede em todos os pontos exigidos pelos trabalhadores. A iniciativa passa para as mãos da classe operária.

1978 - Bánzer se vê obrigado a convocar eleições, que são anuladas por uma escandalosa fraude. O candidato oficialista, Pereda Asbún, nega-se a renunciar e dá um golpe militar contra Bánzer. A crise se aprofunda.

1979 - Momentaneamente a burguesia enfrenta uma saída conformando um governo civil encabeçado por Guevara Arce. Porém, em novembro, Natush Bush dá um golpe sangrento que é derrotado por uma grande greve geral da COB de 15 dias, e assume o poder a presidenta do Senado, Lidia Gueiler.

A COB realiza seu V Congresso. O movimento camponês se organiza por fora da tutela do Estado e surge a poderosa Confederação Camponesa, a CSUTCB, filiando-se pela primeira vez a COB.

1980 - Se realizam novas eleições. Sai vitoriosa a Frente Popular (Unidade Democrática e

Popular - UDP) encabeçada por Siles Suazo (MNRI), Jaime Paz Zamora (MIR) e o Partido Comunista. Também houve um grande apoio ao partido socialista de Quiroga Santa Cruz. Porém, os militares impedem sua eleição no Congresso mediante um sangrento golpe. Nasce o governo de García Mesa e Arce Gómez, com forte apoio de setores burgueses narcotraficantes, da ditadura argentina, porém, sem contar com o total apoio da Embaixada Americana. Assassina a Marcelo Quiroga Santa Cruz e a outros. Se encarcera e exila a Lechín, e a dirigentes políticos e sindicais. Se destrói a histórica sede da COB.

1982 – A pressão da classe operária faz sentir seu peso. No que se denominou “setembro vermelho”, uma onda de greves e mobilizações acaba com a ditadura militar, que havia passado de Mesa a Torrelio e finalmente a Vildoso. O distrito mineiro de Huanuni inicia uma greve geral por tempo indeterminado, que se expande rapidamente para todo o país. Os mineiros foram seguidos pelos operários de Cochabamba, La Paz, Oruro e Potosí. Abre-se novamente uma etapa revolucionária e, em outubro, um vazio de poder. O poder esteve ao alcance das mãos dos trabalhadores porém a burguesia contando com a colaboração dos principais dirigentes da COB e com a UDP, convocam o Congresso que elegeu Siles Suazo como presidente e Jaime Paz Zamora como vice presidente.

1983 – Surge um governo Kerenskysta, que é incapaz de solucionar os problemas do país, por seu compromisso com o imperialismo. As greves e bloqueios de estradas paralisam o governo. A COB se converte em um órgão de poder dual que centraliza todas as lutas.

1984 - Se realiza o VI Congresso da COB, apesar de ratificar formalmente as teses socialistas de 1971, a declaração por maioria se pronuncia “por defender e preservar a conjuntura democrática”, negando-se desta maneira a assumir a luta pelo poder da classe operária e camponesa.

1985 – Uma greve geral de 16 dias organizada pela COB coloca o governo de Siles Suazo contra a parede. Dez mil mineiros armados com dinamite ocupam a capital, La Paz, enquanto o exército, dividido e vacilante, não se anima a reprimir. Novamente o poder se coloca ao alcance dos trabalhadores.

Mas a burguesia consegue, mediante uma armadilha eleitoral, derrotar o movimento. Nem Lechín, dirigente histórico da COB, nem o PC, nem o POR, nem outra força política operária representada na COB quis encabeçar a derrubada de Siles e impor um governo dos trabalhadores, que se concentrava no poder da COB. Desorientadas, as massas vão às eleições e votam majoritariamente nos partidos burgueses. Com uma fraude declarada, sobe ao poder o governo reacionário de Víctor Paz Estenssoro, apoiado pelo conjunto da burguesia (incluído o MIR) e o imperialismo.

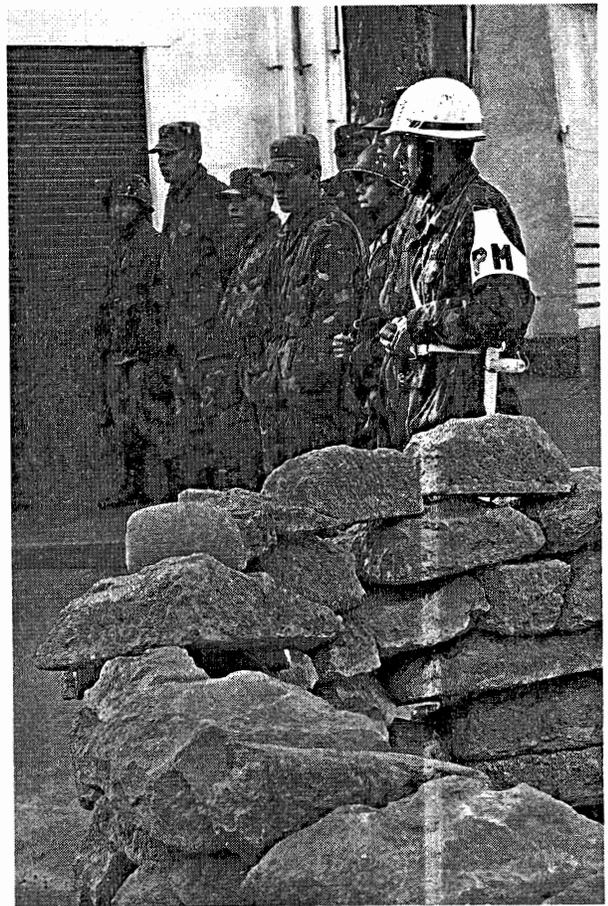
1986 – Paz Estenssoro desfere o pior ataque recolonizador contemporâneo contra a Bolívia e contra as conquistas da classe operária e consegue fechar a etapa revolucionária. Aplica um selvagem plano econômico (o Decreto Supremo 21060). Além do aumento da dívida externa, a submissão aumenta mediante as privatizações das empresas estatais.

Seu êxito residiu na demissão de 30.000 trabalhadores mineiros, 18.000 trabalhadores de fábricas, 2.000 bancários e dezenas de milhares de empregados do Estado.

1987 – Em meio a etapa reacionária, se realiza o VII Congresso da COB. A outrora poderosa COB vive a pior de suas crises, porém, em sua debilidade, ajusta contas com Lechín a quem separa. Assume a direção, Reyes, do Partido Comunista.

1989 – Nas eleições nacionais, os três partidos representantes do neoliberalismo disputam os primeiros lugares: MNR, ADN e MIR. No Congresso, com o apoio de Bánzer, é eleito presidente Jaime Paz Zamora. A política recolonizadora segue seu curso. O VIII Congresso da COB separa os comunistas e a direção histórica do sindicalismo camponês, Genaro Flores.

1990 – A resistência do movimento operário e popular é atomizada. No entanto, consegue frear a entrega das salinas de Uyuni às transnacionais. Porém, o retrocesso na luta de classes deixa suas marcas nas direções da COB que giram cada vez mais à direita.



1993 – Outra eleição nacional e Gonzalo Sánchez de Lozada (conhecido como Goni), dirigente do MNR vence as eleições, em meio a um clima de denúncias de corrupção e de fraude. Eleito presidente pelo congresso, lança uma nova ofensiva contra os trabalhadores, demite dois mil ferroviários, realiza a reforma da previdência, reforma da educação, a “participação popular” e antes de deixar seu mandato, a Lei dos Hidrocarbonetos, que legitima o roubo das enormes riquezas gasíferas a favor das transnacionais.

1994 – Goni, agente direto da Embaixada Americana, se lança contra os cocaleiros com seu plano “novo amanhecer”. A resistência camponesa se desata a partir da luta dos camponeses produtores de coca na zona do Chapare. Essa resistência é dirigida pelo líder cocaleiro Evo Morales que é preso por essas ações. Também surge uma resistência à venda do gás e às empresas de transporte, sendo derrotados estes movimentos.

1997 - Acaba o mandato de Goni provocando uma massacre sangrento contra os mineiros de Amaya Pampa e Capasirca, próximo a Potosí. Nas eleições nacionais, com um discurso contra o governo anterior, ganha Hugo Bánzer. Este é eleito no Congresso com o apoio de Jaime Paz Zamora e de partidos populistas. Porém, a estratégia do novo governo é destruir o movimento cocaleiro, que enfrenta os sangrentos planos imperialistas de erradicação da coca. Ganha força o partido camponês, MAS, liderado por Evo Morales, que já conta com 4 parlamentares.

2000 - Em abril, estoura uma insurreição vitoriosa em Cochabamba contra a presença da transnacional Bechtel que pretendia privatizar a água. Se fecha a etapa reacionária e claramente começa uma etapa revolucionária. O Estado aprofunda sua crise, a polícia se amotina, derrota-se o estado de sítio. Outra vez o problema do poder se põe no centro da cena da luta de clas-

ses. Porém, o XII Congresso da COB não reflete esta mudança, pois mantêm as direções governistas. Em setembro estouram novas mobilizações, principalmente no setor rural do Chapare e no altiplano, encabeçadas por Felipe Quispe (Mallku).

2001 - Novas greves aprofundam a crise do governo, e o põe à beira do abismo. Bánzer, gravemente doente, entrega o poder a Tuto Quiroga, o vice presidente. Este consegue resolver a crise com a aberta colaboração das direções da COB, da CSUTCB, de Morales e Quispe que viabilizam a saída eleitoral.

2002 - Eleições nacionais, pírrica vitória de Gonzalo Sánchez de Lozada. O ascenso das massas se reflete de maneira distorcida na grande votação do MAS que só não ganhou a eleição pela fraude escandalosa. O Congresso elege a Goni presidente, contra Evo.

2003 - Ano das mais importantes revoluções: Fevereiro, a partir de um motim policial as massas derrotam um “impostação” do governo. Com um saldo de mais de trinta pessoas assassinadas pelo regime. Goni é um cadáver político. As massas tomam a iniciativa política e se lançam à greve, bloqueios. Entra em cena a classe operária urbana.

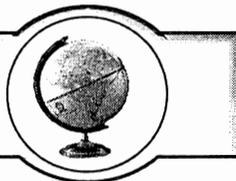
O XIII Congresso da COB, em agosto, encerra seus trabalhos com uma vitória depois de derrotar as direções oficialistas. É eleito Jaime Solares, que impulsiona mobilizações contra a venda do gás, contra a ALCA.

Em setembro, a luta recrudescer, se produzem massacres em Warisata, que precipita um ampliado da COB que declara a greve geral com a palavra de ordem Fora Goni. Em Outubro, acontece a grande insurreição que derruba o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada. O problema do poder se põe de forma evidente, novamente a COB recupera seu peso como órgão de poder das massas. O saldo de mortos é de 80 e mais quatrocentos feridos. O epicentro da luta é a cidade de El Alto.

A burguesia, o imperialismo com apoio das direções majoritárias do movimento de massas, desviam o curso da revolução operária e socialista em curso a uma saída constitucional, assumindo o vice presidente Carlos Mesa. Nenhuma das principais lideranças se postulou a disputar o poder para os trabalhadores. A etapa revolucionária dá um salto e a Bolívia se coloca na vanguarda da resistência aos planos de recolonização imperialista no continente. Fica pendente a tarefa central de construir e fortalecer a direção revolucionária da classe operária na Bolívia. 



Ano 2004



 JOSÉ WELMOWICKI

Iraque: vanguarda na luta contra o imperialismo 69

 JAMES PETRAS

Aonde vai o Brasil? 79



IRAQUE: VANGUARDA NA LUTA CONTRA O IMPERIALISMO

JOSÉ WELMOWICKI
Professor de Ciências Sociais (Brasil)

O ano de 2003 foi dominado pelo aumento da consciência anti-imperialista, materializada no repúdio e nas grandes mobilizações contra a política de Bush e sua “guerra ao terror”. Mostra disso foram os milhões que saíram às ruas em diversos países contra a invasão do Iraque. Essa luta tem um ponto alto na América Latina contra a recolonização expressa no projeto da Alca, e foi a base dos processos revolucionários do Equador em 2000 e da Argentina em 2001, e na Bolívia em 2003.

É a mesma luta anticolonial e anti-imperialista da Intifada palestina, que já leva três anos resistindo aos ataques genocidas de Israel a serviço dos EUA.

Nesse contexto se inscreve a luta do povo iraquiano contra a ocupação norte-americana. Ao contrário do que diz a imprensa, não se trata nem de lutas religiosas ou da tentativa do regime de Saddam de voltar ao poder, ou mesmo da conspiração de grupos terroristas estrangeiros isolados. É uma guerra de libertação nacional de todo um povo contra uma potência imperialista ocupante, como foram as guerras da Argélia contra a França nos anos 50 ou da China contra o Japão nos anos 30.

Mais ainda: trata-se de uma guerrilha que cada vez mais se transforma em guerra popular, tal é o apoio que vai obtendo junto à população.

Pela importância da região e da ocupação do Iraque para a estratégia do imperialismo norte-americano e pela rapidez com que se transforma em crise política dentro dos EUA, é o fato mais importante na arena mundial, lembrando cada vez mais o processo da guerra do Vietnã nos anos 60. É um processo que todos os povos e os movimentos de massas devem ter presente e apoiar decididamente, pois uma derrota dos EUA aí seria decisiva para o fracasso da atual estratégia imperialista para todo o mundo.

Uma guerrilha crescente põe em cheque os EUA

As notícias do front não são nada boas para Bush e seus aliados. Apesar da tremenda superioridade tecnológica e bélica, a ocupação vem sofrendo seguidas derrotas no terreno militar e passando a pior imagem possível em uma missão de ocupação: a da vulnerabilidade. O primeiro grave sinal disso foi o ataque ao hotel Rachid, em Bagdá. Em plena visita do Subsecretário da Defesa americano Paul Wolfowitz, a segunda autoridade na área militar e arquiteto da invasão,

mísseis foram disparados sobre o local central de hospedagem das autoridades da ocupação, destruindo vários andares, matando um coronel e quase atingindo o próprio Wolfowitz. Um helicóptero Black Hawk havia sido abatido na véspera e mais dois nos dias seguintes: um Chinook, com 16 mortos e um outro Black Hawk com pelo menos 6 militares dos EUA mortos. Mais dois helicópteros Black Hawk foram derrubados em Mossul, norte do Iraque, no fim de semana, matando 16 soldados. A derrubada dos helicópteros e os ataques incessantes que recebem as tropas e seus agentes policiais ou membros do governo fantoche transformaram o Iraque num inferno para os ocupantes: já são em média 33 ataques por dia.

O aeroporto de Bagdá, segundo os jornalistas, está em uma situação precária; é arriscado levantar vô, devido aos foguetes e mísseis. Um avião da empresa DHL foi atingido por um míssil quando decolava. A *zona verde*, região de Bagdá onde ficam as instalações centrais do exército dos EUA, está sob constante ameaça de bombas e foguetes.

O petróleo, grande objetivo da ocupação, não pode ser administrado nem usado sem que antes os americanos controlem e assegurem os oleodutos que transportam o petróleo para exportação. Mas estes sofrem constantes sabotagens e o prejuízo é enorme. Os gastos com a ocupação se multiplicam. Já somam US\$ 4 bilhões ao mês, sem contar os mais de US\$ 87 bilhões votados no Congresso.

Mas essa situação é sustentável? Podem os EUA permanecer apenas guardando instalações militares e petróleo, sendo alvos do ódio de toda uma população e arcando com gastos sem um retorno imediato? O insuspeito Jeffrey Sachs, economista neoliberal que assessorou as privatizações na Bolívia e na Rússia, escreveu um artigo dizendo que isso é um absurdo, um “desperdício de dinheiro, que poderia ser evitado com uma ‘solução política’”. Qual seria essa solução? Os ocupantes não podem instaurar a democracia no país que ocupam porque para isso teriam que retirar suas tropas de ocupação; tampouco podem pedir a opinião do povo do

Iraque sobre as decisões fundamentais, porque a primeira coisa que lhes pediriam os iraquianos seria que saíssem do Iraque.

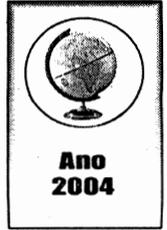
Até o dia 29 de novembro, já morreram pelo menos 298 soldados norte-americanos, dos quais 180 em combate direto, depois do fim declarado da guerra em 1º de maio. Mas os números negativos não se restringem às mortes. Há um outro problema crescente – as baixas não mortais, os feridos e mutilados. Segundo a revista *Time* de 10 de novembro, o número reconhecido de feridos chegou a 1.242 após o ‘fim da guerra’, contra 551 durante a mesma. Uma rede militante dos veteranos de guerra informa, no entanto, que cerca de 7.000 feridos, a maioria proveniente do Iraque, passaram pelo hospital de Landstuhl, na Alemanha, nos últimos meses. Os hospitais já não dão conta do números de feridos, informação esta omitida pelo Pentágono e por quase toda a mídia. Uma nota do *Los Angeles Times* informa que os feridos internados no Hospital Militar Walter Reed, em Washington, já ultrapassariam todas as previsões, colocando em um virtual colapso esse importante complexo hospitalar. A média diária de entradas seria de 20 feridos, dos quais 20% perderam pernas ou braços.

A agência de notícias UPI informou, em 17 de outubro último, que mais de 600 feridos, a maioria proveniente do Iraque, se encontram na base militar de Fort Stewart, nos EUA, esperando o tratamento que demora a chegar. Como não há espaço suficiente nas instalações do hospital da base, eles ficam em tendas de campanha, sem as condições básicas de atendimento.

Outro episódio mostra as dificuldades do Pentágono em relação a suas próprias tropas e o estrago que as notícias vindas do front fazem dentro dos EUA. Preocupado com as cartas que chegavam aos EUA vindas do front iraquiano dando conta do péssimo estado de ânimo de muitos soldados, um coronel teve a idéia de redigir cartas otimistas, passando uma imagem de melhoria contínua da situação, e pedir aos soldados que as assinassem. Além de enviar a suas famílias, ele fazia as cartas chegarem às redações dos jornais das cidades onde os parentes desses

soldados residem nos EUA. O problema é que o que era para ser uma operação propagandística, transformou-se em escândalo, pois algumas famílias perceberam e denunciaram a falsificação e estranharam muito que os jornais publicassem essas “cartas”. Há denúncias de que dezenas de soldados aproveitam licenças para passar alguns dias nos EUA para desertar e evitar a volta ao Iraque.

O governo não quer aparecer nos enterros, para não associar a imagem de Bush às mortes. Na época do Vietnã, as imagens dos corpos de soldados mortos chegando nos *body bag* tiveram efeitos terríveis na população e ajudaram a criar o poderoso movimento contra a guerra. Hoje, o Pentágono resolveu proibir fotografar ou filmar os caixões dos militares norte-americanos, seja na saída do Iraque, seja na chegada aos EUA.



Uma guerrilha com apoio de massas

A atual e heróica resistência iraquiana tem como base de apoio o amplo repúdio do povo ao saqueador imperialista. As comemorações populares a cada revés das tropas invasoras, como as quedas de helicópteros, com as pessoas aparecendo na TV festejando, expressam uma indignação generalizada, que vem de antes da invasão. Essa indignação concentra hoje o ódio acumulado às sanções assassinas durante 11 anos, bancadas pela ONU e é também a expressão de uma memória popular que recorda as ocupações anteriores, como a do Império Britânico.

Já nem o governo Bush pode negar a gravidade da insurgência. Os próprios generais dos EUA falam em 5.000 guerrilheiros, e ora dizem que são seguidores de Saddam, ora da Al Qaeda. Mas não têm como explicar o poder de fogo e a amplitude de uma guerrilha com intervenção não simplesmente no campo, mas nas grandes cidades, e que antes de a invasão completar dois meses já vinha fustigando o invasor. Na verdade, se assemelham a uma outra série de lutas de resistência contra a ocupação colonial que tomaram a forma de guerrilhas, como na Argélia nos anos 50 contra a França, ou na Palestina hoje. Sem condições de combater a céu aberto o exército invasor, dono de uma superioridade militar e tecnológica infinitamente maior, a resistência iraquiana usa seu domínio do terreno e o apoio popular para infligir permanentes golpes que podem desestabilizar e até desmoralizar os ocupantes, forçando-os a uma retirada. Foi o que aconteceu na Argélia e também no Vietnã.

Um relatório da CIA, divulgado pelo jornal *Philadelphia Inquirer*, reconhece uma situação muito mais grave: haveria 50.000 combatentes iraquianos, com um número incalculável de armas. A CIA ressalta que o “Conselho de Governo” no Iraque carece de apoio popular e que já fracassou em sua missão de convencer o povo de que seria interessante colaborar com a ocupação. Mas o maior inimigo, segundo esse informe, seria o risco de que ocorra uma aliança



entre a maioria xiita, que representa 60% da população, e a minoria sunita, com vistas a unir forças para expulsar os invasores. Na resistência armada iraquiana há uma diversidade bastante grande de grupos cobrindo quase toda a gama de tendências políticas do Iraque. Aí estão os baathistas, corrente identificada com o nacionalismo pan-árabe, tanto pró-Saddam quanto os vinculados à Síria; estão os sunitas, os xiitas e também uma ala do PC, chamada PC iraquiano, formada por quadros de base, porque a direção majoritária decidiu apoiar a ocupação e tem até uma participação no conselho de governo provisório.

As formas de resistência

A característica da resistência até há pouco foi sua descentralização – uma fase clássica inicial da guerra de guerrilhas contra um exército ocupante. As primeiras ações da resistência estavam dentro desse padrão. Mas os ataques ao Hotel Rachid, sede do comando americano, e a derrubada dos helicópteros, sinalizam para um degrau mais avançado e talvez coordenado de luta militar.

Alguns informes sobre os últimos atentados contra helicópteros indicam que há uma coordenação entre os grupos que atacaram patrulhas para atrair os helicópteros dos ocupantes para emboscadas e então atacá-los com mísseis e foguetes. Há que ver se os grupos começam a se coordenar de forma mais permanente e organizar um comando conjunto da resistência, algo como uma direção unificada ou Frente de Libertação Nacional.

As últimas notícias, dos meses de novembro e dezembro, mostram que há um plano também de tentar minar a coalizão que os americanos formaram em torno a eles para garantir a ocupação do Iraque. Soldados e membros das forças de ocupação italianos, espanhóis e coreanos foram alvo de ataques por parte da resistência iraquiana, causando comoção nesses países e aumentando a bronca da população contra seus governos, que colaboram na ocupação do Iraque.

Em entrevista publicada pelo Comitê de Solidariedade à Causa Árabe (CSCA) da Espanha,

um militante da ala do PC que se opõe à ocupação, Ahmed Karim, relata: “Para ser sincero, não esperava que o movimento de resistência se desenvolvesse com tanta rapidez. Muitas pessoas haviam posto todas as esperanças no exército iraquiano e se sentiram frustradas pela traição do alto comando. No âmbito da organização popular, não se pôde preparar praticamente nada antes do ataque, apesar de que nós havíamos pedido ao regime de Saddam Hussein que nos concedesse determinadas liberdades em troca de nosso apoio contra a agressão estadunidense. A resistência está firmemente arraigada e respaldada pela imensa maioria das classes pobres e não somente por estas. E continua avançando – também graças às atrozidades perpetradas pelo exército de ocupação. E não devemos esquecer que contamos com o firme apoio das massas árabes e, pelo menos, com a simpatia da maioria da população mundial”.

Sobre o futuro da resistência e a possibilidade de se constituir uma frente nacional unificada, Karim diz que “essa frente é imperiosamente necessária e estou seguro de que cedo ou tarde verá a luz. Com o tempo, conseguiremos superar as distâncias entre os dirigentes das forças nacionalistas, islâmicas e comunistas. A escala popular esta cooperação já é evidente, porque a resistência não é uma questão de religião ou de confissão, mas de autodeterminação social e nacional”.

Outro problema para os invasores: a tentativa de formar governo fantoche

O imperialismo montou um “conselho” iraquiano sem nenhuma autoridade real e ao qual agora fala em dar mais poder para poder se afastar um pouco da relação direta com a população. Compõem esse conselho, empresários extremamente ligados aos EUA e à Inglaterra, como Chalabi, que tinha contra ele um pedido de captura na Jordânia por estelionato; exilados trazidos pelas tropas invasoras, como um religioso que vivia em Londres e foi morto em Najaf; uma parte do PC iraquiano, um setor dos



xiitas (Al Hakim, vinculado ao Irã), trãsugas do regime de Saddam e da polícia, e os chefes curdos do Norte, como Jalal Talabani, da UPC, que atualmente “chefia” provisoriamente o conselho.

O relatório da CIA que vazou para a imprensa diz que esses 25 fantoches passam todo o tempo brigando entre si por cargos e pelo controle dos negócios abertos pelo saqueio. Mas o maior problema para a estratégia imperialista de montar um governo “iraquiano livre” é que o próprio conselho e todos os que colaboram com a ocupação correm perigo devido ao ódio que despertam por sua condição de títeres.

Uma ministra, prefeitos, juizes, o aiatolá Al Hakim, já renunciaram, como o governador de Najaf. Mesmo na região curda, em que o peso dos chefes oligárquicos é grande e garantiu uma certa estabilidade por algum tempo, o aumento dos atentados na região de Mossul e Kirkuk e os recentes choques do PKK (a organização curda que combate com o governo turco pela independência) com as forças norte-americanas mostram que a tendência é o questionamento generalizado à tentativa de formar governo fantoche.

Para dar uma idéia de qual é o futuro para esse tipo de marionetes, a situação no Afeganistão está piorando a cada dia. O governo fantoche de Karzai implora a seus mentores imperialistas por mais tropas e não controla quase nada no país além de Cabul.

Ação entre amigos

Essa talvez seja a melhor definição para a empreitada que vem ocorrendo no Iraque. Neste “pós-guerra”, os melhores negócios no saqueio do território iraquiano foram cuidadosamente reservados para um seleto grupo de multinacionais que apoiaram com fervor e dinheiro a campanha presidencial de Bush, como a Halliburton, a Bechtel e outros grandes. Mais ainda: elas são ou foram dirigidas por executivos que têm papel de destaque neste governo ou tiveram no passado recente, em outros governos republicanos. Isso está gerando mal-estar até entre os senadores e deputados americanos. As coincidências entre as empresas escolhidas e o grupo em torno a Bush são muitas: a Halliburton era dirigida até 2000 por Dick Cheney, vice-presidente e grande defensor da invasão ao Iraque. A Bechtel é dirigida por George Schultz, ex-secretário de Defesa e importante dirigente do Partido Republicano e do grupo que gira em torno a Bush pai.

A sede com que essas multinacionais foram ao pote revela as razões de fundo do ódio da população americana em relação à ocupação do Iraque. Como o interesse é lucrar o mais rápido possível, o objetivo central da operação é escoar petróleo do país já. Os problemas concretos do povo iraquiano, já castigado por anos de sanções econômicas, não são nem mencionados por essas empresas. A recuperação de linhas elétricas, hospitais, infra-estrutura produtiva etc, passam a segundo plano. Enquanto falta combustível e eletricidade num país que tem a segunda maior reserva de petróleo do mundo, as multinacionais tratam de roubar e fazer negócios com o petróleo iraquiano.

Para não deixar dúvidas de que o objetivo é o saque e a rapina descarada, a autoridade máxima dos ocupantes no Iraque, Paul Bremer, editou uma “lei” que permite privatizar tudo no Iraque. Apesar de a própria convenção de Ge-

nebra não permitir que uma potência ocupante disponha dos bens de um país ocupado a seu bel-prazer, a administração ianque não teve o menor pudor em determinar a abertura de todas as riquezas e bens do Iraque aos investidores estrangeiros.

O próximo governo iraquiano, para ser aceito pelos ocupantes, tem de ser completamente submisso ao saque. A primeira tarefa de um governo independente seria revogar toda essa “legislação”, expulsar os capitalistas estrangeiros que tomaram conta do Iraque e nacionalizar seus bens. Toda a operação de Bremer é para garantir que isso não ocorra, ou seja, a recolonização do Iraque seja garantida mesmo que algum dia haja uma retirada formal e a substituição da autoridade de ocupação por um governo colonial composto por iraquianos. Eles teriam de respeitar esses compromissos e a presença de tropas americanas se manteria para recordar aos futuros governantes “iraquianos livres” os acordos impostos. Essa é a “democracia” que Bush reserva aos iraquianos.

Bush tenta apoio externo para não perder o interno

Frente a uma guerrilha cada vez mais ousada, o governo Bush tentou em primeiro lugar se legitimar e conseguiu o aval da ONU e dos “parceiros” imperialistas, antes contrariados por sua política ‘unilateral’ (leia-se: por não poder participar do botim). Mas a ONU, marcada por sua política de sanções e humilhações contra o Iraque, sofreu um atentado e acabou por retirar seu pessoal do país. O apoio não se traduziu em tropas e recursos substanciais.

Bush, então, fez uma *Conferência para doadores* em Madri, mas só conseguiu magros 1,5 bilhões da Europa e um apoio financeiro do Kuwait e Japão. Mas na questão crucial das tropas para substituir os norte-americanos, nada além dos já presentes Itália e Polônia. A própria Espanha, que se comprometeu com a ocupação, ao chefiar o esquadrão Plus Ultra, que reúne até países centro-americanos sem maiores recursos, acabou por retirar seu pessoal civil de

Bagdá, devido ao “perigo”, o mesmo que fizeram a ONU e a Cruz Vermelha. O Japão ainda não mandou tropas devido à “falta de segurança”. Agora, a tropa enviada pela Itália sofreu um atentado, o maior desde a Segunda Guerra Mundial, o que abriu um forte debate no país sobre a justiça de manter tropas numa guerra em que tem pouco a ganhar.

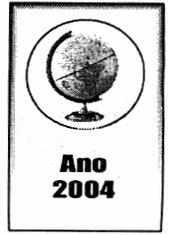
Para tentar aparecer dentro de seu país com importante apoio internacional, Bush recorreu a seu fiel escudeiro Tony Blair e foi à Inglaterra, em uma visita “de Estado”, com direito até a recepção da rainha. Mas não deu muito certo. A manobra foi ofuscada por uma manifestação de massa em Londres com mais de 100 mil participantes e uma estátua de Bush foi ao chão na praça Trafalgar Square, no coração de Londres, mostrando o crescente isolamento que sua política de guerra contra o terror e a ocupação sofrem na Europa.

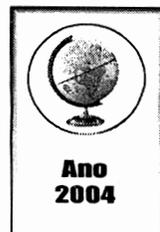
O resultado, no que diz respeito ao apoio interno à política de Bush para o Iraque, vem sendo devastador: segundo pesquisa de novembro do Instituto Harris, em abril passado, 67% da população aprovava a política de Bush; em julho, 50%, e em setembro 51%. Em novembro, 58% a desaprovam.

Para tentar deter essa queda, Bush começou a valorizar o discurso de que se trata de uma batalha pela democracia e para evitar que o terrorismo chegue às cidades americanas, numa óbvia referência ao 11 de Setembro. O problema é que primeiro ele justificou a invasão dizendo que o Iraque podia usar armas de destruição em massa a qualquer momento contra seus inimigos, e ainda que ele tinha relações estreitas com a organização Al Qaeda. Apesar de tentar obter a todo custo provas de ambas as acusações, o Pentágono, a CIA e o FBI fracassaram totalmente, e a falta de qualquer base para essas acusações é um fator de contínuo descrédito nos EUA. Na Inglaterra, serviu para colocar o governo Blair na defensiva, enfrentando uma comissão de inquérito.

Bush, então, resolveu lançar uma nova mentira: o objetivo é “recuperar o Iraque para a democracia”, e dar um exemplo ao mundo ára-

be e muçulmano de que a liberdade é possível! O problema é que ninguém está acreditando nisso. As massas estão repudiando a invasão e comemorando cada golpe sofrido pelas tropas invasoras.





BRING THEM HOME NOW!

O governo americano disse às tropas que elas iriam libertar um povo oprimido, levar a democracia ao Iraque e, por isso, seriam recebidas como heróis. Os discursos chegaram ao ponto de comparar sua missão à entrada dos aliados em Paris em 1944, recém-liberada da ocupação nazi.

Mas essa era outra mentira de Bush. As tropas foram recebidas com repúdio, agressões de todo tipo, armadilhas, emboscadas, pedras atiradas por crianças, e alguns soldados até já reconhecem essa realidade e começam a questionar seus superiores. Para piorar a situação, outra mentira. Bush prometera às tropas uma estadia breve no Iraque, mas ela já se prolonga além da conta e ninguém sabe quando chegará ao fim. O descontentamento entre a tropa cresce de forma impressionante. Sobre tudo isso se colocou um manto de silêncio. Mas as notícias acabam se espalhando.

As famílias dos soldados, que antes protestavam de forma individual, começaram a se organizar, a se comunicar e hoje já formam grupos e redes para protestar. O movimento, conhecido como Bring them home now (traga-os para casa já), realizou no dia 25 de outubro, um protesto coordenado nacionalmente por comitês estudantis, sindicatos e ONGs em Washington e São Francisco com 50 mil pessoas. “Mentirosos”, “Fomos enganados”, “Tragam-nos para casa já!” gritavam as faixas e cartazes.

A organização dos veteranos de guerra, com sua experiência de luta contra a guerra do Vietnã e do Golfo, também vem se manifestando. No ato em Londres contra Bush, Ron Kovic, o conhecido veterano de guerra, que ficou paraplégico e cuja luta contra a guerra do Vietnã foi retratada no filme *Nascido em 4 de Julho*, teve papel importante, representando a luta contra a guerra no Iraque dentro dos EUA.

A síndrome do Vietnã, o 11 de Setembro e o Iraque

Síndrome do Vietnã é a marca profunda deixada nas mentes da população norte-americana pela grande derrota sofridas pelos EUA naquela que foi uma das guerras mais sangrentas protagonizadas pelo imperialismo americano.



Essa derrota americana, que marcou para sempre a política militar dos EUA, foi fruto da combinação de alguns fatores. A resistência heróica do povo vietnamita e uma guerrilha de massas infligiram sucessivos golpes às forças armadas do imperialismo mais poderoso da Terra; o apoio e solidariedade mundial aos lutadores vietnamitas contra o imperialismo norte-americano; o repúdio cada vez maior dentro dos EUA frente a um número crescente de perdas humanas que se tornou intolerável e a situação dos soldados norte-americanos, levando a juventude dos EUA, que não queria perder a vida ou sair mutilada, a protestar contra uma guerra sem sentido, e, finalmente, os gastos cada vez mais elevados que a guerra gerou para a economia americana.

Entre esses fatores, um deles foi decisivo para forçar a retirada do Vietnã: a quebra completa da moral entre as tropas, levando a uma ampla recusa da juventude a servir e mesmo a rebelião aberta entre os soldados. O fato de ter tido que se retirar após perder em torno de 58 mil homens e outros tantos feridos graves, mutilados e inválidos físicos e psicológicos, marcou toda uma geração.

Esta derrota marcou tão profundamente o país que o imperialismo norte-americano passou a ter um cuidado extremo nas intervenções militares diretas. Desde o final da guerra do Vietnã, em 1975, os governos norte-americanos tratam de recuperar sua capacidade de intervir militarmente onde bem entendam. A adoção de um exército pago e voluntário em vez de um exército de recrutamento obrigatório foi uma consequência disso situação.

O 11 de Setembro comoveu a população norte-americana e permitiu a Bush apelar à unidade em nome da defesa do “lar ameaçado” e declarar a “guerra ao terror”, voltando a atacar e ocupar países. A primeira experiência foi o Afeganistão, em 2001. Bush aproveitou o 11 de Setembro para pôr em prática sua doutrina e sua estratégia elaborada ainda em 2000 de ocupar e reordenar o mapa do Oriente Médio, em particular o Iraque.

Agora, a discussão já aberta em toda a mídia é se o que ocorre no Iraque não seria a volta do Vietnã. Foi o que levou o governo a proibir as imagens dos caixões trazendo os corpos dos soldados; e os feridos quase não são mencionados na imprensa.¹

O que é impressionante agora é a rapidez com que a crise se desenvolveu, a ponto de pôr em xeque a estratégia do governo. Afinal, Bush havia declarado o fim das hostilidades após a “vitória rápida” e agora vem a dura realidade. Por isso, já o questionamento divide a imprensa e a população cada vez tem menos confiança na política para o Iraque. É que hoje se soma aos problemas militares na frente de batalha o desgaste causado pela crise econômica, pela perda de empregos durante o governo Bush e pelos privilégios dados aos mais ricos em seu mandato. Essa situação ajuda a desenvolver um sentimento cada vez maior entre a tropa de que eles estão sendo usados e enganados — surgem reclamações sobre os soldos dos combatentes, sobre a duração de seus períodos de serviço, sobre os cuidados em saúde e até comida, e, principalmente, sobre as razões da guerra.

Na guerra do Vietnã foi tentada a estratégia da “vietnamização”, que fracassou. Significava passar a responsabilidade a um exército local treinado e fiel aos imperialistas. Agora, Rumsfeld fala em *iraquização*, com a formação e treinamento de 100 mil novos integrantes de forças armadas nativas sob sua direção, que possam substituir os soldados norte-americanos extenuados e desgastados. Além disso, a administração Bush, pressionada pela situação cada vez mais crítica, fala em passar mais rapidamente algum tipo de controle a um governo fantoche. Mas, ao mesmo tempo, diz que não sai antes de dois anos, mesmo passando parte do controle a um governo “iraquiano”.

O problema para os EUA é que não há como criar rapidamente um “governo leal” com autoridade, mesmo problema enfrentado no Vietnã. As forças de ocupação enfrentam um dilema: se as coisas continuam como estão, a resistência aumentará a cada dia. E se tomam medidas de

repressão mais fortes contra a população que apóia os guerrilheiros, crescerá ainda mais a repulsa à ocupação norte-americana.

A primeira resposta a esse dilema foi na segunda direção: as operações *Martelo de Ferro* e *Ciclone de Marfim*, que consistem em utilizar “toda a capacidade de fogo do exército” para causar danos às cidades e aldeias que respaldam as guerrilhas, como declarou um general norte-americano. Mostra de que os EUA só podem dominar o Iraque com a força bruta. Isso provocará mais resistência, e, como num ciclo vicioso, um uso ainda maior de força bruta, e também um aumento do descontentamento entre as tropas de ocupação.

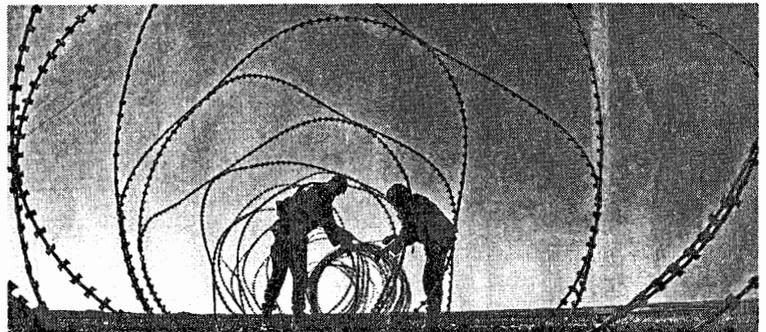
Não é fácil expulsar os EUA do Iraque. O que está em jogo é a “credibilidade” do imperialismo e da doutrina Bush. Será necessária ainda uma longa batalha militar da resistência e muitos sacrifícios do povo iraquiano, assim como um movimento maior ainda das famílias dos soldados, das tropas e do povo norte-americano para forçar os EUA a saírem do Iraque. Porém, é necessário enfatizar dois fatores. Primeiro: os EUA encaram um grave problema para qualquer tentativa de manter a ocupação por um longo prazo frente à resistência do povo iraquiano e a tendência é a um repúdio cada vez maior das populações do mundo inteiro, como se viu nas manifestações durante a visita de Bush a Londres em novembro. Segundo: uma derrota agora teria conseqüências ainda mais profundas que o Vietnã e abriria um momento defensivo ainda maior por parte do imperialismo norte-americano. Por isso, os povos de todos os países todo vêm com simpatia a luta de libertação nacional do povo iraquiano e sua vitória será uma vitória dos trabalhadores dos povos de todo o mundo.

A resistência à ocupação reacende a Intifada palestina

Assim como a Intifada inspirou uma vontade de resistência das massas árabes e do Oriente Médio, agora a resistência armada à ocupação dos EUA no Iraque está estimulando a luta das massas da região e a própria Intifada. Informes da resistência indicam que as massas palestinas tinham recebido a invasão norte-americana ao Iraque como uma ducha de água fria, mesmo porque essa ofensiva se expressou no aumento dos ataques de Sharon, no plano “mapa do caminho” e a posse do novo gabinete palestino entreguista de Abu Mazen.

Agora, após as contundentes ações guerrilheiras contra as tropas norte-americanas, a situação se modificou. A resistência também é comemorada pelas massas palestinas por estar golpeando o mentor de Israel, os EUA. Como no Iraque, cada golpe nas forças armadas do inimigo imperialista é comemorado como vitória pela resistência palestina. O mapa do caminho desapareceu, Abu Mazen teve que sair.

Ao contrário, quem está em xeque nesse momento é Sharon e a crise é cada vez maior no interior de Israel. No terceiro aniversário da Intifada, após prometer segurança e estabilidade com sua



1 Segundo a agência Reuters, as taxas de mortes eram em média muito maiores nos 5 primeiros anos da guerra do Vietnã do que agora: em 1965 chegou a um total de 1.926 e em 68 (ano da ofensiva do Tet), a 17.000.

política genocida, bombardeando populações civis na Cisjordânia e Gaza, e com a construção do novo “muro da vergonha”, o que Sharon conseguiu foi mais insegurança, perdas econômicas graves, queda vertiginosa do turismo e dos investimentos em Israel, recessão e uma onda de greves. Calcula-se uma emigração de mais de 700 mil pessoas de Israel (cerca de 11% da população judia) nos últimos 4 anos, assustados ou cansados da guerra civil sem fim. Como Israel sempre se baseou na permanente imigração de judeus do mundo inteiro para garantir o projeto sionista de um estado com uma maioria de população judaica, esse é um sério problema, mais ainda se se leva em conta o maior crescimento vegetativo da população árabe. Por isso, Sharon encontra cada vez mais questionamentos, até mesmo das forças militares.

Há poucos meses, 27 pilotos da Força Aérea (a elite militar), incluindo um general da reserva herói de guerra, se recusaram a servir nos territórios ocupados. O chefe do Estado Maior das forças armadas, general Moshe Yaalon, afirmou que as táticas usadas pelo exército “incentivam o terrorismo”. Quatro ex-chefes do serviço secreto, o famigerado Shin Beth, criticaram no mesmo sentido a política do governo, dizendo que o tratamento dado por Israel aos palestinos é “prejudicial aos interesses nacionais de Israel”. Fala-se abertamente em retirada unilateral de Gaza.

A crise que atinge a ocupação norte-americana no Iraque também atinge a ocupação sionista e a estratégia de Sharon, golpeadas pela cada vez maior ousadia das resistências iraquiana e palestina. 

AONDE VAI O BRASIL?

JAMES PETRAS
E HENRY VELTMEYER

A aplicação do dogma neoliberal

Se algo cabe dizer sobre a equipe econômica de Luís Inácio Lula da Silva é que não perdeu tempo em cumprir as promessas feitas aos fundos de investimento, aos banqueiros internacionais e as elites industriais locais antes de tomar posse. Não houve correspondência (*FT*, 24 de janeiro de 2003, pág. 2) entre as expectativas de melhoria social de cinquenta e dois milhões de votantes e os compromissos assumidos com as elites econômicas. Não são muitos os governos da antiga esquerda que assumiram e aplicaram um programa de direita tão rápida e decisivamente como o governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Segunda parte (a primeira parte deste artigo foi publicada no número 7 de *Marxismo Vivo*)

Traduzido por
Nazareno Godeiro

Orçamento

De acordo com as exigências do FMI e das elites econômicas, o regime de Luís Inácio Lula da Silva cortou o orçamento em 3,9 bilhões de dólares (*FT*, 11 de fevereiro de 2003, pág. 66; *La Jornada*, 11 de fevereiro de 2003). Entre os cortes estava a redução do salário mínimo, desde o prometido 69 dólares a 67 dólares a partir de maio de 2003, cinco meses depois de chegar ao poder. Devido ao aumento da inflação, ficará abaixo do mísero nível do governo anterior de Fernando Henrique Cardoso. Dos 3,9 bilhões de dólares cortados do orçamento, mais de 1,4 serão cortados do gasto social. Uma análise mais detalhada revela que estes cortes afetarão os programas de alimentação, educação, segurança social, trabalho, desenvolvimento agrícola, cidades e promoção social. Em conjunto, os cortes em programas sociais somam 35,4 % da redução total. Inclusive, o tão alardeado projeto estrela do “fome zero” sofreu um corte de 10 milhões de dólares e ficou reduzido a tão somente 492 milhões para atender aos 40 milhões de brasileiros desnutridos. Isto significa que os fundos destinados aos famintos ficaram em 10 dólares por cabeça ao ano, quer dizer, em 85 centavos de dólar por mês ou 2,5 centavos diários. O objetivo dos cortes, entre eles os do gasto social, consiste em aumentar o superávit para poder fazer frente aos pagamentos da dívida e do FMI. Os talibans neoliberais de Luís Inácio Lula da Silva garantiram o superávit de 3,75 % do PIB, tal e qual se acordou com o FMI nos tempos de Fernando Henrique Cardoso, para 4,25 % em fevereiro de 2003 sob a liderança de um “presidente popular” que foi operário metalúrgico. Dito de outra maneira, Lula aumentou o valor destinado ao pagamento da dívida de 17 bilhões de dólares para 19,4 bilhões, aumento de quase 14%. Os 2,4 bilhões de diferença foram uma transferência direta dos fundos destinados a programas sociais aos possuidores de bônus, tanto nacio-

nais como estrangeiras. Lula direcionou aos mais ricos os fundos que correspondiam aos mais pobres e as classes médias e trabalhadoras.

A política orçamentária de Lula contribuirá para aumentar as infames desigualdades brasileiras, não a reduzi-las. Os gestos de Lula para a galera, pedindo perdão aos pobres que votaram nele, por administrar-lhes semelhantes doses de “remédio amargo”, seguramente não atrairão muita simpatia entre os milhões de trabalhadores que recebem o salário mínimo e que verão reduzidos seus magros salários ao mesmo tempo em que se recortam os serviços públicos. Cabe esperar que o corte do gasto público não só não dinamize a economia senão que, provavelmente, acentue a recessão.

Mercados livres

Tanto Lula como Palocci, seu ministro da Fazenda, rechaçaram qualquer tipo de medida protecionista, buscaram ampliar o programa de privatizações e se negaram a corrigir os piores abusos das empresas privatizadas. Palocci defende as regulamentações internacionais (as políticas da OMC) como instrumento para atrair o investimento estrangeiro, evita colocar a indústria local ao amparo de uma legislação protecionista e privilegia o capital estrangeiro no processo de licitação de contratos públicos. Palocci sustenta que o “Brasil não deseja fechar-se, e sim navegar pelos mares abertos do mercado global” (*FT*, 16 de janeiro de 2003, pág. 2). Assim, recusou qualquer tipo de intervenção estatal em que se usassem fundos públicos para estimular a demanda interna entre milhões de brasileiros empobrecidos, por considerá-los “mecanismos artificiais”. “Ao gerar as condições apropriadas, as forças do mercado incrementarão a renda e a produtividade das empresas”, sustenta o tzar econômico de Lula. Este taliban do neoliberalismo omite muito convenientemente que foram precisamente as “forças do mercado” as que, durante os últimos cem anos de expansão capitalista, geraram uma pobreza generalizada no Brasil e criaram a sociedade mais desigual do mundo.

Palocci, com a aquiescência total do presidente Lula e do resto da equipe econômica, anunciou a privatização de quatro bancos estatais, a “privatização” do Banco Central (sob o pretexto de ampliar sua autonomia frente aos poderes representativos) e a preparação de uma lei que garante ao capital estrangeiro o controle absoluto de um setor substancial da indústria brasileira das telecomunicações. Quando a AES, uma companhia elétrica americana, não garantiu o pagamento relacionado com a compra da Eletropaulo, uma distribuidora de eletricidade de São Paulo, a equipe econômica de Lula se negou a renacionalizar a companhia, e isso apesar da evidente má gestão econômica (*FT*, 26 de fevereiro de 2003, pág. 15).

O dogmatismo a respeito das virtudes do capital estrangeiro como motor de desenvolvimento impede ao governo de Lula ver o grau de vulnerabilidade e precariedade a que o Brasil está submetido ao subjugar seu crescimento ao capricho do capital financeiro internacional. Por exemplo, na última semana de janeiro de 2003 a moeda brasileira, o real, se desvalorizou em 10%, perdendo tudo que havia avançado durante as três semanas anteriores. O diferencial dos tipos de juros dos bônus brasileiros com respeito aos dos Estados Unidos aumentou em dois pontos, até 14%. A austeridade nacional e as declarações de fidelidade aos princípios neoliberais não bastaram para compensar o efeito de certas tensões internacionais. De fato, ao adotar uma política neoliberal e aprofundar sua dependência financeira, o Brasil ficará condenado a aplicar constantemente medidas de austeridade, uma detrás da outra, de maneira indefinida. Assim, se esperam novos cortes adicionais no orçamento de 2003 para enfrentar as conseqüências da incerteza da guerra sobre os mercados financeiros (*FT*, 29 de janeiro de 2003, pág. 2). O Banco Central terá que subir ainda mais as taxas de juros para atrair capital especulativo, em detrimento da indústria nacional e dos agricultores. Neste, como no resto dos capítulos da política econômica, Lula trocou de camisa: durante as eleições, prometeu baixar as taxas de juros. Porém, poucos dias de-

pois de assumir o poder, o Banco Central subiu as taxas de juros de 25% al 25,5% e, um mês mais tarde (em 19 de fevereiro de 2003), subiu novamente para 26,5%, eliminando assim qualquer possibilidade de recuperação econômica ou de aumento dos investimentos nacionais.



Preços

A política de Lula em matéria de saúde e consumo é uma consequência direta de sua fidelidade ao dogma neoliberal e contrária ao que esperava sua base eleitoral popular.

O governo aprovou novos aumentos nas tarifas das empresas de serviços privadas, descarregando seus custos sobre as costas dos mais pobres (FT, 18 de fevereiro de 2003, pág. 4). Em fevereiro, Lula eliminou os controles de preços que afetavam 260 produtos farmacêuticos e prometeu liberar os preços de 3.000 medicamentos em junho de 2003.

Em uma bravata para compensar a queda do nível de vida, Lula prometeu instalar 4.200 computadores para os pobres e dar-lhes dez minutos de tempo gratuito na Internet diariamente. Dada a diminuição em termos reais dos salários e o aumento potencial do descontentamento, Lula está assegurando agora a lealdade da polícia ao conceder-lhe aumentos salariais de 10 %.

Pensões

O governo Lula, fiel ao FMI, identifica as aposentadorias como a fonte do déficit fiscal. Esquecendo a evasão fiscal dos ricos, as subvenções e os incentivos fiscais a longo prazo para as multinacionais, como verdadeiro neoliberal que é, Lula propõe a redução generalizada das aposentadorias, em especial dos funcionários públicos. Usando como desculpa o caso de uns quantos funcionários de altos cargos que desfrutaram de pensões desproporcionais, Lula está decidido a equiparar as pensões de todos os funcionários às baixíssimas pensões do setor privado. Em um exercício de charlatanismo, apresenta seu plano de reforma da Previdência como uma batalha a favor da igualdade, de forma que reduzir as pensões ao nível das do setor privado é repartir a miséria, enquanto que qualquer tipo de medida igualitária e progressiva tenderia a aumentar as pensões baixas. Espera-se que assim economizem bilhões de dólares, que acabarão compensando um rebaixamento dos impostos para a elite industrial. A política em matéria de pensões provavelmente vai agravar as desigualdades, empobrecendo os aposentados e enriquecendo a elite industrial.

Por isso, não deve surpreender que Lula recebesse o ensurdecedor aplauso dos super-milionários em Davos.



Caio Koch Weser, o Secretário de Estado da Fazenda alemã, disse de Lula: “A chave reside no ímpeto que a enorme credibilidade do presidente imprime às reformas (neoliberais)” (FT, 27 de janeiro de 2003, pág. 2).

A forma com que Lula apela deliberadamente às suas origens operárias para promover a política que convém às elites econômicas gera satisfação nos astutos financistas de um ao outro lado do Atlântico.

ALCA e imperialismo norte-americano

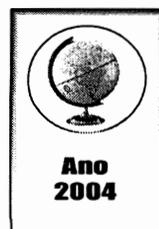
Existem movimentos populares de protesto contra a ALCA por toda América Latina. Milhões de camponeses do México, Equador, Colômbia, Bolívia, Paraguai e Brasil bloquearam estradas e exigem que seus governos repudiem a ALCA. No Brasil, se fez uma consulta popular em 2002, com o apoio do MST, de setores progressistas da Igreja, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de todos os partidos de esquerda, exceto o PT. Dos mais de dez milhões de pessoas que participaram, mais de 95% votaram contra a ALCA e contra a base militar dos Estados Unidos no norte do Brasil. Lula não só não participou, senão que proibiu que o PT participasse. Uma vez eleito, fechou os ouvidos a 10 milhões de votantes contra a ALCA e aceitou entrar em negociações com os Estados Unidos para consumir dito acordo comercial.

A ALCA é um tratado comercial integral e radical que, se chega a implementar-se, transferirá todo o poder decisório em matéria de comércio, investimentos e outras políticas econômicas a uma comissão dominada pelos Estados Unidos e, provavelmente, radicada neste país, que supervisionaria a privatização e o controle por parte dos Estados Unidos do restante das empresas públicas lucrativas nos setores petrolíferos, de gás e outras indústrias estratégicas. Em um discurso no National Press Club de Washington, Lula defendeu a criação de um acordo comercial para todo o continente americano. Prometeu avançar no que se refere a ALCA e declarou-se entusiasmado sobre sua relação com o presidente Bush. “Mi-

nha impressão de Bush é ótima” (FT, 11 de dezembro de 2003, pág. 5). A principal preocupação de Lula e sua equipe econômica em relação a ALCA tem a ver com a redução das barreiras comerciais para os grandes exportadores agrícolas do Brasil. O apoio que o “presidente dos trabalhadores” brinda ao presidente mais agressivo e militarista dos Estados Unidos, que levou a cabo uma guerra genocida contra o Iraque e prepara a derrubada militar do governo democraticamente eleito do presidente venezuelano Hugo Chávez, é a prova de que o eixo da política brasileira se baseia agora mais que nunca no servilismo. Tal como demonstraram vários economistas críticos, a ALCA destruirá as empresas agrícolas familiares e a agricultura camponesa, aumentará o número de camponeses sem terra, a fome e a emigração massiva para as *favelas* e reduzirá a nada o programa “fome zero” de Lula. As ridículas esmolas de ajuda pontual de emergência que Lula planeja não compensarão os milhões de novos pobres e deserdados gerados por sua fidelidade ao dogma político neoliberal. Lula anunciou que seu programa “fome zero” era “muito mais que uma doação de alimentos em casos de urgência, porque busca atacar as causas da fome, dar peixes e ensinar a pescar” (FT, 31 de janeiro de 2003, pág. 2). Mas, com a ALCA, Lula atacará os pobres, não a fome, e fortalecerá suas causas ao invés de enfraquecê-las.

Ao tratar de estreitar relações com o presidente Bush, o ministro de Assuntos Exteriores Celso Amorim tentou meter-se no conflito venezuelano. Amorim se ofereceu para mediar o conflito entre o presidente constitucional Chávez e o autoritário movimento pro-ianque, a peculiar “coordenação democrática”, organizando um grupo de nações denominado “amigos da Venezuela”. Entre ditos supostos “amigos” estavam Espanha e Estados Unidos, países que apoiaram o falido golpe de estado de 11 de abril de 2002 contra Chávez. Também estavam os governos neoliberais do Chile, México e Portugal e, naturalmente, Brasil. O presidente Chávez, que acabou inteirando-se da armadilha de Amorim, solicitou a inclusão de alguns outros países. Lula e Amorim recusaram e a conspiração brasileira a favor da

oposição apoiada pelos Estados Unidos terminou malograda. Chávez convidou os “países amigos” e seus patrocinadores brasileiros a abster-se de intervir nos assuntos internos da Venezuela. Porém, isto não foi obstáculo para que Amorim declarasse que o governo brasileiro estava disposto a reunir-se com os golpistas venezuelanos (*La Jornada*, 22 de janeiro de 2003).



Reforma agrária

A pobreza, a fome e o desemprego atingem com maior gravidade o Brasil rural. O principal problema é a grande concentração da propriedade da terra nas mãos de uma pequena elite, enquanto 4,5 milhões de camponeses não têm acesso a ela. Desde 1983, o Movimento dos Sem Terra, o MST, ocupou grandes propriedades com sacrifício e disciplina e as repartiu entre 350.000 famílias. Até o final da década de 90, Lula prometeu uma reforma agrária, no caso fosse ser eleito. Durante sua campanha eleitoral, no entanto, exigiu ao MST que se abstivesse de ocupar terras e este obedeceu, pela primeira vez em sua história. Ao prometer em seus discursos eleitorais que faria cair o peso íntegro da lei sobre quem levasse a cabo “ocupações ilegais de terras”, quer dizer, das terras que estivessem por fora de seu projeto de reforma agrária, tratou de granjear o apoio dos partidos de direita que amparam os latifundiários. Lula manteve um suspeito silêncio sobre o alcance e profundidade da reforma agrária que prometia. Uma vez eleito, anunciou que no ano 2003 iria repartir 200.000 hectares de terra entre 5.500 famílias.

O objetivo de Lula garantia a décima parte do conseguido durante o governo anterior neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso e a vigésima parte do que o MST esperava do “presidente popular”. No ritmo proposto por Lula, se necessitariam mil anos para garantir terras aos 4,5 milhões de famílias sem terras que existem hoje, enquanto que as novas famílias sem terras que aparecem, um múltiplo destes 4,5 milhões, ficariam sem nada. Desde o poder, Lula continuou a velha política reacionária de expulsar violentamente os ocupantes ilegais das terras improdutivas. Seu ministro da Agricultura, de esquerda, anunciou novos planos que deveriam ser revelados no segundo semestre de 2003.

Existem algumas coisas claras. A política agrária de Lula representa um enorme passo atrás. Desde o ponto de vista da política agrícola, seu governo entregou-se completamente ao grande latifundiário e as elites da agricultura de exportação. Sua política acentuará as já profundas desigualdades no campo e acenderá a chama do descontentamento. O mais provável é que isto desencadeie choques sangrentos entre os camponeses sem terra, que lutam por ela, e o braço armado da política de lei e ordem de Lula, a polícia militar. Sem dúvida alguma, Lula derramará algumas lágrimas e voltará a pedir perdão pelos camponeses mortos, enquanto continua sua associação com seus novos aliados da ALCA.



Política trabalhista: “reformas” que beneficiam a patronal

O importante ao proceder a uma análise de um líder político não é tanto sua origem senão aonde vai. Tampouco é importante seu antigo grupo de amigos, mas seus aliados presentes e futuros. Os observadores políticos se equivocaram na análise de Lula porque centram suas análises no seu passado remoto e em seus antigos companheiros sindicais, sem prestar atenção à sua atual camarilha de banqueiros neoliberais, empresários e aliados imperialistas. Quando Lula propôs um pacto social entre os trabalhadores, a patronal e o governo, com o objetivo de supostamente melhorar o país, designou um Conselho para o Desenvolvimento Socioeconômico, encarregado de formular recomendações. A composição e as prioridades do Conselho mostraram de forma evidente a orientação de Lula contra a classe trabalhadora e favorável à patronal. Dos seus 82 membros, 41 são empresários e 13 sindicalistas, uma proporção de mais de 3 contra 1 a favor dos patrões. Seu propósito consiste em discutir uma reforma fiscal, que reduzirá os impostos das empresas, e uma reforma da Previdência, que rebaixará os direitos dos trabalhadores, pensionistas e outros beneficiários. Ao ser acusado de favorecer a classe empresarial, Lula defendeu sua orientação plenamente favorável aos empresários, sustentando o caráter apolítico e meritocrático de suas nomeações e acusando seus críticos de nepotismo. “Este Conselho”, disse Lula, “não é um grupo de amigos. Não estou interessado em conhecer a afiliação política [sic] de seus membros ou por quem votaram. O que nos interessa é sua capacidade, competência, talento e conhecimento para trabalhar por seu país” (*Tiempos del Mundo*, República Dominicana, 20 de fevereiro de 2003, pág. 7). Lula omite convenientemente de que maneira trabalham por seu país ditos empresários desinteressados, que geraram uma das maiores desigualdades sociais do mundo, e esquece deliberadamente os interesses classistas da elite econômica, precisamente porque são seus aliados estratégicos em seu empenho por aplicar políticas neoliberais ortodoxas.

Lula e todos os seus principais conselheiros econômicos se apóiam constantemente em seus aliados neoliberais, dentro do PT, e da direita, fora do PT, para tocar adiante as políticas antipopulares contrárias aos interesses da classe trabalhadora. Lula ordenou aos senadores que votassem por José Sarney, o presidente anterior, de marcadas tendências direitistas, como presidente do Senado (*FT*, 3 de fevereiro de 2003, pág. 4). Sarney é um partidário entusiasta da “reforma” trabalhista de Lula.

As alianças com a direita de Lula já envolveram seu governo em um importante escândalo. No final de fevereiro se comprovou que Antonio Carlos Magalhães, o direitista senador pela Bahia, havia procedido a escutas telefônicas contra mais de 200 congressistas, senadores e outras importantes figuras políticas. Dito senador apoiou Lula durante a campanha presidencial e era considerado um aliado estratégico na tarefa de levar adiante no âmbito legislativo seu programa neoliberal, reforma trabalhista incluída. Diante do protesto de inúmeros deputados, o presidente Lula e sua camarilha interna de conselheiros ordenaram aos deputados do PT que votassem contra a criação de uma comissão de investigação, que causaria grave dano à imagem do “presidente popular honrado e transparente”.

A reforma trabalhista de Lula busca debilitar os sindicatos, acabar com os direitos constitucionais dos trabalhadores e reduzir os custos trabalhistas para aumentar os lucros da patronal, com a desculpa de querer aumentar a competitividade das exportações. Suas propostas incluem a eliminação das transferências dos capitalistas do setor privado para os sindicatos e a eliminação dos pagamentos obrigatórios de gastos sindicais. Outras propostas querem permitir aos capitalistas estabelecer contratos de trabalho à margem dos benefícios trabalhistas legalmente vigentes (*FT*, 26 de novembro de 2002). O ex-operário metalúrgico prejudica seus companheiros de trabalho e recompensa o apoio eleitoral que lhe brindou a CUT, convertendo em prioritárias as principais demandas da patronal em suas propostas legislativas.

O mecanismo empregado por Lula consiste em cortejar aos chefes burocráticos da CUT, oferecendo-lhes cargos e salários como conselheiros do seu governo. O presidente da CUT, João Felício, que é um dos tais burocratas, afirmou: “Nós [sic] observamos as reformas com certa satisfação, ainda que tenham que ser negociadas e aplicadas gradualmente”. O secretário nacional de política sindical do PT, Helguiberto Guiba Navarro, indicou claramente o propósito da reforma trabalhista: “Vamos empreender uma ampla reforma e muitos sindicatos vão desaparecer” (*FT*, 26 de novembro de 2003, pág. 8).

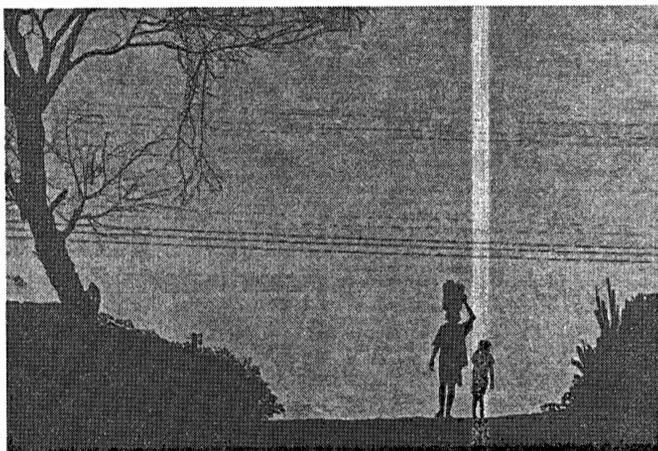
Dado a dinâmica que Lula imprime à ortodoxa política ultraneoliberal e a subserviência dos líderes da CUT, a ninguém surpreende que a principal linha de oposição operária se articule em torno ao sindicato Força Sindical (FS), de tendência moderadamente direitista. Em março, os trabalhadores metalúrgicos afiliados a FS organizaram uma greve em protesto pela perda do nível de vida. A FS encabeça a luta pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, o aumento das compensações por demissão, a extensão do seguro-desemprego de 5 para 12 meses e o reconhecimento legal da representação dos trabalhadores em determinadas instâncias empresariais. O governo Lula está rotundamente contra todas as demandas da FS por causa de seu caráter inflacionário e ameaça tomar medidas repressivas contra o que classifica de exigências do tipo político, a velha cantilena de todos os governos direitistas anteriores, preâmbulo da ação dos cassetetes policiais sobre a cabeça dos trabalhadores.

Impostos, salários e emprego

Desde sua chegada ao poder, o governo Lula está tratando por todos os meios de reduzir os impostos das empresas, em especial do setor industrial, e de aumentar em 27% os do trabalho. Suas regressivas políticas fiscais, quando se trata de reduzir impostos dos empresários, dizem aplicar-se a serviço da “competitividade” capitalista e, quando se trata de dar aumento aos trabalhadores, argumentam que não é possível pela necessidade de manter sob controle o déficit fiscal. Entretanto, aumenta o desemprego, diminui o poder de compra e as altíssimas taxas de juros impossibilitam novos investimentos. Os altos superávits orçamentários, destinados ao pagamento da dívida, dificultam os investimentos públicos. (César Benjamin, *Caros Amigos*, março de 2003).

No início do seu governo, Lula e sua equipe econômica projetaram um crescimento de mais de 3%. No final de fevereiro, a maioria dos economistas falava de um crescimento per capita nulo (Mario Maestri, “Sem luz no fim do túnel”, *La Insignia*, 4 de março de 2003).

A ortodoxia do governo Lula gera maiores desigualdades, desemprego e fome. A súplica de Lula aos multimilionários de Davos para que promovessem uma nova ordem mun-



dial e contribuísem para formar um fundo contra a pobreza, só encontrou ceticismo e, talvez, algum sorriso cínico e discreto. O *Financial Times* pergunta: “Porque os multimilionários deveriam apoiar uma nova ordem mundial se está tão boa para eles a ordem existente?” (*FT*, 27 de janeiro de 2003, pág. 2). Que Lula mendigue frente aos grandes capitais para lutar contra a fome demonstra a crise de sua política e de sua estratégia econômica.

A oposição: governo, partido e movimentos sociais

A estratégia política de Lula passa por tentar criar “amplas” alianças com os partidos da direita, figuras políticas e grupos religiosos, com vistas a isolar e neutralizar as tendências democráticas e esquerdistas de seu próprio partido, os setores progressistas da Igreja e os movimentos sociais dinâmicos, incluído o MST. Ademais de suas alianças com a direita dentro do país, Lula criou sólidos vínculos com Bush, o FMI e os governos direitistas e neoliberais da região, com seu apoio a ALCA, sua proposta sobre os “amigos da Venezuela” – onde abundavam os partidários do golpe contra Chávez– e sua entrevista (7 de março de 2003) com o presidente colombiano paramilitar Álvaro Uribe, na qual ofereceu a “mediação” do Brasil para desarmar as guerrilhas (*El Herald*, Barranquilla, Colômbia, 4 de março de 2003). É igualmente significativo que Lula integrasse um amplo setor da ala esquerdista do PT no seu governo, oferecendo-lhe ministérios secundários em troca de apoio para seu projeto neoliberal e sua política exterior. Entre os colaboradores de “esquerda” de Lula se encontram Marina Silva (ministra do Meio Ambiente), Miguel Rossetto (ministro do Desenvolvimento Agrário, da corrente trotskista, ou ex-trotskista, Tendência Socialista Democrática do PT), Olívio Dutra (ministro para as Cidades) e Tarso Genro (secretário nacional para o Desenvolvimento Sócioeconômico). Enquanto Lula oferece credibilidade ao programa do FMI, graças à sua popularidade e suas origens operárias, os ministros de “es-

querda” do PT dão certa legitimidade às políticas neoliberais entre os filiados do PT e mantêm vivas as ilusões de alguns dos líderes dos movimentos sociais.

As demais correntes de esquerda do PT, opostas ao apoio de Lula à ALCA, a Bush, ao FMI e as políticas neoliberais, se dividem em dois grupos. Um, desde dentro do governo, solicita dar um conteúdo “nacional” às receitas neoliberais, depender menos do capital financeiro estrangeiro e mais do capital nacional. Este grupo, comandado pelos senadores Aloízio Mercadente e Carlos Lesser, têm uma influência quase nula sobre os dirigentes econômicos e sua crítica não se estende mais que aos círculos internos da elite do partido.

Os outros críticos de esquerda do PT incluem Heloísa Helena, a valorosa senadora pelo Estado de Alagoas, que se pronunciou publicamente contra que Lula designasse Henrique Meirelles, o favorito de Wall Street, para dirigir o Banco Central, e o apoio do PT ao senador direitista José Sarney como presidente do Senado, assim como suas políticas neoliberais (*Corrente de esquerda*, 13 de dezembro de 2002 e *Corrente de esquerda*, 6 de fevereiro de 2003). A senadora Helena, ao falar sobre a angústia e a desesperança que lhe causa o giro neoliberal de Lula, depois de arriscar sua própria vida durante mais de duas décadas para poder levá-lo ao poder, recolhe a opinião de muitos militantes de base do PT: “É triste e desesperante [ser uma adversária do meu partido]. Recordo todos meus anos de dedicação ao PT. Hoje é fácil passear com a pequena estrela [símbolo do PT] no peito, ser um neo-lulista ou um neo-PT graças ao caráter de ídolo do presidente e ao amplo apoio que os meios de comunicação prestam ao governo. Porém, eu, que sempre fui atacada, sofri atentados com metralhadora em minha casa e me quebraram os dentes... Este partido não pertence a uns poucos [os da cúpula], que crêem que podem fazer o que querem com o PT porque ocupam cargos importantes no poder” (*Revista Veja*, 28 de janeiro de 2003).

Helena esclareceu que continuaria lutando contra o giro à direita do PT até que desse a

batalha por perda e que, então, se demitiria (*Revista Veja*, 28 de janeiro de 2003). Depois de suas eloqüentes e ensurdecadoras críticas, Lula e José Dirceu, o encarregado da disciplina no PT, trataram de silenciá-la a fim de que sua mensagem não alcançasse os militantes de base e arrastasse a outros membros do partido. O presidente do PT, José Genoino, dirigiu um processo de linchamento encaminhado a censurar Heloísa Helena e preparar as bases de sua futura expulsão.

O auge do poder autoritário e centralizado do PT está estreitamente vinculado com a centralização do poder decisório do governo em matéria econômica, assim como com o giro à ortodoxia neoliberal e com a política pro-imperialista do governo.

No entanto, a oposição de Helena e as medidas repressivas de Lula aglutinaram certas forças dentro do PT. O congressista Raúl Pont, da Tendência Socialista Democrática, defendeu o direito de Helena criticar e defendeu uma “discussão fraternal, sem pressões nem sanções” (*Correio do Povo*, Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2003). Os principais partidários de aplicar duras represálias disciplinares contra Helena são dois antigos social-democratas (da esquerda do PT) e atuais ministros do regime, Tarso Genro e Olívio Dutra (*Correio do Povo*, Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2003), enquanto vários membros das correntes de esquerda do PT estão organizando uma rede de apoio dentro do partido. Segundo uma fonte, o consórcio Dirceu-Genoino elaborou uma lista de cinco parlamentares que deveriam ser isolados primeiro e expulsos depois.

Nas atuais circunstâncias, a esquerda do PT, a tendência “Articulação de Esquerda”, permanecerá leal ao partido: proporá resoluções críticas nos congressos, porém, votará segundo as instruções de Lula no que se refere a legislação trabalhista. Por sua implicação no governo, com deputados e funcionários estatais ou municipais, a esquerda está interessada em preservar o governo direitista de Lula e confia em um “giro à esquerda” ou em uma ruptura entre Lula e seus principais colaboradores (veja “Resolução da Conferência Nacional da Articulação de Esquerda”, documento pós-eleitoral, 2002).

Na realidade, as críticas da esquerda à ALCA e ao neoliberalismo caem em ouvidos surdos, enquanto seus vínculos com o governo e a manutenção da disciplina do partido impedem que a esquerda do PT desempenhe um papel importante no despertar de uma oposição real ao governo direitista de Lula. Pelo contrário, a pequena capacidade de crítica da esquerda do PT e sua maneira de atuar criarão a ilusão de que a reforma é possível por dentro do governo, o qual bloqueará a emergência de uma corrente de oposição externa ao PT e ao governo de Lula. A absoluta confusão política dos setores da esquerda do PT e a capitulação de outros deixam poucas opções para o descontentamento que emerge entre os trabalhadores do setor metalúrgico, no MST e nos setores progressistas da Igreja.

Movimentos sociais e sindicatos

A CUT, de esquerda e vinculada ao PT e, em particular, a Lula, teve muitos de seus membros eleitos deputados e alguns são ministros do governo. Até agora poucos, se é que há algum, se manifestaram contra o giro à direita de Lula. A própria CUT, que alega contar com quinze milhões de filiados, está burocratizada, tem muitos funcionários e depende em grande medida do finan-



ciamento estatal. O poder de convocatória da CUT é muito limitado e não consegue reunir a mais do que algumas centenas de pessoas nas suas principais manifestações de protesto. Desde o começo do governo Lula, a direção da CUT adotou um duplo discurso. Pouco depois da eleição, foi convidada para negociar o “pacto social” do novo governo para reduzir as aposentadorias, adiar o aumento do salário mínimo e cortar a ajuda financeira aos sindicatos. A direção da CUT declarou sua independência em relação ao governo, porém, concordou em continuar participando no Conselho Social e Econômico, ainda que os banqueiros e empresários ultrapassem os sindicalistas em uma proporção de mais de 3 por 1. Posteriormente, a CUT continuou criticando os bruscos cortes orçamentários neoliberais e o direcionamento de recursos a favor dos possuidores de bônus, tanto locais como estrangeiros, mas continuou apoiando o governo Lula. Pior ainda, no que concerne ao suposto e direitista pacto social, a principal fonte de discrepância com respeito à equipe econômica neoliberal residia na maneira de colocá-lo em marcha, aconselhando os neoliberais procedimentos “gradualistas” na aplicação de medidas que afetavam a classe trabalhadora, ao invés de colocá-lo em vigor íntegra e imediatamente. O servilismo da CUT frente ao governo Lula é a continuação da política de negociação que vinha aplicando com os anteriores governos neoliberais, devido em parte à sua dependência com respeito aos subsídios governamentais. Ademais, existem fortes laços de dependência com respeito ao PT através dos antigos cargos da CUT que desempenham agora serviços dentro do governo e as promessas de futuras inclusões, tanto no governo quanto em possíveis listas de candidatos para o Congresso nas eleições seguintes. Finalmente, está o assunto da burocratização da CUT, que foi gerida de maneira vertical durante mais de uma década, deixando de lado o militante, e que é hoje totalmente incapaz de unificar a massa de desempregados e subempregados. Os resultados foram evidentes em qualquer manifestação importante contra a ALCA, o FMI ou a onda de

privatizações de Fernando H. Cardoso. A direção da CUT, depois de haver desmobilizado suas bases durante mais de uma década, foi incapaz de congrega mais de poucos milhares de manifestantes na rua e, inclusive em tais casos, a maioria deles pertenciam ao PSTU, PC do B e a esquerda da CUT. Os líderes do MST me informaram de que os setores progressistas da Igreja católica têm maior capacidade de convocatória que a CUT. O que confunde os observadores externos sobre a CUT é que seus líderes apareçam pronunciando discursos ou assinando declarações a favor de medidas radicais, dando a impressão de que continua sendo um sindicato popular e radical. Apesar da dureza da legislação contra a classe operária promovida pelo governo Lula, são escassas as manifestações de oposição ativa por parte dos líderes oficiais, ainda que, no início de março de 2003, muitos sindicalistas com consciência de classe se mostrassem indignados frente a aliança de Lula com o empresariado. A maior parte dos analistas econômicos não concede a Lula mais que seis meses e um ano antes que se produzam conflitos importantes em oposição à sua política neoliberal, o que anima Palocci e o resto da equipe de Lula a acelerar a marcha e o Congresso a aprovar o “amargo remédio” antes que se evaporem as ilusões dos pobres, os sem terra e os sindicatos no “presidente popular”.

Os intelectuais de esquerda

Os intelectuais que apoiam o governo Lula se dividem entre os lulistas ortodoxos, como Frei Betto e Emir Sader, e os neolulistas, atraídos pelas políticas neoliberais e a possibilidade de conseguir cargos como assessores do governo ou obter contratos estatais. O trabalho principal dos lulistas ortodoxos, pelo menos nos primeiros seis meses de governo, consiste em continuar recriando a imagem “popular” do presidente Lula, em desculpar as políticas reacionárias e pró-imperialistas de seu governo, apelando para o “difícil e complexo mundo”, em sustentar “a impossibilidade de romper agora com o FMI” (Sader) e em elaborar um novo acordo “pragmático”, que busque equilibrar as aspirações dos

responsáveis da política econômica de direita de Lula com as aspirações dos supostos “esquerdistas” que circulam pelos interstícios do conjunto de condicionamentos ideológicos e orçamentários do grupo de direita dominante. Sader e Betto, que cantaram no coro do FSM que “outro mundo é possível”, acrescentam agora que “todavia não, não com Lula; mais adiante é possível”. Os novos pragmáticos também prestam o fundamento ideológico necessário para manter a disciplina, ao desacreditar e despachar aos que criticam as políticas direitistas de Lula desde posições de esquerda.

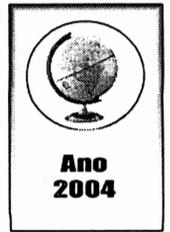
Os neo-lulistas não são tão duros com as críticas de esquerda, porque não sentem nenhuma necessidade de esconder sua orientação de direita. Pela prática e convicção, se postulam como “tecnocratas” e neoliberais “progressistas”, interessados em um modelo “heterodoxo” de livre mercado que unifique mercados competitivos e gasto social, por mais que dediquem a maior parte de seus esforços ao primeiro e, geralmente, tratem de postergar a satisfação das obrigações com o que apelidam de “dívida social”.

Os intelectuais de esquerda estão esparramados por todo o espectro político. Muitos pertencem à esquerda do PT, outros estão fora, tanto do PT quanto do governo. Porém, nenhum deles tem em mente constituir um novo movimento político e social que se oponha às medidas selvagens adotadas por Lula. Esperam poder exercer influência sobre o governo através dos ministros progressistas, a pressão exterior ou como consequência de uma crise produzida pelas atuais políticas neoliberais, que obrigue Lula a “girar à esquerda”. Se esquecem de que foi o próprio Lula quem designou os ministros dos setores econômicos e financeiros chaves, de que confia nos principais conselheiros políticos do PT, que são os arquitetos de suas políticas, e de que ele mesmo apóia pessoalmente este tipo de legislação retrógrada. Como disse Palocci, “Lula conhece e aceita todas e cada uma das minhas decisões”.

São poucos os intelectuais que começaram a questionar o governo, sua política e sua base social, ainda que seu futuro político esteja todavia sem determinar, particularmente sua dinâmica futura.

OMST

O movimento de trabalhadores rurais sem terra enfrenta um profundo dilema: depois de construir durante anos um movimento sócio-político independente, de ação de massas que assentou mais de 350.000 famílias sem terra em propriedades improdutivas através da ação direta (ocupações), aceitou imobilizar-se como medida eleitoral a favor de Lula para, depois, esperar uma reforma agrária positiva. Os êxitos passados do MST se basearam em sua capacidade para dar prioridade às ações de massas independentes, enquanto que apoiava, inclusive, alguns candidatos eleitorais progressistas do PT. Confiando que



a eleição de Lula seria o ponto de partida para uma ampla reforma agrária, se encontra agora frente a um governo que se opôs a cada uma de suas supostas “reformas equitativas”.

Desde anos antes das eleições presidenciais, havia debates e discussões no MST acerca do futuro político do movimento. Alguns sustentavam que o PT estava convertendo-se em um partido social-democrata ou conservador, que muitos de seus representantes estaduais ou municipais eram hostis à reforma agrária e que, em alguns casos, reprimiam as ocupações de terras. Portanto, concluíram que o MST deveria formar seu próprio partido, junto com outros movimentos sociais e grupos de esquerda. Um segundo grupo, apesar de concordar que o PT se escorava no conservadorismo e repudiar o trabalho dos governadores e prefeitos da direita do partido, preferia que o MST propusesse seus próprios candidatos através do PT ou, pelo menos, trabalhasse dentro de suas fileiras para promover uma direção mais progressista. A terceira força, a mais influente, pelo menos na esfera da direção nacional, tratava de mediar. Optou por trabalhar à margem do PT, aliando-se com setores progressistas da Igreja, grupos de direitos humanos e intelectuais de esquerda para elaborar um programa alternativo e criar uma organização. Assim nasceu a Consulta Popular (CP) com grande estardalhaço, mas depois decaiu porque este, grupo de “esquerda” conviveu com a velha tática de tratar de exercer influência sobre o PT a partir de seu interior. No concreto, a CP não era nem um novo movimento nem um novo partido político e ficou no meio do caminho entre a ação direta e a política eleitoral, sem que pudesse atrair o apoio dos meios sindicais nem deitar raízes no meio urbano.

Para a campanha eleitoral de Lula no ano 2002 se exigiu ao MST uma concessão sem precedentes: a suspensão da ação direta de massas —ocupações de terra— ao afirmar-se que esta “serviria para beneficiar a direita”, “assustaria” os votantes de classe média e acabaria com as aspirações eleitorais de Lula. Por desgraça, e pela primeira vez, o MST caiu na armadilha. Interrompeu a ação direta e somou-se à campanha

eleitoral, apesar das alianças reacionárias de Lula e da clara hegemonia que detinham em suas fileiras as forças pró-imperialistas. O MST passou da análise de classe a vagas proclamações “populistas”; ao fim e ao cabo, dez milhões de pobres acabariam votando por Lula e suas expectativas de uma ruptura com o neoliberalismo o obrigariam a responder positivamente.

Como cabia esperar, uma vez no poder Lula fez caso omisso das “expectativas populares”; pediu “perdão” por abraçar o estandarte neoliberal, apesar da oposição popular. Por desgraça, a maioria dos líderes do MST continuou alimentando a fé, ainda que não tanto em Lula e sim no impotente ministro para a Reforma Agrária e outros cargos de esquerda de dito ministério. Miguel Rossetto, o ministro para a Reforma Agrária e membro da esquerdista Tendência Socialista Democrática do PT, alegou que faria todo o possível para cumprir as promessas de reforma agrária dentro do permitido pelas limitações orçamentárias que lhe havia designado o governo, o que não passou de uma astuta manobra demagógica.

Enquanto isso, cresciam as tensões dentro do MST: os militantes de base e os mais de 60.000 ocupantes ilegais de terra que permaneciam acampados em tendas de plástico, sofrendo frio, calor, escassez de alimentos e mosquitos, começaram a agitar-se. Houve umas poucas ocupações de terras. Movimentos como o MST ou atuam ou se desintegram. O governo de Lula não dispôs de nenhuma medida de emergência. A reforma agrária foi adiada, junto com o programa “fome zero” e outras promessas eleitorais. A estratégia de certos líderes do MST de trabalhar no interior do PT começava a perder força. Alguns dirigentes regionais e nacionais expressaram publicamente sua insatisfação pela falta de resposta do governo (*Folha de São Paulo*, 9 de fevereiro de 2003). João Paulo Rodrigues, coordenador nacional do MST, exigiu do governo um calendário para a reforma agrária e expressou sua preocupação diante da inação, quarenta dias depois da subida ao poder de Lula. Rodrigues advertiu o governo de que não poderiam continuar esperando, dado que

havia 60.000 famílias que necessitavam ser realocizadas. “Não podemos esperar. Pensamos como um movimento social, não como um governo”, disse. O governo incorporou vários progressistas próximos ao MST e outros grupos ao Instituto para a Reforma Agrária (INCRA), porém, repassou poucos recursos a eles. Ademais, Lula assumiu uma posição extremamente rígida e hostil frente as táticas tradicionais de ocupação de terras do MST e prometeu usar toda a força da lei [sic] para reprimir o movimento. Alegou que qualquer iniciativa de reforma agrária terá que se ajustar aos programas estabelecidos pelo governo, para os quais o orçamento pós-eleitoral destina quantias insignificantes.

Cedo ou tarde, o MST terá de reconhecer que os camponeses sem terra não têm cabida no governo de Lula e que o movimento terá de romper com ele e voltar a suas ações diretas habituais ou então sofrer a fratura, o debilitamento e a absorção.

Conclusão

O governo Lula encerra dois perigos. Primeiro, representa uma ameaça para os níveis de vida e as condições trabalhistas e sociais da maioria dos assalariados e aposentados do Brasil. A ameaça é mais aguda porque vem de partidos políticos – ou de uma coalizão de partidos e organizações sociais – que foram os principais defensores das classes operárias e camponesas e que agora aliaram-se a seus inimigos, deixando as massas temporariamente indefesas. Além da dor física e do sofrimento social que o governo Lula está causando, o giro à direita produzirá um imenso dano psicológico nas massas e estenderá o desencanto geral, não só com o governo do PT e suas caras mais visíveis, mas também atingirá o espectro inteiro de partidos, sindicatos e movimentos sociais que ajudaram Lula a converter-se no “presidente popular”. É igualmente relevante a maneira com que os ideólogos do PT, como Sader e Frei Betto, que justificaram a política de Lula ao alegar seu caráter “realista” ou “pragmático”, contribuíram para reforçar a idéia de que realmente não resta outra alternativa que adotar políticas neoliberais, em especial entre os intelectuais de esquerda menos informados. Ao designar a política direitista de Lula como esquerdista, os ideólogos lulistas ameaçam redefinir o próprio conceito de esquerda segundo o modelo neoliberal do Partido Socialista Operário Espanhol e do “New Labour” britânico, esvaziando assim a política esquerdista brasileira de seu conteúdo socialista e de sua preocupação pelo bem-estar básico.

Em segundo lugar, a esquerda internacional, que tanto puxou o saco de Lula, está conduzindo o movimento popular em direção a um enorme desastre político. O engrandecimento, tão efusivo como infundado, da vitória eleitoral de Lula, ao defini-la como a mudança revolucionária mais importante desde a revolução cubana, a eleição de Salvador Allende ou a revolução sandinista, está preparando o caminho de um desencanto massivo assim que as classes populares comecem a tomar consciência de quão reacionárias são as políticas que aplica. Existem dois resultados prováveis. Por um lado, outros movimentos de esquerda repensarão a estratégia eleitoral inteira, particularmente a relação entre o movimento e o partido. De uma perspectiva histórica prática, é evidente a maneira com que o rápido divórcio entre o PT e suas bases populares e o



abandono de suas lutas sociais prepararam o terreno para suas colaborações policlassistas e, ao final, para sua política de governo pró-imperialista.

Teoricamente, a dinâmica da luta de classes e a aparição dos movimentos populares de ação direta, como o MST, foram instrumentais para desafiar a ortodoxia neoliberal, sobretudo em um contexto de estados neoliberais em profunda crise. O estancamento econômico, o crescimento das desigualdades, o aumento da dívida externa, junto com uma crítica de esquerda, criaram a base para a queda da direita neoliberal tradicional, ainda que não bastou para que surgissem forças alternativas radicais ou, inclusive, reformistas. Em lugar disso, surgiu um novo neoliberalismo ortodoxo, híbrido e virulento, com raízes na classe operária, na classe média e nos trabalhadores sem terra, dirigido por antigos esquerdistas de origem humilde, porém, subordinado ao capital internacional.

Teoricamente, a condição plebéia dos líderes do PT, a manipulação do imaginário popular e a natureza personalista e autoritária da direção do partido, fizeram possível a ruptura radical do PT com suas raízes esquerdistas. A origem popular de seus dirigentes foi utilizada para neutralizar a oposição interna e obrigar a seguir um rumo à direita. Afinal, quem estava disposto a enfrentar-se com o “presidente popular” quando Lula abraçou Bush, o grande defensor da guerra em nossos dias e se referiu a ele como “aliado do Brasil”? Qual dos ideólogos pragmáticos do “presidente popular” mostrou seu desacordo?

Lula tem um programa neoliberal claro e coerente, baseado em uma aliança com o FMI, Washington, os investidores estrangeiros e os credores internacionais. Junto com seus conselheiros, pôs em marcha uma estratégia eficaz para limitar a oposição interna do partido por meio do pau (ameaças de censura e expulsão aos críticos mais persistentes) e da cenoura (ofertas de ministérios e secretarias). Graças ao patrocínio do estado e a disciplina do partido, fez dos prefeitos e parlamentares do PT meras correias de transmissão para seus duros programas

de austeridade. Tem exceções, naturalmente; um punhado de cargos eleitos do PT todavia se decanta pelo tradicional programa social, democrático e reformista, porém, foram marginalizados, abandonados em parte por seus antigos companheiros, movidos por seu apetite voraz pelos despojos e os pequenos feudos de poder estatal. O governo tem o poder e o impulso necessários para impor duras políticas neoliberais ao país, as classes mais baixas, e para manter a disciplina dentro do partido.

O controle avassalador da direção do PT sobre o partido se mostrou evidente em 16 de março de 2003, na primeira reunião da Direção Nacional depois da eleição de Lula. Houve três propostas. A neoliberal, que apoiava a política direitista do governo em matéria econômica, recebeu 70% dos votos, 54 no total, enquanto que as propostas dos dissidentes de esquerda obtiveram 28%, 21 no total; houve, ademais, duas abstenções. A resolução final estabelecia explicitamente e de modo doutrinário os argumentos e a lógica que justificam as políticas neoliberais do governo, indicando as razões teóricas e práticas para a adoção da estratégia neoliberal (monetarismo, ajustes, etc.). A resolução afirmou que as políticas favoráveis ao empresariado e o apoio ao FMI não eram *táticas*, mas posições próprias. A reunião também refletiu a consolidação do controle do aparato do partido e a marginalização quase total das tendências de esquerda. A resolução, a reunião e o voto deixaram patente quão insensato é acreditar na reforma do partido por dentro ou exercer pressão sobre a direção para dar-lhe um “giro à esquerda”. A permanência no PT significa o apoio ao partido do FMI, a George Bush, a ALCA, aos inimigos do presidente Chávez da Venezuela e as patrulhas conjuntas de controle fronteiriço com as do presidente paramilitar da Colômbia, Uribe; uma postura injustificável, pelo menos, numa perspectiva popular e de esquerda.

Pelo contrário, o movimento de oposição a Lula se sente ideológica, estratégica e taticamente impotente e desorientado. Ao não estar disposto a aceitar a “redefinição” radical que Lula faz do programa “reformista” (desde o Estado do

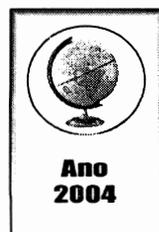
bem-estar ao neoliberalismo ortodoxo), busca um novo programa e estratégia. Certos movimentos estreitaram seus horizontes, deixando de lado sua oposição ao fato de que Lula haja optado por uma política pró-imperialista para poder promover “reformas setoriais”: reforma agrária, programas urbanos para os habitantes das *favelas*, etc. Inclusive nestas “estratégias setoriais”, a oposição tem rebaixado suas demandas num patamar inferior às suas propostas originais, num esforço para adaptar-se de maneira “realista” aos cortes orçamentários de Lula e sua absoluta convivência com os credores estrangeiros.

A oposição de esquerda ao PT e os movimentos sociais, que fizeram um grande esforço a favor da eleição de Lula, continuam colaborando em vão com seus altos cargos e dentro do aparato hierárquico, onde não existe nenhuma possibilidade de mudar o curso do governo.

Qual é a situação da “estratégia externa”, a de quem decidiu opor-se ao governo desde fora? Estrategicamente ocupam uma sólida posição. O governo e suas políticas neoliberais provocarão uma crise social, financeira e econômica mais profunda que a do governo de Fernando Henrique Cardoso. As altas taxas de juros, os cortes orçamentários e o pagamento da dívida dificultarão os investimentos produtivos, debilitarão o mercado interno e aumentarão o peso futuro da dívida, conduzindo ao aprofundamento da recessão durante os anos 2003 e 2004.

Os bruscos cortes orçamentários, o rebaixamento das pensões, a redução real do salário mínimo e a deterioração dos serviços sociais farão cair o nível de vida por baixo do atual. Os pagamentos aos ricos credores, os subsídios aos grandes exportadores agrícolas e a inflação aumentarão as desigualdades. O drástico giro à direita do governo Lula, a precipitada queda do nível de vida e a piora da recessão acabarão rapidamente com o alto grau de aceitação popular de Lula. Dentro deste mesmo ano 2003, o desencanto popular aumentará e se estenderá a novos setores, provocando manifestações explícitas de descontentamento: os trabalhadores do setor metalúrgico começaram suas greves apenas dois meses depois da mudança de governo e, em algumas regiões, os camponeses sem terra já reiniciaram as ocupações de terras (no final de março).

A pergunta que se deve fazer é: de onde virá a oposição política de esquerda ao governo de Lula? O pequeno, ainda que disciplinado Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) vem ganhando influência entre a militância da CUT e seu peso atual aí chega a 10% da Central. O PSTU tem um potencial de crescimento, porém, só poderá chegar a ser um movimento de oposição importante se se alia a outros movimentos sociais maiores e mais significativos, com figuras políticas, dissidentes da Igreja e forças sindicais. Uma aliança de líderes esquerdistas do MST, um setor da CUT, o clero católico progressista, dissidentes da esquerda do PT e o PSTU poderia criar uma coalizão de oposição alternativa ou um partido político em que primasse a ação direta sobre a política eleitoralista. Esta formação teria grandes possibilidades de abraçar a bandeira contra a ALCA, o repúdio à dívida, o desenvolvimento do mercado interno, a reforma agrária e a renacionalização dos bancos e das indústrias estratégicas. Milhões de brasileiros se opõem a cada uma das medidas de Lula. O plebiscito contra a ALCA foi apoiado por dez milhões de votantes; dos 52 milhões de pessoas que votaram em Lula, ampla maioria o fez porque queria romper com a anterior política neoliberal, não continuá-la e estendê-la.



Apesar de contar com um objetivo estratégico adequado e, inclusive, com as condições subjetivas necessárias para a reparação de uma nova formação de esquerda, existem várias limitações sérias. Em primeiro lugar, a ausência de um partido político com uma presença nacional que seja capaz de atuar como pólo de atração. O novo partido político terá que nascer concomitante com a luta social que, em um princípio, terá que dirigir os fragmentos sociais e políticos das classes exploradas. Em segundo lugar, a nova formação política terá que promover uma dura luta ideológica que desmascare o “presidente popular” e revele a natureza profundamente reacionária e continuísta do seu governo. Isto requer certo tempo e esforço, porque entre os defensores do governo se conta desde a maioria dos meios de comunicação até os polêmicos apologistas ideológicos que abandonaram suas posições de esquerda e se integraram ao governo. Em terceiro lugar, a nova formação política terá que assumir um alto grau de coerência política, para evitar a criação de alianças com a oposição de direita, ainda que haja bastante margem para as alianças táticas com a central moderada Força Sindical em matéria de salários e legislação trabalhista. Em quarto lugar, a formação política deveria deixar sentado, de forma clara e explícita, seu posicionamento teórico e programático com respeito à natureza da crise neoliberal, o novo colonialismo militar dos Estados Unidos e as principais contradições que corroem a viabilidade do modelo econômico de Lula.

A nova formação política deverá organizar-se, organizar-se e organizar-se. Existem mais de 90 milhões de brasileiros que vivem na pobre-

za, a maioria dos quais não estão organizados, a quem a política de Lula empobrecerá ainda mais, apesar do programa “fome zero”. Existem 25 milhões de brasileiros sem terra no campo, 95% dos quais não se beneficiarão de nenhuma reforma agrária e sofrerão as conseqüências das medidas de Lula a favor da agricultura de exportação. Existem 40 milhões de desempregados e subempregados sem perspectivas de emprego, dados os cortes orçamentários e as altas taxas de juros. A bancarrota ameaça centenas de milhares de pequenas e médias empresas (e muitas grandes empresas nacionais) por causa do alto custo do crédito (juros de 26,5 % em março de 2003) e da política de livre mercado (ALCA) promovida pelo governo.

A oposição política se enfrenta com o formidável desafio de organizar os desorganizados porque, de outro modo, surgirão protestos espontâneos que serão duramente reprimidos, tal e como Lula prometeu aos investidores internacionais. O desencanto poderia atrair o interesse de alguns partidos de direita que hoje em dia apóiam Lula, porém, que abandonarão, como sempre fazem, os barcos que afundam.

Por último, a nova formação política, ainda que trate de atrair os votantes descontentes que abandonem Lula, deverá manter estritamente suas distâncias com respeito ao PT, um partido que, como muitos outros na Europa e América Latina, começou sendo de esquerda e acabou somando-se à direita.

A situação brasileira não é insolúvel. As condições objetivas são favoráveis e surgem oportunidades subjetivas, ainda que fica colocada e sem resposta a questão da liderança política. 🌐



Marxismo Vivo